

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO - PUC/SP
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM SERVIÇO SOCIAL

KELLY APARECIDA TORRES

**A (DES) PROTEÇÃO SOCIAL EM TEMPOS DE PANDEMIA DA COVID-19: A
EXPERIÊNCIA DOS USUÁRIOS DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
NO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ – SP**

MESTRADO EM SERVIÇO SOCIAL

SÃO PAULO
2023

KELLY APARECIDA TORRES

**A (DES) PROTEÇÃO SOCIAL EM TEMPOS DE PANDEMIA DA COVID-19: A
EXPERIÊNCIA DOS USUÁRIOS DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
NO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ – SP**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como Exigência parcial para obtenção do título de MESTRE, em Serviço Social, na área de concentração: Serviço Social, Políticas Sociais e Movimentos Sociais, sob orientação da Professora Dra. Maria Carmelita Yazbek.

SÃO PAULO
2023

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação, desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Sistemas de Bibliotecas da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo -
Ficha Catalográfica com dados fornecidos pelo autor

Torres, Kelly Aparecida

A (des) proteção social em tempos de pandemia da covid-19: a experiência dos usuários do sistema único de assistência social no município de Jundiaí - SP / Kelly Aparecida Torres. -- São Paulo: [s.n.], 2023.

141p. ; cm.

Orientador: Maria Carmelita Yazbek.
Dissertação (Mestrado)-- Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Programa de Estudos Pós Graduados em Serviço Social.

1. Pandemia COVID-19. 2. Sistema Único de Assistência Social. 3. Desproteção Social. I. Yazbek, Maria Carmelita . II. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social. III. Título.

CDD

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a. Dra. Maria Carmelita Yazbek
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP

Prof.^a. Dra. Maria Lúcia Martinelli
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP

Prof.^a. Dra. Rosemeire dos Santos
Universidade Federal do Tocantins – UFT

Aprovado em ____/____/____

Em memória de todas, todos e todes que perderam suas vidas e aos que foram brutalmente impactados pela pandemia da COVID-19 nesse país.

Agradeço à CAPES pelo apoio e bolsa de estudos parcial. Este estudo foi realizado com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES). Número de processo: 88887.630585/2021-00.

Grateful to CAPES for the support and partial educational sponsorship. This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES). Process Number: 88887.630585/2021-00.

SOBRE DIZER OBRIGADA

Resistência

Resistir ao lado das pessoas
que a gente gosta,
deixa a luta mais suave,
a gente não quebra, entorta.

As lágrimas ficam filtradas,
o suor mais doce
e o sangue mais quente.

E sem que a gente perceba, percebendo,
as coisas começam a mudar à nossa volta.

E aquele sonho que parecia impossível,
acaba virando festa,
enquanto a gente revolta.

Sérgio Vaz

Após dois anos, uma travessia desejada em minha vida, vai se concluindo, não foi fácil, existiram momentos de inquietação, dor, angústia, solidão, contudo como nos lembra Sérgio Vaz na epígrafe, a luta fica *mais suave* ao lado de quem a gente gosta, portanto, registro meus agradecimentos a todas/es/os que permanecem ou cruzaram o meu caminho e contribuíram para a conclusão desse ciclo.

Agradeço à minha mãe, Maria Sinhazinha Torres, mulher forte, aguerrida, foi mãe solo após o falecimento do meu pai, teve acesso apenas a alfabetização, porém sempre me motivou a continuar os estudos. Meu pai Francisco Sabino Torres (*in memoriam*), perdeu a vida em um acidente de trabalho, mais um momento em que o capitalismo estava acima das vidas. São os meus alicerces. Amo-os incondicionalmente.

A Roni Martins, meu companheiro. Pelo cuidado, paciência, incentivo, afeto, por ser meu cais. Te amo!

Aos meus sogros pelo carinho e acolhida.

Aos meus irmãos, Adilson e Danilo, minhas cunhadas Christiane e Gabriela, por significar família e proteção, espero que compreendam a ausência.

Aos meus sobrinhos, Laura e Enzo, que trazem mais amor, alegria e leveza em

nossas vidas.

Às minhas tias, madrinha, primos, cunhados, pelo amor, cumplicidade, orações e afeto.

Agradeço imensamente as queridas companheiras da equipe do trabalho no CRAS São Camilo, Anelise, Andréia, Lilian, Tânia P., Nínive, Tânia B., Denise e Luzia, são exemplo de competência e ética profissional. Meu muito obrigada por lutarem diariamente comigo e compreenderem minhas ausências para que eu pudesse participar das aulas e na conclusão dessa dissertação.

A todas/es/os trabalhadoras/es do SUAS de Jundiaí, principalmente aos que contribuíram diretamente com minha pesquisa na indicação das famílias.

A Coletiva de Promotoras Legais Populares de Jundiaí e Região em que exerço minha militância para além das esferas institucionais, através da Movimenta e da coordenação do Curso de PLPs de Jundiaí e região, acreditando nos movimentos feministas, na educação popular, defesa de direitos e emancipação das mulheres.

Um agradecimento especial para a minha turma do mestrado, o *terceirão*, contrariando as estatísticas de uma pós-graduação solitária, vocês fizeram a diferença através do apoio, inquietações, figurinhas, risadas, viagens, caronas, lutas e resenhas na tradição.

Agradeço a Juliana Cristina Scabello e a Thaiz Marina Sardinha que foram muito além de colegas nessa caminhada, se tornaram amigas, compartilhamos nossas dificuldades, choros, alegrias, sempre através do respeito, amparo, afeto e do incentivo de nunca desistir. Conseguimos sobreviver e concluir juntas!

Um agradecimento especial à minha orientadora, Profa. Dra. Maria Carmelita Yazbek, que é uma referência em nossa área, sempre disposta a me ouvir, orientou de uma forma tão generosa, cuidadosa, gentil, carinhosa, reconhecendo meus limites e possibilidades, sempre acreditando que seria possível, me fez acreditar também. Gratidão!

Meus sinceros agradecimentos às Professoras Maria Lúcia Martinelli e Rosemeire dos Santos, pela disponibilidade e apontamentos imprescindíveis no meu exame de qualificação.

Gratidão aos professores e colegas pesquisadores dos núcleos de pesquisa ao qual participei na PUC-SP, o Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Identidade - NEPI, o Núcleo de Estudos e Pesquisas em Aprofundamento Marxista – NEAM, Núcleo de

Estudos e Pesquisas em Seguridade e Assistência Social – NEPSAS e o Núcleo de Estudos e Pesquisa Sobre Movimentos Sociais – NEMOS.

Agradeço e tenho enorme admiração aos Professores do Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social da PUC - SP, por compreenderem o processo e o tempo de cada pesquisador, pela dedicação, rigor acadêmico e formação crítica. Um agradecimento especial à professora Dra. Dirce Koga (in memoriam), sua doçura e generosidade deixam saudades e seus ensinamentos seguem vivos.

Agradeço a Andréia, secretária do programa, pelo apoio, escuta e disponibilidade em ajudar nos processos burocráticos.

Agradeço imensamente aos sujeitos da pesquisa, por abrirem as portas de suas casas e compartilharem suas histórias, lutas e resistências, inspirando reflexões e sendo imprescindíveis para essa dissertação.

Gratidão pelos encontros tão afetuosos nessa caminhada, são combustíveis para que possamos continuar na luta.

RESUMO

TORRES, Kelly Aparecida. A (des) proteção social em tempos de pandemia da COVID-19: A experiência dos usuários do sistema único de assistência social no município de Jundiaí – SP. 2023. **Dissertação** (Mestrado em Serviço Social) – Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2023.

Essa dissertação busca compreender a proteção social na política social de assistência social, com foco na proteção social básica, no contexto da pandemia da COVID-19, através dos relatos dos usuários do SUAS no município de Jundiaí - SP. Esse estudo objetiva compreender a experiência, o caminho e percalços dos cidadãos e famílias na busca por proteção social. E tem o intuito de compreender os danos, as consequências, sequelas e implicações que a pandemia trouxe para a vida dos sujeitos e refletir sobre o que o SUAS promoveu para proteger os que foram impactados pela pandemia da COVID. Para tanto, utilizamos a revisão bibliográfica referente ao arcabouço teórico-conceitual e organizacional da política social pública da assistência social e o referencial teórico-metodológico e materialista-histórico-dialético, para analisar sobre a proteção social do SUAS em tempos de COVID-19, buscando compreender os desafios e possibilidades, através de reflexões teóricas e as observações do cotidiano profissional. Escolhemos a pesquisa qualitativa com o uso da história oral temática, em que os depoimentos dos usuários do SUAS foram utilizados como fio condutor da dissertação, trazendo sentido e significados para as análises, por meio de suas memórias e formas de resistência. O estudo evidenciou que vivenciamos uma gestão pública baseada na necropolítica no período de pandemia da COVID-19, em que culminou na desproteção social por parte das políticas sociais. A proteção social básica do SUAS focou o seu olhar para a concessão de benefícios, reproduzindo a lógica capitalista de manutenção da ordem social posta. O território se apresenta como importante instrumento de luta, resistência em um horizonte emancipatório por uma sociedade mais justa e protetiva. Por fim, é possível afirmar que as reflexões não se esgotam aqui, mas buscam possibilitar novas análises e indignações.

Palavras-chave: Pandemia COVID-19; Sistema Único de Assistência Social; Desproteção Social.

ABSTRACT

TORRES, Kelly Aparecida. The (lack of) social protection in times of the COVID-19 pandemic: The experience of users of the unified social assistance system in the municipality of Jundiaí - SP. 2023. **Dissertation** (Master's Degree in Social Work) – Postgraduate Studies Program in Social Work, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2023.

This dissertation seeks to understand social protection in the social policy of social assistance, focusing on basic social protection, in the context of the COVID-19 pandemic, through the reports of SUAS users in the municipality of Jundiaí - SP. This study aims to understand the experience, path and mishaps of citizens and families in the search for social protection. And it aims to understand the damage, consequences, sequels and implications that the pandemic brought to the lives of subjects and reflect on what SUAS promoted to protect those who were impacted by the COVID pandemic. To this end, we used the bibliographical review referring to the theoretical-conceptual and organizational framework of the public social policy of social assistance and the theoretical-methodological and materialist-historical-dialectical framework, to analyze the social protection of SUAS in times of COVID-19, seeking to understand the challenges and possibilities, through theoretical reflections and observations of professional daily life. We chose qualitative research with the use of thematic oral history, in which the testimonies of SUAS users were used as the guiding thread of the dissertation, bringing sense and meanings to the analyzes, through their memories and forms of resistance. The study showed that we experienced a public management based on necropolitics in the period of the COVID-19 pandemic, which culminated in the lack of social protection on the part of social policies. The basic social protection of SUAS focused its gaze on granting benefits, reproducing the capitalist logic of maintaining the established social order. The territory presents itself as an important instrument of struggle, resistance in an emancipatory horizon for a more just and protective society. Finally, it is possible to state that the reflections do not end here, but seek to enable new analyzes and indignations.

Keywords: COVID-19 pandemic; Unified Social Assistance System; Social deprotection.

Ei! (Gê Lacerda)

Ei, será que você não vê
O povo andando na rua
Com medo de morrer
Ei, será que você não vê
Que essa gente é de carne e osso
E sangra igual a você
Ei, será que você não vê
O povo espremido nos ônibus
Tentando sobreviver
Sobreviver,
Ei, será que você não vê,
Que essa gente na ignorância
Te deu o Poder
Ei, será que você não vê
Queremos saúde, educação
E não jogo para entreter
Ei, será que você não vê
Que o povo já está cansado
Desse abuso de poder, de poder, muito abuso, de poder
Ei, mas é claro que você vê
Que pagamos nossos impostos
Pra sustentar você
Ei, mas é claro que você vê
Que essa tal privatização
Só é bom negócio pra você
Ei, é claro que você vê
E só enxerga o seu umbigo
E que a gente vai
Sobreviver
Sobreviver
Sobreviver
Sobreviver
Sobreviver
Nós vamos sobreviver
Pra derrubar você!

LISTA DE SIGLAS

ABRAVICO	Associação Brasileira de Vítimas da COVID-19
AUJ	Aglomerado Urbano de Jundiaí
AVICO Brasil	Associação de Vítimas e Familiares de Vítimas da Covid-19
BPC	Benefício de Prestação Continuada
CCI	Centro de Convivência da Pessoa Idosa
CENTRO POP	Centro de Referência para População em Situação de Rua
COVID-19	Coronavírus Disease 2019
CONASS	Conselho Nacional de Secretários de Saúde
CPTM	Companhia Paulista de Trens Metropolitanos
CRAS	Centro de Referência em Assistência Social
CREAS	Centro de Referência Especializado em Assistência Social
CNAS	Conselho Nacional de Assistência Social
CF	Constituição Federal
CMAS	Conselho Municipal de Assistência Social
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
ESPIN	Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional
FIOCRUZ	Fundação Instituto Oswaldo Cruz
FUMAS	Fundação Municipal de Auxílio Social
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPVS	Índice Paulista de Vulnerabilidade Social
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
LBA	Legião Brasileira de Assistência
LOAS	Lei Orgânica de Assistência Social
MPL	Movimento do Passe Livre
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
NEPSAS	Núcleo de Estudos e Pesquisas em Seguridade e Assistência Social
NEPI	Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre Identidade
NEMOS	Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Movimentos Sociais
NEAM	Núcleo de Estudos e Pesquisas em Aprofundamento Marxista
NOB-RH/SUAS	Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS
OMS	Organização Mundial de Saúde
ONU	Organização das Nações Unidas
PAIF	Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família
PAEFI	Serviço de Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos
PUC	Pontifícia Universidade Católica
PNAS	Política Nacional de Assistência Social
PPGSS	Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social da PUC-SP
PSB	Proteção Social Básica
PSE	Proteção Social Especial
SAGICAD	Secretaria de avaliação, gestão da informação e cadastro único
SUS	Sistema Único de Saúde
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
TICs	Tecnologias de Informação e Comunicação
UTI	Unidade de Terapia Intensiva
ZEIS	Zonas Especiais de Interesse Social

LISTA DE MAPAS

MAPA 1	Mapa Inserção Regional Jundiaí – SP	29
MAPA 2	Município de Jundiaí – SP dividido por bairros	30

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1	Estação Ferroviária São Paulo Railway ou Ferrovia Santos-Jundiaí...28
Imagem 2	Estação Ferroviária São Paulo Railway ou Ferrovia Santos-Jundiaí...28
Imagem 3	Bairro Jardim São Camilo – Jundiaí – SP.....31
Imagem 4	Afonso 38
Imagem 5	Anita 40
Imagem 6	Carolina 42
Imagem 7	Maria Quitéria.....44
Imagem 8	Manifestação das / dos Trabalhadoras / es do SUAS em Jundiaí – SP.....102

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Equipamentos da Rede Sociossistencial do SUAS - Município Jundiaí – SP.....	33
Tabela 2	Famílias e Pessoas no Cadastro Único e faixa de renda Jundiaí - SP.....	34
Tabela 3	Programa Bolsa Família Município de Jundiaí - SP	35
Tabela 4	Benefícios de Prestação Continuada	35
Tabela 5	Casos e Óbitos Confirmados / Indicadores.....	59
Tabela 6	Casos por ano e Óbitos por ano.....	60
Tabela 7	Cenário Geral da COVID-19	61
Tabela 8	Total de casos COVID-19 em Jundiaí – SP.....	62
Tabela 9	Óbitos em Jundiaí - COVID-19	62
Tabela 10	O excesso de mortalidade por raça / cor e por faixa etária em 2020.....	71
Tabela 11	Equipamentos da Rede Sociassistencial do SUAS no Brasil	82
Tabela 12	Funcionamento do CRAS durante a pandemia de COVID-19.....	99
Tabela 13	Acesso a Equipamentos de Proteção Social.....	100
Tabela 14	Cesta básica concedidas pelos CRAS.....	109

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	18
CAPÍTULO I – CAMINHOS DA PESQUISA	22
1.1 Caminhos metodológicos	22
1.2 A escolha da metodologia da história oral	24
1.3 O território da pesquisa: município de Jundiaí – SP	26
1.4 O sistema único de assistência social em Jundiaí – SP	32
1.5 O percurso da pesquisa de campo	36
1.6 Sujeitos da pesquisa	37
CAPÍTULO II – TEMPOS PANDÊMICOS E PROBLEMATIZAÇÕES SOBRE O ESTADO	46
2.1 Reflexões introdutórias sobre o estado	46
2.2 A crise sanitária é uma crise do capital	51
2.3 O coronavírus SARS-COV-2	55
2.4 Relatório da comissão parlamentar de inquérito da pandemia	64
2.5 Sindemia ou pandemia?	67
2.6 A cor da pandemia da covid-19	69
2.7 Necropolítica no governo Bolsonaro	72
CAPÍTULO III – POLÍTICA SOCIAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	78
3.1 Breve resgate histórico da assistência social	78
3.2 Proteções e desproteções sociais	85
3.3 Proteção social no sistema único da assistência social	88
3.4 Desproteções sociais no contexto pandêmico	92
3.5 Trabalhadoras e trabalhadores do SUAS	97
CAPÍTULO IV – PONDERAÇÕES NECESSÁRIAS	105
4.1 Proteção social básica do SUAS no período pandêmico	105
4.2 Notas sobre o território	110
4.3 Resistência	114
CONSIDERAÇÕES FINAIS	118
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	123
APÊNDICES	130
ANEXOS	133

INTRODUÇÃO

As inquietações dessa dissertação nasceram da vivência dessa pesquisadora que é uma trabalhadora do SUAS e enfrentou os desafios da pandemia da COVID-19 atuando na chamada *linha de frente*, em um Centro de Referência em Assistência Social (CRAS). O caminho de pensar, indagar, questionar e pesquisar se deram no contexto pandêmico e também foram influenciados por ele, processos que atravessaram a minha realidade de investigação.

O exercício do trabalho profissional, realizado em um CRAS, um serviço socioassistencial público, localizado em territórios periféricos e estigmatizados, em que vivem sujeitos e famílias em situação de desproteções sociais, possibilitaram a convivência com a realidade cotidiana dos indivíduos sociais e fizeram estabelecer relações entre os conhecimentos teóricos adquiridos ao longo da vida acadêmica e o trabalho profissional na Proteção Social Básica do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), que possui o desafio de prevenir e proteger situações de risco social e vulnerabilidades¹, dentro desta ordem social capitalista.

Caminhando, observando e presenciando as vivências com as desproteções sociais, ciclo da violência, falta de uma rede de serviços socioassistenciais articulados, situações de desproteções sociais de pessoas e famílias, ausência de recursos humanos e físicos, possibilitaram a aproximação com reflexões sobre o quão profundo são as marcas do colonialismo, da escravidão e da cultura patriarcal nos aspectos históricos que resultaram nas desigualdades sociais que vivenciamos no país.

Compreende-se as contradições que envolvem a política social de assistência social dentro do sistema capitalista e o papel que o Estado assume na implantação de direitos com relativa autonomia das equipes e ao mesmo tempo controle da população, observamos que a prioridade é sempre a rentabilidade econômica e não as necessidades sociais, desta forma as políticas sociais são necessárias para a manutenção da ordem social capitalista e, apesar de contraditório, também são objeto

¹ Sposati (2009) discute o conceito de vulnerabilidade adotada na PNAS-2004, reconhecendo que existem interpretações que trazem um estigma ao “vulnerável”, como o carente, excluído, ou ainda como o sujeitoado, perdendo a categoria de cidadão, culpabilizando o indivíduo. Nesse trabalho não partimos dessa interpretação. Ancorado no conceito de Sposati (2009), compreendemos que vulnerabilidade social não é apenas econômica, ela pode estar relacionada a um certo risco social em determinadas situações ou ciclos da vida e decorrente da ausência de acessos a direitos e a vulnerabilidade. Essa discussão possibilita atuar na prevenção e no reconhecimento das potencialidades como forma de resistência no enfrentamento das vulnerabilidades.

de luta de classes.

O Brasil já calcula a impressionante marca de 702.664 pessoas², cidadãos que perderam suas vidas em decorrência da pandemia da COVID-19, devido a escolha de utilizar a política de morte para determinar quem iria sobreviver ou não nessa pandemia. Assim, destaca-se que muitas vidas poderiam ter sido salvas se o Sistema Único de Saúde disponibilizasse de respiradores, Unidades de Terapia Intensiva (UTI) e vacinação em massa.

Diante deste desafiador cenário da pandemia da COVID – 19, a Política Social de Assistência Social foi incluída no Decreto nº 10.282, de 20 de março de 2020 que definiu os serviços públicos e as atividades essenciais, apontando a “assistência social e atendimento à população em estado de vulnerabilidade”, essenciais no combate à pandemia.

Durante a pandemia foi transmitido informações desencontradas em nível municipal, estadual e federal. Somado a isto, alguns serviços do SUAS foram fechados, assim como INSS, Defensoria Pública, Poupatempo, Receita Federal, entre outros, ocasionando o crescimento exponencial de solicitações de atendimentos a porta aberta dos serviços socioassistenciais da política social de assistência social.

A população periférica foi a que mais sofreu durante a pandemia, pelas omissões e ausência de ações do Estado, pois mudou o modo de viver em comunidade e trouxe indagações de como viver o isolamento social da forma correta e como manter os cuidados de higiene pessoal em uma realidade onde os banheiros são compartilhados, falta rede de esgoto e água encanada. Cuidados necessários como a higiene pessoal e distanciamento social se tornou um privilégio para poucos.

De fato, ninguém deveria escolher entre morrer de fome ou de complicações da COVID-19. Todos deveriam ter seus direitos assegurados diante de uma calamidade sanitária, mas infelizmente, foi encontrado apenas um conjunto de barbárie e retrocessos dos direitos conquistados e negados pelo representante do país no período pandêmico.

A principal motivação para a realização desse trabalho é a defesa da proteção à vida, aos usuários do SUAS, o reconhecimento de suas histórias, trajetórias, adversidades, visando construir novos caminhos.

Essa dissertação se amparou no arcabouço teórico-conceitual e organizacional

² Consulta no site: <<https://covid.saude.gov.br/>> Acesso em 16 de maio de 2023.

da política social da assistência social e do referencial teórico-metodológico e materialista-histórico-dialético, para analisar e refletir sobre a proteção social do SUAS em tempos de COVID-19, buscando compreender os desafios e possibilidades, através de reflexões teóricas e as observações do cotidiano profissional.

Objetivou-se com esta pesquisa compreender a experiência, o caminho e percalços dos cidadãos e famílias na busca por proteção social, entender os danos, as consequências, sequelas e implicações que a pandemia trouxe para a vida dos sujeitos e refletir sobre o que o SUAS promoveu para proteger os que foram impactados pela pandemia da COVID.

Os depoimentos dos usuários do SUAS foram utilizados como fio condutor do estudo, trazendo sentido e significados para as análises. Essa dissertação está organizada em quatro capítulos, iniciados com uma epígrafe que traz poesias ou trechos de música, para que a arte se faça presente no cotidiano.

O primeiro capítulo, *Caminhos da Pesquisa*, tem como objetivo apresentar os caminhos percorridos na pesquisa, a escolha metodológica pela história oral, a aproximação com o território da pesquisa, como se deu a pesquisa de campo e apresentação dos sujeitos da pesquisa, contextualizando as possibilidades e obstáculos nesse processo.

No segundo capítulo, *Tempos Pandêmico e Problematizações sobre o Estado*, partindo das inquietações sobre a forma de como o Estado brasileiro realizou a gestão no período da pandemia, tendo como fio condutor a pesquisa bibliográfica, esse capítulo foi construído na intenção de viabilizar a compreensão do funcionamento do Estado, suas ausências e violências, apontando uma gestão baseada na necropolítica no período da Pandemia da COVID-19.

O terceiro capítulo, *Política Pública de Assistência Social*, foi construído no intuito de resgatar o histórico da assistência social, refletir sobre os conceitos de proteção e desproteção social, a proteção social no SUAS, desproteções sociais no contexto da pandemia e por fim pontua sobre a luta trabalhadora e trabalhadores do SUAS no contexto pandêmico.

O quarto capítulo, *Ponderações Necessárias*, nasceu da necessidade de apontar achados evidenciados ao longo das entrevistas e reflexões, imprescindíveis para essa dissertação, ecoando as vozes dos sujeitos da pesquisa, em que foi abordado a proteção social básica do SUAS no período pandêmico, notas sobre o

território e resistência.

Aprofundar essas temáticas remete a inquietações, tendo em vista os desafios e dificuldades do cotidiano. E também ao desejo de contribuir com uma pesquisa que forneça bases éticas, teóricas e metodológicas para que se possa construir caminhos para atuar frente a esses desafios acreditando na potência do SUAS.

Cabe aqui destacar que não será esgotado as reflexões, pois a intenção é contribuir com novas indagações sobre o que vivenciamos durante a pandemia da COVID-19. Assim, por saber que nenhuma pesquisa é neutra, o estudo apresentado questionará o senso comum, tendo como base e pressuposto o respeito à vida, a defesa da liberdade e da garantia de proteção social do Estado, do direito à cidadania e legitimando as lutas por uma sociedade mais justa, igualitária e protetiva.

CAPÍTULO I – CAMINHOS DA PESQUISA

1.1 Caminhos metodológicos

*"Um povo sem memória é um povo sem história.
E um povo sem história está fadado a cometer,
no presente e no futuro,
os mesmos erros do passado."
Emília Viotti da Costa*

Ao pensar, refletir e registrar sobre o Sistema Único de Assistência Social – SUAS em tempos da pandemia da COVID-19, dialogamos com a epígrafe de Emília, sobre a importância da história, da memória, da denúncia, para um futuro com novas possibilidades em situações de calamidade pública.

Durante o percurso metodológico para a construção da dissertação buscamos³ tecer os conhecimentos e inquietações do cotidiano profissional como trabalhadora do SUAS, as disciplinas, núcleos de pesquisas e as atividades realizadas que contribuíram nesse processo de construção.

Estar diariamente face a face com a cruel realidade dos sujeitos que tentam sobreviver com níveis inaceitáveis de pobreza e miséria, ausência de acesso a bens/serviços/renda, expostos a situações de desproteções sociais, sobreviventes da epidemia do Coronavírus Disease 2019 (COVID-19), é desafiador ao mesmo tempo que é combustível para utilizar a pesquisa como um ato de resistência. Desta forma, utilizamos a História Oral como metodologia, possibilitando o reconhecimento da pesquisadora como uma pesquisadora oralista comprometida com a vida dos sujeitos da pesquisa, com o território e com a emancipação humana.

O estudo buscou aprofundar o conhecimento sobre o arcabouço teórico-conceitual e organizacional da política social de assistência social e do referencial teórico-metodológico e materialista-histórico-dialético, para analisar e refletir sobre a proteção social do SUAS em tempos de COVID-19, buscando compreender os

³ A escolha por discorrer a dissertação na primeira pessoa do plural e por vezes na primeira pessoa do singular, parte da compreensão da dimensão coletiva desse estudo, a partir da pesquisadora e orientadora, com a sustentação da revisão bibliográfica e dos debates coletivos. A construção do conhecimento se dá a partir de um acúmulo de conhecimentos, o uso do “nós” tem uma raiz de construção coletiva e contínua na produção de conhecimento. O objeto e sujeitos dessa pesquisa estão imbricados.

desafios e possibilidades, através de reflexões teóricas e as observações do cotidiano profissional.

Atenta ao objeto de estudo e ao caminho metodológico a partir da revisão da literatura acerca do Sistema Único de Assistência Social, analisamos as contradições da crise estrutural do capitalismo, as ofertas de proteção social aos sujeitos que foram impactados pela pandemia da COVID, assim como realizado a análise documental das atas das reuniões do Fórum de Trabalhadores do SUAS de Jundiaí e região, no período entre março de 2020 à março de 2023, e as entrevistas com os usuários do SUAS, a partir da metodologia da pesquisa qualitativa, com fonte da história oral temática.

Desde o início do mestrado, existiu um receio em realizar uma pesquisa com ausência de vida, acreditava que esse trabalho só teria sentido se englobasse relatos dos usuários dos SUAS, que são os sujeitos dessa pesquisa, não seria possível estudar os impactos da pandemia apenas pelos estudos e estatísticas, precisava conhecer suas experiências, histórias, memórias e os rostos desses sujeitos.

Acreditando no lema *“nada sobre nós sem nós”*⁴, frase da luta das pessoas com deficiência, a experiência e relato das entrevistas trazem vida a esse trabalho e contribuíram para um outro olhar sobre o SUAS.

Apesar de atuar em parte do universo da pesquisa, o acesso aos participantes da pesquisa foi realizado a partir da indicação dos trabalhadores da proteção social básica do SUAS de Jundiaí-SP aos quais os cidadãos tiveram acesso.

A partir do percurso e trajetória dos cidadãos, construímos reflexões sobre proteção social, questionando: Como enfrentaram a pandemia? Quais redes acionaram? Quais caminhos foram percorridos? Quais dificuldades e potencialidades? Quais foram as perdas?

A partir dos depoimentos, das experiências e trajetória das/dos participantes da pesquisa, as análises foram sendo tecidas, com as narrativas, as teorias e as observações do cotidiano profissional, pois, como afirma Martinelli (2022)⁵: *“[...] a experiência de um é a uma experiência de classe”*, portanto as falas das/os participantes da pesquisa irão compondo as análises.

⁴ ASSAKI, Romeu Kazumi. **Nada sobre nós, sem nós**: da integração à inclusão. 2018. Disponível em <<https://www.researchgate.net/publication/289245278/download>>. Acesso em 16 de abril de 2023.

⁵ Fala da professora Dra. Maria Lúcia Martinelli no Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre Identidade – NEPI, segundo semestre de 2022, São Paulo, PUC-SP. Anotações de aula.

1.2 A escolha da metodologia da história oral

Acreditamos que a busca por compreender as formas de proteção social oferecidas pela política pública de assistência social no contexto da pandemia da COVID-19, os impactos e desproteções sociais vivenciadas pelos sujeitos, pressupõe uma metodologia de pesquisa alicerçada no materialismo histórico dialético, escolhemos a pesquisa qualitativa com fonte da história oral.

A participação no Núcleo de Estudo e Pesquisa sobre Identidade – NEPI durante dois semestres, possibilitou a aproximação com a história oral, sua conotação política e de denúncia, além de propiciar o diálogo com a memória, experiência e história.

Dessa forma, entendemos que a pesquisa qualitativa com fonte oral trata-se de uma metodologia privilegiada para aprofundar o tema proposto, Martinelli, (2019), destaca:

O método de pesquisa é sempre uma opção política e, no caso da história oral, um verdadeiro imperativo ético, pressupondo a construção de um terreno comum de trocas entre os interlocutores, fundado na confiança mútua, num verdadeiro interjogo de subjetividades. A explicitação das intencionalidades, a construção ética da pesquisa, o respeito aos participantes e à sua livre expressão são fundamentais nesta metodologia que nos coloca em contato direto com os sujeitos, permitindo-nos conhecer sua vida cotidiana, seu modo de ser, de resistir, de expressar-se pela mediação da arte e de reivindicar direitos (Martinelli, 2019, p.29)

A metodologia da história oral, não visa apenas a coleta de informações, busca conhecer as trajetórias, o cotidiano, com respeito e ética à vida, além do sigilo dos participantes. Na história oral o que importa não são apenas os fatos, mas o processo ativo de criação e significados, o narrador estará dentro da narrativa e se torna parte da história (Portelli, 1997).

A partir da história oral como pesquisa de campo, observações e entrevistas buscamos elucidar a trajetória do sujeito na busca por proteção social por meio do SUAS, as barreiras e burocracias para ter acesso às ofertas do serviço: o acolhimento, a escuta, atendimentos individualizados, espaços de reflexões grupais, acesso a programas de transferência de renda e benefícios eventuais, inclusão em serviço de convivência e fortalecimento de vínculos, incentivo à participação em movimentos sociais locais, entre outros.

Meihy (2022) define história oral como:

Um conjunto de procedimentos que se inicia com a elaboração de um projeto

e que continua com o estabelecimento de um grupo de pessoas a serem entrevistadas. O projeto prevê: planejamento da condução das gravações com definição de locais, tempo de duração e demais fatores ambientais; transcrição e estabelecimento de textos; conferência do produto escrito; autorização para o uso; arquivamento e, sempre que possível, a publicação dos resultados que devem, em primeiro lugar, voltar ao grupo que gerou as entrevistas.

História oral é um recurso usado para a elaboração de registros, documentos, arquivamento e estudos referentes à experiência social de pessoas e de grupos. Ela é sempre uma história do tempo presente e também reconhecida como história viva (Meihsy, 2022,p.15).

Sabe-se que existe uma crítica sobre a história oral afirmando que a memória tem uma imprecisão dos fatos, porém não lembrar não é exatamente ruim, pois o importante é a interpretação do sujeito, o que está em sua memória.

Na história oral não há uma busca de investigar se o relato do sujeito da pesquisa é verídico ou falso, compreendemos que a memória retrata a história do tempo presente, em que houve uma elaboração, ressignificação, reconstrução do que foi vivido, se relacionando ao momento da entrevista, buscando compreender as marcas e validando a experiência vivida e compartilhada, possibilitando uma reflexão crítica sobre o tema proposto.

Dentre os tipos de história oral, utilizamos a história oral temática na busca de dialogar com os fatos e situações no período pandêmico, Meihsy (2022) discorre sobre a história oral temática:

A história oral temática é usada como metodologia ou técnica e, dado o foco temático precisado no projeto, torna-se um meio de busca de esclarecimentos de situações conflitantes, polêmicas, contraditórias. Os trabalhos de história oral temática se dispõem a discussão em torno de um assunto central definido - mesmo que outros decorram ou concorram para seu esclarecimento (Meihsy, 2022,p.39)

A história oral temática é a mais recomendada para tratar de temas sensíveis. Nesta dissertação ao receber as indicações das famílias pelos trabalhadores dos SUAS, foi constatado algumas temáticas que poderiam causar desconfortos e sofrimentos nos sujeitos da pesquisa, dentre eles: pessoas que haviam perdido a mãe, companheiro, filho ou outros familiares para a COVID-19. Por isso, evidenciou-se a importância de realizar contatos e entrevistas de forma cuidadosa, com respeito, ética, uma escuta atenta e qualificada, deixando explícito que não há pressa e buscar uma relação de confiança.

Martinelli, *et. al.* (2019),

A metodologia de história oral propicia a ampliação do diálogo teórico com a realidade; apresenta-se como um recurso investigativo que não suprime o movimento histórico e se ampara na perspectiva de totalidade, considerando as singularidades dos sujeitos (individuais e coletiva), que vivenciam o conjunto das expressões da questão social e as contradições constitutivas da sociabilidade capitalista.

Assim, o ato de pesquisar pelos caminhos da história oral é entregar-se ao desconhecido, ao trazer para o palco da pesquisa as cenas cotidianas. A pesquisa, para além de um ato intelectual, é um exercício ético-político, pois valoriza o homem enquanto sujeito, com consciência de se expressar. Responsáveis ativos de sua própria história, todos são sujeitos da pesquisa (Martinelli, *et. al.* 2019, p.182)

A história não se constrói igual para todos, portanto, ouvir as pessoas que foram diretamente impactadas e as suas experiências e percepções parte do nosso interesse para compreensão da questão social.

Utilizamos também outras fontes para a análise da construção desse trabalho, realizamos levantamento bibliográfico em artigos, dissertações, teses, livros, utilizando as palavras: assistência social, proteção social básica, SUAS, trabalhadores do SUAS, pandemia, pandemia COVID-19, impactos da pandemia, desigualdades e pandemia, desproteções sociais e violências. As categorias foram sendo aprofundadas partindo de uma perspectiva crítica de compreensão da realidade, a luz do materialismo histórico dialético.

1.3 O território da pesquisa: município de Jundiaí – SP

A escolha por esse território se materializa por viver, morar, transitar, participar de movimentos sociais locais, além da pesquisadora trabalhar nesse município, em que a atuação como assistente social em um CRAS – Centro de Referência em Assistência Social, o que possibilita a aproximação com indivíduos e famílias em situações de desproteções sociais e riscos, sobreviventes da pandemia da COVID-19.

Jundiaí é terra indígena! E foi após ouvir essa afirmação a partir dos movimentos sociais em que transito pela cidade que o meu transitar nesse território se modificou, despertando o sentimento de pertencimento, porém isso demorou alguns anos para acontecer, pois as marcas do coronelismo e do conservadorismo estão muito presentes no dia a dia do município.

A Prefeitura do Município de Jundiaí disponibiliza em seu site⁶ informações sobre a origem de seu nome, apontando que Jundiaí tem origem tupi e vem da palavra “jundiá”, que significa “bagre” e “y” significa “rio”, portanto seria um peixe que deu origem ao nome da cidade. Entretanto, também consideram o termo “yundiaí” como “alagadiços de muita folhagem e galhos secos”.

A região de Jundiaí, assim como todo o país era habitada pelos povos originários, nessa região os povos indígenas dedicavam-se a produção de milho e mandioca. Os primeiros a apossarem a região e expulsarem os povos originários chegaram em 1615, eram ligados ao movimento bandeirante e pela ocupação da antiga Capitania de São Vicente. Utilizou-se a mão-de-obra da população indígena e dos povos africanos escravizados.

O SESC Jundiaí (2022) publicou uma cartilha com a história e memória da cidade, ao abordar o tema *Passados e Presentes Afrodiaspóricos*, afirma a escravidão como estruturante de nossas vidas, em Jundiaí não foi diferente de outros territórios, destacam:

Ocorreu um apagamento da presença de africanos e de seus descendentes na história local, mas Jundiaí é preta, além de indígena, bandeirante, tropeira, italiana e migrante de várias regiões brasileiras, nas últimas décadas. Em meados do século 19, a população negra em Jundiaí chegou a constituir mais de 1/3 da população do seu território (SESC, 2022, p. 239).

Com o trabalho escravizado ocorreu na região a ampliação da lavoura cafeeira, naquele período o transporte era realizado por burros até Santos. Em 1860 inicia a construção da estrada de ferro chamada São Paulo Railway, inaugurada em 1867, a ferrovia ligava de Jundiaí a Santos, o transporte da produção de café da região e de São Paulo passou a ser realizado por trens até o porto de Santos, esse fato contribuiu para a economia da cidade e região. Em 1865 Jundiaí conquista a elevação de vila para cidade, resultado da produção de café, açúcar, chegada da ferrovia e crescimento econômico (SESC, 2022).

A seguir fotos desse período histórico, disponíveis na cartilha do SESC Jundiaí (2022), retratam a presença do transporte realizado por animais e a nova ferrovia, ainda com o nome Jundiahy.

⁶ Disponível em: <<https://jundiai.sp.gov.br/a-cidade/historia/>>. Acesso em: 01 de maio de 2022

Imagem 1: Estação Ferroviária São Paulo Railway ou Ferrovia Santos-Jundiaí

Estação Ferroviária São Paulo Railway ou Ferrovia Santos-Jundiaí (atual Estação Jundiaí CPTM Linha 7)



FOTO 36

Estação São Paulo Railway - Jundiaí. Notar a presença de carroças na estação, o que denota a importância do transporte de tração animal nessa época. Em segundo plano, à esquerda, uma locomotiva a vapor estacionada na estação. Fotografia de Alexandre Janczur. Início do século 20. Acervo AHMJ.

Imagem 2: Estação Ferroviária São Paulo Railway ou Ferrovia Santos-Jundiaí



FOTO 52

Vista do pátio de manobras das antigas oficinas da Companhia Paulista de Estradas de Ferro, na primeira metade do século 20. A instalação das oficinas, no final do século 19, teve grande impacto na vida urbana e social da cidade. Essa fotografia, nos mostra a dimensão das antigas oficinas (atualmente o Complexo Fepasa) na configuração urbana de Jundiaí. Acervo AHMJ.

Atualmente, o município de Jundiaí – SP, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE⁷, em 2010 seu último censo apontava uma população de 370.126 pessoas e em 2021 havia uma estimativa de 426.935.

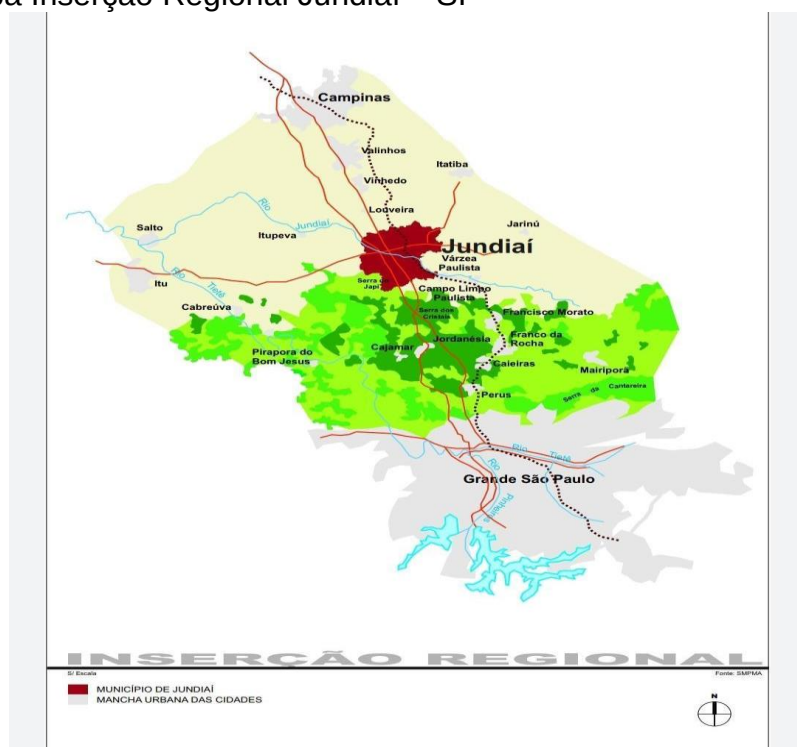
⁷ Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/jundiai/panorama>>. Acesso em: 27 de jun de 2022

O novo censo estava previsto para 2020, porém devido a pandemia e posteriormente a falta de vontade política do governo federal, vivenciamos o corte de verbas para o IBGE e diversos adiamentos do censo. Sabemos que a falta de estudos atualizados sobre a população reflete diretamente no planejamento de políticas públicas e sociais. O novo estudo do censo é importante para analisar os dados referente trabalho e renda, educação, economia, saúde, meio ambiente, entre outros.

O município é considerado o início do interior de São Paulo, fica localizado a cerca de 55 km de São Paulo - SP e 45 km de Campinas – SP, faz divisa com os municípios Várzea Paulista, Campo Limpo, Itupeva, Jarinu, Louveira, Itatiba e Cabreúva.

Apresenta-se a seguir o mapa da inserção regional do município que ilustra a sua localização, conforme consulta nos documentos disponíveis no site da Prefeitura Municipal de Jundiaí⁸.

MAPA 1: Mapa Inserção Regional Jundiaí – SP



Fonte: Prefeitura de Jundiaí

Nesse mapa acima, observa-se o município de Jundiaí destacado em vermelho e os outros municípios que estão ao seu redor.

A seguir será apresentado o mapa do município com a divisão por bairros e

⁸ Disponível em: <<https://jundiai.sp.gov.br/noticias/2015/03/17/oficinas-participativas-ouvem-sugestoes-ao-plano-diretor/>>. Acesso em: 01 de maio de 2022

regiões, conforme consulta nos documentos disponíveis pela Prefeitura Municipal em seu site.

MAPA 2: Município de Jundiaí – SP dividido por bairros



Fonte: Prefeitura de Jundiaí

Jundiaí possui uma paisagem marcante, em quase todo o seu entorno é possível visualizar a Serra do Japi, suas montanhas possuem uma grande área de Mata Atlântica nativa, ainda preservada. Segundo informações da Fundação Serra do

Japi⁹, em 1983 foi tombada pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico e depois regulamentada como reserva biológica, além de ser considerada “Reserva da Biosfera da Mata Atlântica” pela Unesco.

Para dialogar sobre a Serra do Japi e o contraste com os territórios vulneráveis, compartilho essa foto do território em que atuo, um território vivo, com seus cidadãos, famílias, identidades, discriminações, estigmas, fragilidades e potências.

É possível observar na foto casas amontoadas, ruas e vielas estreitas, no fundo o contraste com prédios e a Serra do Japi.

Imagem 3: Bairro Jardim São Camilo – Jundiaí - SP



Fonte: Foto de arquivo pessoal - 2021.

Atualmente a cidade de Jundiaí – SP utiliza o título de *Cidade das Crianças*, integrando redes sobre a infância no Brasil, América Latina e internacionalmente. Através de programas, iniciativas e campanhas visam a priorização de políticas públicas para as crianças.

Recordamos que Jundiaí ganhou uma repercussão nacional em relação à infância nos anos 90 devido a centenas de adoções internacionais. O movimento Mães da Praça do Fórum, denunciavam ilegalidades nos processos, mulheres

⁹ Disponível em: <<https://serradojapi.jundiai.sp.gov.br/institucional/>> Acesso em: 05 de julho de 2022.

denunciaram a retirada compulsória de seus filhos de forma irregular e solicitaram o retorno das crianças através de manifestações todas as segundas-feiras em frente ao Fórum de Jundiaí.

Esse movimento conquistou a abertura de investigações e mudanças na lei de adoção em que passou a priorizar a permanência da criança adotada em sua cidade ou estado de origem, a não separação de irmãos e o investimento na família de origem antes da perda do poder familiar.

As histórias dessas famílias, composta por uma maioria de famílias pobres, que foram impactadas por essa violência são ouvidas até hoje e assombram a história dessa cidade.

Observamos que a *Cidade das Crianças* ainda precisa avançar para oferecer um direito básico como o direito a brincar, possibilitando a garantia em todos os territórios, pois ainda há crianças que vivem em bairros em que não há nenhum parquinho ou espaço para o brincar, o seu quintal são as vielas com esgoto a céu aberto. Além das enormes filas de espera para acesso à creche, filas para atendimentos a crianças com deficiência, entre outros.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) foi instituído pela Lei Federal 8069 de 13 de julho de 1990 e prevê a prioridade absoluta na efetivação dos direitos fundamentais como à vida, à saúde, à alimentação, entre outros.

As contradições no município são inúmeras, por um lado, o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) apresenta dados positivos de qualidade de vida, de outro lado há um déficit habitacional e moradias em área de risco. Ademais, é necessário avançar em políticas sociais para todas as fases da vida, não apenas a infância, mas também adolescência, juventude, fase adulta e principalmente para as pessoas idosas, tendo em vista o envelhecimento populacional.

1.4 O sistema único de assistência social em Jundiaí – SP

O município de Jundiaí promulgou a Lei do Sistema Único de Assistência Social do município em 16/07/2014, através da Lei Municipal nº 82651¹⁰ e regulamentou a

¹⁰ Disponível em:

<https://sapl.jundiai.sp.leg.br/sapl_documentos/norma_juridica/15261_texto_integral.pdf>. Acesso em 30 de julho de 2023.

Política Municipal de Assistência Social através da Lei N.º 9.957¹¹, de 07 de junho de 2023, observando os princípios, diretrizes e normas estabelecidos pela Política Nacional de Assistência Social, apresentando como funções a proteção social, a vigilância socioassistencial e a defesa de direitos.

Refletindo sobre território, o autor Koga (2003) revela como:

O chão do exercício da cidadania, pois cidadania significa vida ativa no território, onde se concretizam as relações sociais, as relações de vizinhança e solidariedade, as relações de poder. É no território que as desigualdades sociais tornam-se evidentes entre os cidadãos, as condições de vida entre moradores de uma mesma cidade mostram-se diferenciadas, a presença/ausência dos serviços públicos se faz sentir e a qualidade destes mesmos serviços apresenta-se desigual (Koga, 2003, p.33)

Nessa perspectiva que as desigualdades sociais se tornam evidentes no território, conforme dados do Ministério da Cidadania¹², o território do município de Jundiaí – SP, possui os seguintes serviços socioassistenciais ativos: 6 Centros de Referência de Assistência Social – CRAS; 1 Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS, 1 Centro Pop e 13 Unidades de acolhimento, a seguir o quadro disponibilizado para consulta pública.

Tabela 1: Equipamentos da Rede Socioassistencial do SUAS - Município Jundiaí - SP

EQUIPAMENTOS DA REDE SOCIOASSISTENCIAL DO SUAS			
	Qtd. de Equipamentos Ativos	Preencheram o Censo SUAS 2020	
CRAS	6	6	 mapa
CREAS Municipal	1	1 (2019)	 mapa
Centro POP	1	1	 mapa
Unidades de Acolhimento	10	11 (2019)	Listar

Fonte: Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, CadSUAS (base corporativa) (mai/2023); Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, Dados Consolidados PSB/PSE; Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, Censo SUAS 2020;

As informações colhidas através dos dados do Cadastro Único¹³, revelam que em março de 2023, o município de Jundiaí possui 16.700 pessoas em situação de extrema pobreza; 7.139 pessoas em situação de pobreza e 10.466 pessoas de baixa renda, conforme é possível visualizar no quadro a seguir:

¹¹Disponível em: <https://imprensaoficial.jundiai.sp.gov.br/wp-content/uploads/2023/06/1c2eaa70-794b-4ba7-b63c-e7d3c4de5f45_Edicao-5284-14-06-2023-1.pdf>. Acesso em 30 de julho de 2023.

¹² Disponível em: <<https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/vis/data3/data-explorer.php>>. Acesso em: 22 de junho de 2022.

¹³ Disponível em: <<https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/vis/data3/data-explorer.php>>. Acesso: em 26 de junho de 2023.

Tabela 2: Famílias e Pessoas no Cadastro Único e faixa de renda Jundiaí - SP

Fonte: Secretaria de avaliação, gestão da informação e cadastro único - SAGICAD - Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome.

Referente ao Programa Bolsa Família, em maio de 2023, o município possuía 18.368 pessoas contempladas com esse programa de transferência de renda, conforme segue:

Tabela 3 : Programa Bolsa Família Município de Jundiaí - SP

Município: JUNDIAÍ/SP

BOLSA FAMÍLIA



PESSOAS

MAIO/2023

18.368

FAMÍLIAS

MAIO/2023

6.629

BENEFÍCIO MÉDIO
MENSAL *

MAIO/2023

R\$ 684,52

VALOR MENSAL
REPASSADO *

MAIO/2023

R\$ 4.536.972

TOTAL DE
BENEFÍCIOS DO
BOLSA FAMÍLIA **

MAIO/2023

31.209

BPI
PRIMEIRA
INFÂNCIA ***

1.151

BPI
PBF
PRIMEIRA
INFÂNCIA - PBF ***

3.475

BCF
COMPOSIÇÃO
FAMILIAR

9.065

BSP
SUPERAÇÃO DA EXTREMA POBREZA

3.744

BCT
COMPENSATÓRIO TRANSITÓRIO

955

BE
EXTRAORDINÁRIO

6.191

BAC
ADICIONAL COMPLEMENTAR

6.628

Fonte: Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, SENARC, Demonstrativo Físico/Financeiro do Programa Bolsa Família.

Sobre o Benefício de Prestação Continuada (BPC), em março de 2023 o município tinha 2.360 pessoas com deficiência e 2.469 idosos contemplados, com esse benefício do Sistema Único de Assistência Social, como pode ser visualizado a seguir:

Tabela 4 : Benefícios de Prestação Continuada Jundiaí - SP

Município: JUNDIAÍ/SP

BENEFÍCIOS DE PRESTAÇÃO CONTINUADA



TOTAL DE BENEFICIÁRIOS
PELA FONTE PAGADORA
MARÇO/2023

4.829



TOTAL DE BENEFICIÁRIOS
DO BPC INSCRITOS NO
CADASTRO ÚNICO
MARÇO/2023

4.151

PERCENTUAL DE BENEFICIÁRIOS DO
BPC INSCRITOS NO CADASTRO ÚNICO
MARÇO/2023

	Beneficiários	Repassado em Março/2023	Repassado em 2023*	Repassado em 2022
Pessoas com Deficiência	2.360	R\$ 3.078.060,81	R\$ 9.187.268,88	R\$ 31.928.472,70
Idosos	2.469	R\$ 3.219.873,38	R\$ 9.623.167,10	R\$ 33.984.255,84
Total	4.829	R\$ 6.297.934,19	R\$ 18.810.435,98	R\$ 65.912.728,54

* Referente aos meses de jan/2023, fev/2023 e mar/2023.

RENDA MENSAL VITALÍCIA



TOTAL DE BENEFICIÁRIOS
PELA FONTE PAGADORA
MARÇO/2023

55

	Repassado em Março/2023	Repassado em 2023*	Repassado em 2022
Total	R\$ 71.610,00	R\$ 221.340,00	R\$ 938.100,76

* Referente aos meses de jan/2023, fev/2023, mar/2023, abr/2023 e mai/2023.
Fonte: Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome

1.5 O percurso da pesquisa de campo

Após a realização da qualificação de mestrado realizamos adequações no projeto de pesquisa baseado nas indicações da banca e iniciamos o desafio de submeter o projeto para avaliação do comitê de ética via Plataforma Brasil, apresentando o detalhamento do projeto com a hipótese, os riscos e benefícios, de acordo com as normas e diretrizes de pesquisas envolvendo seres humanos, respeitando a dignidade humana, a ética, utilizando o consentimento livre e esclarecidos e manifestando a anuência em participar da pesquisa, conforme define as Resoluções nº 466, de 12 de dezembro de 2012 e nº 510, de 07 de abril de 2016 do Conselho Nacional de Saúde.

Apresentamos também o parecer favorável quanto ao mérito acadêmico do projeto de pesquisa emitido pelo Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social da PUC-SP (PPGSS) e a autorização para realização da pesquisa fornecida pela gestora e diretora de proteção social básica da Unidade de Gestão de Assistência e Desenvolvimento Social do município de Jundiaí – SP.

Com a conclusão da apreciação ética e emissão do parecer favorável concedido pelo comitê de ética, caminhamos na aproximação com os trabalhadores do SUAS do município de Jundiaí solicitando apoio na indicação de famílias e pessoas para participarem da pesquisa, o primeiro contato foi realizado via e-mail para os gerentes dos serviços de CRAS e Centro de Convivência da Pessoa Idosa – CCI, explicamos sobre a metodologia a ser adotada e o objeto de estudo, a experiência dos cidadãos atendidos pela proteção social básica do SUAS no período da pandemia da COVID-19, buscando identificar os impactos da pandemia, as práticas de resistência, às ações de cuidado e proteção social que foram ofertadas, nos e-mails anexamos o projeto, autorização da gestão, parecer do PPGSS e do comitê de ética.

Após o envio do e-mail, foi realizado o contato via telefone e WhatsApp, durante os contatos foi ressaltado com as equipes que as etapas da pesquisa, como a realização do convite para participação, a realização das entrevistas, transcrição, análises, entre outros seriam realizadas fora do meu horário de trabalho para que não houvesse perdas para o serviço e/ou desconfortos.

Algumas equipes não indicaram nenhuma família, justificaram que a sobrecarga de trabalho dificultou pensar na indicação, férias e algumas equipes

disseram que não teriam ninguém para participar. Teve equipe que não respondeu aos meus contatos e para não gerar incômodos, decidimos por não persistir na solicitação.

No total foram indicadas sete famílias para participarem da pesquisa, dessas houve duas famílias que a equipe não possuía o contato telefônico, portanto, não foi possível o contato prévio para apresentação e convite. É importante ressaltar que entendemos que não é interessante realizar visita sem aviso prévio. Uma família não aceitou participar da pesquisa e quatro famílias participaram, elas serão detalhadas adiante.

1.6 Sujeitos da pesquisa

A partir do objetivo de analisar a experiência, o caminho percorrido pelos cidadãos e famílias na busca por proteção social, estudando as consequências, sequelas e implicações que a pandemia trouxe para a vida dos sujeitos e refletindo sobre as intervenções realizadas pelo SUAS para proteger a vida das pessoas que foram impactados pela pandemia da COVID-19, a escolha pelos sujeitos da pesquisa serem os usuários do SUAS, legitima a experiência vivida em meio de situações de desproteções sociais e dos impactos da pandemia.

O estigma e a condição subalterna aos usuários do SUAS são abordados por Yazbek (2016):

Os destinatários das políticas socioassistenciais e dos serviços sociais, enfocados em sua condição subalterna, aqui explicitada com expressão de um lugar na vida social que se define exatamente pela exclusão. Exclusão que é uma forma de pertença, uma experiência que se explica na trama das relações sociais que definem o capitalismo no Brasil (Yazbek, 2016, p.48)

A resolução CNAS/MDS nº 99, de 4 de abril de 2023 caracteriza os usuários, seus direitos, suas organizações e sua participação na política pública de assistência social e no sistema único de assistência social, em seu artigo 2º define usuários como: *“cidadãos, grupos e segmentos populacionais que se encontram em situações de desproteção social, vulnerabilidades e riscos...”*

O artigo 5º apresenta os direitos que devem ser assegurados pelo SUAS:

- I. Acessar e usufruir serviços, programas, projetos, benefícios e transferência de renda no âmbito da Política de Assistência Social de qualidade, assegurando a supremacia do atendimento às

- necessidades sociais sobre as exigências de rentabilidade econômica, conforme os parâmetros e normas estabelecidas;
- II. Orientações sobre serviços, programas, projetos, benefícios e transferência de renda, no âmbito da Política Pública de Assistência Social, em linguagem clara, simples e acessível;
 - III. O direito ao exercício político na defesa de sua cidadania; e
 - IV. Acessibilidade arquitetônica, metodológica, instrumental, atitudinal, programática e nas comunicações (Brasil, 1993)

Será realizada uma breve apresentação dos sujeitos da pesquisa a partir dos relatos colhidos nas entrevistas referente suas histórias e marcas dos impactos da pandemia e as violações de direitos sofridas pelo Estado devido a ausência de políticas públicas de proteção social.

Durante as entrevistas foi questionado como os participantes gostariam de serem chamados e optaram pelo próprio nome, porém para garantir sigilo, não iremos utilizar os nomes reais dos sujeitos da pesquisa, mas utilizaremos nomes de pessoas importantes para a luta e história do Brasil.

- **Afonso: “Tem gente que fala assim: “Três! Como você aguenta?” Acho que são os três que fazem eu aguentar.”**

Imagem 4 - Afonso



Fonte: Um dos rascunhos de Dalton Paula para a capa de "Lima Barreto: triste visionário".¹⁴

¹⁴ Disponível em: <<https://www.blogdacompanhia.com.br/conteudos/visualizar/O-retrato-de-Lima-na-capa-entre-o-silencio-e-o-ruído>>. Acesso em 08 de agosto de 2023

O nome Afonso foi escolhido em memória de Afonso Henriques de Lima Barreto nasceu, natural do Rio de Janeiro, viveu de 13 de maio de 1881 à 01 de novembro de 1922, foi neto de escravos, ficou órfã de mãe na infância, foi o único negro de sua sala na escola de Engenharia, precisou abandonar a universidade para se dedicar aos cuidados do pai, tornou-se importante escritor brasileiro, através de suas crônicas criticava a burguesia do Rio de Janeiro.

Antes de realizar a entrevista, tentamos contato por ligação e mensagem, mas sem sucesso no primeiro momento. Depois Afonso, respondeu a mensagem e foi realizado um novo convite de participação da pesquisa e agendamento da entrevista. Reforçamos as informações da entrevista via WhatsApp para que não houvesse dúvida por parte do participante.

Em um domingo pela manhã, fui recebida pelo Afonso e seus três filhos, sentamo-nos em sua garagem, enquanto os dois filhos maiores jogavam vídeo game na sala e a sua filha brincava na garagem.

Iniciamos a entrevista com a apresentação sobre o estudo, explicando o sobre a pesquisa e o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, tirando dúvidas e solicitando sua autorização para iniciar a entrevista e a gravação.

Afonso está com 30 anos, natural de Jundiaí – SP, declara a sua cor de pele como “sou preto”, ensino médio completo, mora em uma região de Jundiaí que faz divisa com o município de Louveira, área de regularização fundiária. Seus pais são divorciados, moram em Jundiaí, tem quatro irmãos e três filhos (11, 06 e 01 ano), mora com os filhos.

Afonso perdeu sua companheira e os seus filhos perderam a mãe para a COVID-19, ela faleceu após o parto de sua filha mais nova, não teve oportunidade de acesso à vacina.

Compartilhou que nesses últimos quase dois anos teve o apoio de familiares, vizinhos e uma ONG que ajudam órfãs da COVID, através de suas falas observamos a ausência do Estado em um momento de desproteção da família.

O Afonso retornou ao mercado de trabalho há menos de 1 mês, trabalha como operador de torno CNC, somente agora conseguiu organizar os horários das crianças na escola, para conciliar com o trabalho remunerado com o trabalho doméstico e cuidados com os filhos.

Durante a entrevista teve pausa para troca de fraldas, organizar lanche das

crianças e brincadeiras com sua filha de 1 ano.

Após o término da gravação, assinamos o termo de consentimento livre e esclarecido. A Sr. Afonso apresentou a sua casa e as melhorias realizadas pela ONG e explicou sobre o território e o processo de urbanização.

- **Anita: “*Eu morava na minha casinha na favela e eles derrubaram...*”**

Imagem 5 - Anita



Fonte: Ilustração de Novaes

A escolha do nome Anita para representar a participante da pesquisa remete a Anita Garibaldi, viveu de 30 de agosto de 1821 à 4 de agosto de 1849, uma mulher que lutou em guerras, considerada uma heroína.

Antes de realizar a entrevista, tentamos contato por ligação e mensagem, mas sem sucesso no primeiro momento, ela havia mudado o número. Conseguimos contato com sua filha que passou o seu novo telefone e orientou que o contato via WhatsApp deveria ser realizado por áudio devido a dificuldade com leitura. Depois Anita, respondeu a mensagem e foi realizado o convite de participação da pesquisa e agendamento da entrevista. Reforçamos as informações da entrevista via WhatsApp para que não houvesse dúvida por parte da participante.

¹⁵ Disponível em: <<https://agenciajovem.org/anita-garibaldi-mulher-guerreira/>>. Acesso em 08 de agosto de 2023.

Foi em uma sexta-feira à tarde de um dia chuvoso que nos encontramos, fui recebida pela Anita, sentamos em sua sala, colocou o seu cachorro Fluke em um quarto, pois ele estava com ciúmes de sentar ao lado dela.

Anita tem 56 anos, declara que sua cor de pele é branca, natural do estado do Paraná, frequentou a escola por pouco tempo e não foi alfabetizado, quando adulta em uma igreja aprendeu a assinar seu nome e ler um pouco, segundo ela. Veio do Paraná para Jundiaí em 1969, com seus pais e seus 5 irmãos.

Sua família para garantir o sustento inicialmente trabalhava vendendo doces no terminal de ônibus, depois seu pai passou a trabalhar contribuindo na construção das primeiras casas no bairro Jardim São Camilo em Jundiaí, em suas palavras “*A favela lá embaixo, foi tudo meu pai que roçou e montou os primeiros barracos*”.

Anita tem quatro filhos, viúva há 8 anos, pais falecidos, mora com o filho e a nora, sobrevivem de sua pensão no valor de um salário mínimo, recentemente a família teve sua moradia interditada pois estava em uma área de risco e foi beneficiada com o auxílio moradia municipal.

Compartilhou que foi infectada pela COVID-19 em dezembro de 2021, período em que ainda não havia acesso à vacina. Ficou internada por dois meses, foi entubada e devido a sequelas, atualmente, realiza uso de traqueostomia ¹⁶definitiva. Realiza acompanhamento em saúde na UNICAMP, fica a cerca de 50 km de sua moradia, custeia os gastos com o transporte, medicamentos e colar da traqueostomia, não fornecidos pelo SUS.

Após o término da gravação, assinamos juntas o termo de consentimento livre e esclarecido. A sra. Anita trouxe uma caixa com várias fotografias de sua família e momentos de sua vida e ficamos conversando, lembrando, até a chuva passar. Quando fui embora nos abraçamos e ela agradece por poder contar a sua história.

¹⁶ Traqueostomia é um procedimento cirúrgico em que é feita uma abertura na traquéia, com o objetivo de levar ar para os pulmões e possibilitar a respiração.

- Carolina “E se for preciso eu enfrento o juiz, eu gosto de peixe grande...”

Imagem 6 - Carolina



Fonte: Carolina de Jesus - Foto de Bernardo França¹⁷

Carolina foi o nosso nome escolhido em menção a Carolina Maria de Jesus, que viveu entre 1914–1977, uma escritora brasileira, moradora de favela, mãe solo, catadora de papel reciclável, empregada doméstica, escreveu sobre a desigualdade social em nosso país e o racismo vivenciado. Se tornou uma das escritoras mais importante e mais lida do Brasil.

Antes de realizar a entrevista, foi realizado contato por ligação e mensagem, primeiramente o contato foi com a sua filha. Foi realizado o convite de participação da pesquisa e agendamento da entrevista. Agendamos a entrevista para o dia e horário que seria melhor para Carolina, um domingo à tarde. Reforçamos as informações da entrevista via WhatsApp para que não houvesse dúvida por parte da participante.

Fui recebida pela filha da Carolina que estava na calçada, tomando sol, com os pés enfaixados, recentemente havia saído do hospital, após 3 meses de internação. Os seus netos brincavam pela casa e Caroline me recebeu em sua sala. Iniciamos a entrevista realizando minha apresentação e explicando o sobre a pesquisa e o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, elucidando, tirando dúvidas e

¹⁷ Disponível em: <<https://revistagalileu.globo.com/Sociedade/Historia/noticia/2021/02/carolina-de-jesus-historia-da-autora-de-quarto-de-despejo-em-6-imagens.html>>. Acesso em: 08 de agosto de 2023.

solicitando sua autorização para iniciar a entrevista e a gravação.

A Carolina, sujeito da pesquisa, está com 57 anos, declara sua cor como “morena parda”, seus pais migraram para São Paulo, sua mãe tem origem no Rio de Janeiro e seu pai da Bahia, Carolina nasceu em Jundiaí, teve a infância marcada pelo acolhimento institucional em abrigo, teve sete irmãos, estudou até a 5ª série do ensino fundamental.

Carolina tem três filhos (36, 34 e 22 anos), dentre eles um filho adotivo. Atualmente mora com a filha, ela tem a saúde frágil e precisou realizar um transplante de rim. Além disso, mora com seus três netos, pois assumiu a guarda deles devido situações de desproteções sociais, violências e abuso sexual. Compartilhou sobre uma vida marcada por idas aos abrigos, conselho tutelar, audiências e hospitais, marcada também por muita luta e resistência.

Carolina está desempregada, não consegue trabalhar, pois é a única responsável pela filha e os três netos, não possui outras redes de apoio, sobrevivem com o benefício de prestação continuada – BPC, do seu neto que possui deficiência intelectual. Aguardam resposta sobre solicitação de BPC para sua filha.

A simplicidade da família não impediu de que tenham um olhar crítico sobre o que significou o desgoverno no período da pandemia e os impactos em suas vidas, será compartilhado mais detalhadamente adiante.

Recentemente os vizinhos haviam realizado uma denúncia contra Carolina no Conselho Tutelar, os netos estavam sozinhos na casa enquanto ela estava com a filha no hospital, esse fato somado a sua sobrecarga e ausência de rede de apoio e desproteções do estado, a deixou muito abalada e emotiva.

Compartilhou sobre o acompanhamento realizado pelo CRAS e da sua importância: *“O CRAS foi um apoio para caramba, eu conhecia a técnica há muito tempo, eu chegava nela e soltava tudo, eu tinha muita segurança nela, muita segurança.”*

Após o término da gravação, assinamos juntas o termo de consentimento livre e esclarecido. A sra. Carolina agradeceu a escuta e me despedi dela, sua filha e netos. Deixei meu contato disponível para que pudessem entrar em contato se precisassem de algo.

- **Maria Quitéria:** “Meu pai não gostava que a gente ia estudar, falava que menina mulher não ia para escola...”

Imagem 7- Maria Quitéria



18

Fonte: Foto de Thais Linhares

Em memória a Maria Quitéria de Jesus, que viveu entre 27 de julho de 1792 à 21 de agosto de 1853, conhecida como a primeira mulher no Brasil a fazer parte do campo de batalha, em um período que as mulheres eram proibidas de participarem da vida militar, enfrentou o seu pai e a todos pelo seu objetivo.

Antes da realização entrevista realizamos contato com a Maria Quitéria por telefone e WhatsApp, realizamos o convite para participação da pesquisa e agendamos a entrevista para o dia e horário que seria melhor para Maria Quitéria. Reforçamos as informações da entrevista via WhatsApp para que não houvesse dúvida por parte da participante.

Era uma sexta-feira de um dia ensolarado, a residência da Maria Quitéria, fica

¹⁸ Disponível em: <<https://apoia.se/thaislinhares?page=21>>. Acesso em 08 de agosto de 2023.

localizada a cerca de 20 km do centro de Jundiaí. Fui recebida pela Maria Quitéria, sentamos em sua sala, iniciamos a entrevista realizando minha apresentação e explicando o sobre a pesquisa e o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, tirando dúvidas e solicitando sua autorização para gravar a entrevista.

Maria Quitéria está com 66 anos, natural de Itambacuri, município em uma área rural do estado de Minas Gerais, declara que sua cor de pele é “*acho que sou morena*”, veio para o Estado de São Paulo em 1979 e mora em Jundiaí desde 1982, viúva recentemente, tem 5 filhos, mora em área de regularização fundiária, administrada pela Fundação Municipal de Ação Social de Jundiaí (FUMAS).

Trabalhou por muitos anos na zona rural de Jundiaí, em plantações de frutas, levava os seus filhos “*brincavam no rancho, enquanto eu trabalhava na roça*”. Neste período de trabalho não foi garantido nenhum direito trabalhista, por isso não teve acesso a aposentadoria, atualmente sobrevive com um salário mínimo proveniente da pensão por morte deixada pelo seu marido.

Maria Quitéria foi casada por 46 anos, o seu marido contraiu COVID-19 em 2021, como não teve acesso a vacina, ficou internado por cerca de dois meses e faleceu, deixando sua esposa, 5 filhos e netos.

A proteção social básica do SUAS chega até a vida desse casal de idosos através do serviço de convivência e fortalecimentos de vínculos para a pessoa idosa, proporcionando convívio, ampliação da rede de apoio, entre outros que trataremos no decorrer do trabalho.

Maria Quitéria no início da entrevista apresentou o receio de não saber o que responder e no decorrer do compartilhamento dos momentos de sua vida, foi reforçado que se tratava de sinônimos de resistência e força da sua história.

Após o término da gravação, assinamos juntas o termo de consentimento livre e esclarecido. A sra. Maria Quitéria toda orgulhosa me levou para ver as suas plantas e flores nos fundos de sua casa. Ofereceu um delicioso bolo caseiro, compartilhamos esse momento e nos despedimos com um abraço.

CAPÍTULO II – TEMPOS PANDÊMICOS E PROBLEMATIZAÇÕES SOBRE O ESTADO

Alberto Caeiro

XL - Passa uma borboleta por diante de mim

Passa uma borboleta por diante de mim
 E pela primeira vez no Universo eu reparo
 Que as borboletas não têm cor nem movimento,
 Assim como as flores não têm perfume nem cor.
 A cor é que tem cor nas asas da borboleta,
 No movimento da borboleta o movimento é que se move.
 O perfume é que tem perfume no perfume da flor.
 A borboleta é apenas borboleta
 E a flor é apenas flor.

2.1 Reflexões introdutórias sobre o estado

Partindo das inquietações sobre a forma de como o Estado brasileiro realizou a gestão no período da pandemia, tendo como fio condutor a pesquisa bibliográfica, esse capítulo foi construído na direção de buscar compreender o funcionamento do Estado, suas ausências e violências, apontando uma gestão baseada na Necropolítica e as contradições no período da Pandemia da COVID-19.

A partir de estudiosos marxistas, refletimos sobre o funcionamento da sociedade e do Estado, sabendo que não há apenas uma definição, pois o Estado se modifica a partir de sua conjuntura histórica, dessa forma existem diversos conceitos, desde os que acreditam que o Estado deve ser alterado ou que devemos disputá-lo e ainda os que acreditam no fim do Estado como o caminho para uma sociedade igualitária.

Compreendemos que o Estado representa também um instrumento de dominação de uma classe sobre outra, entretanto não devemos deixar de lutar pelas necessidades humanas, necessidades concretas como a saúde, educação, alimentação, sobrevivência, essencialmente em momentos de calamidades como foi a pandemia da COVID-19.

Refletindo sobre o Estado, sobre o que é essencial para existir, sobre a condição para a existência humana, no livro *A ideologia alemã*, Marx e Engels apresentam a afirmação a seguir:

O primeiro pressuposto de toda a existência humana e, portanto, de toda a história, é que os homens devem estar em condições de viver para poder

“fazer história”. Mas, para viver, é preciso antes de tudo comer, beber, ter habitação, vestir-se e algumas coisas mais. O primeiro ato histórico é, portanto, a produção dos meios que permitam a satisfação destas necessidades, a produção da própria vida material, e de fato este é um ato histórico, uma condição fundamental de toda a história, que ainda hoje, como há milhares de anos, deve ser cumprido todos os dias e todas as horas, simplesmente para manter os homens vivos (Marx e Engels, 1932, p. 32).

Portanto, é necessário garantir o acesso ao óbvio para viver, sobreviver, existir, dessa forma a produção dos meios para a sobrevivência é considerado um ato histórico para a condição da existência humana.

Sabemos que os povos sobreviviam sem o Estado, afinal, o país é marcado pela escravidão e genocídio dos povos originários e dos povos africanos, além dos regimes autoritários. Os povos viviam divididos em interesses antagônicos e conflitantes, surgindo o Estado para conciliar os conflitos. Lenin, resumindo a sua análise histórica, apresenta Engels:

O Estado não é, de forma alguma, uma força imposta, do exterior, à sociedade. Não é, tampouco, "a realidade da ideia moral", "a imagem e a realidade da Razão como pretende Hegel. É um produto da sociedade numa certa fase do seu desenvolvimento. É a confissão de que essa sociedade se embaraçou numa insolúvel contradição interna, se dividiu em antagonismos inconciliáveis de que não pode desvencilhar-se. Mas, para que essas classes antagônicas, com interesses econômicos contrários, não se entre devorassem e não devorassem a sociedade numa luta estéril, sentiu-se a necessidade de uma força que se colocasse aparentemente acima da sociedade, com o fim de atenuar o conflito nos limites da "ordem". Essa força, que sai da sociedade, ficando, porém, por cima dela e dela se afastando cada vez mais, é o Estado (Lenin, 1983).

Refletindo sobre a origem das sociedades que existiam sem um Estado, as famílias e os povos dominavam os territórios, interagindo em uma organização social ou não. O Estado surge como um mecanismo para organização da vida em sociedade, para mediação dos conflitos. O Estado é uma organização político-jurídica, em um determinado território, com um governo para mediação da vida em sociedade. Fazem parte dos elementos constitutivos do Estado, o povo, o território, a nação, o governo ditando como ele deverá ser regido e a soberania. Sendo uma fantasia pensar que o Estado e o governo estão trabalhando apenas para o bem comum da sociedade.

Pereira (2009, p. 289) apresenta reflexões sobre o Estado e a sociedade, apontando como uma relação contraditória e complexa, que varia de acordo com o grau de desenvolvimento da democracia em cada período histórico ou circunstância. Os conceitos e perspectivas teóricas são amplos, além de haver uma ampla discussão com relação ao seu conceito, não há um consenso ou um único entendimento. Apresenta três elementos em que existe acordo sobre sua definição, o primeiro é que

o Estado possui um conjunto de instituições e normas, além do *poder coercitivo*. O segundo é o *território*, a delimitação onde o seu poder é exercido e o terceiro é um conjunto de regras que mantêm uma *cultura política*.

Paula (2013) em sua tese de doutorado apresenta o pensamento dos principais intelectuais que buscaram explicar a humanidade, o Estado e suas dinâmicas sociais, suas convergências e divergências, desde Nicolau Maquiavel (1469-1527) que é reconhecido como o primeiro a discutir sobre o Estado Moderno, superando a ideia de reinos dos céus e da terra, entendendo o Estado com suas regras, funcionamento e características próprias. Passando por Thomas Hobbes (1588-1679) que elevou o pensamento de estado primitivo, superação do estado de natureza, para estado social, defesa do absolutismo monárquico. John Locke (1632-1704) o pai do liberalismo acredita que o Estado deve regular a liberdade dos homens para preservar a propriedade. Immanuel Kant (1724-1804) reafirma a democracia liberal. Jean Jacques Rousseau (1712-1778) apresenta os males da burguesia para a humanidade, defende o contrato social para regular a sociedade e Georg Wilhelm Friedrich Hegel (1770-1831) e sua contribuição sobre a consciência sobre a coisa pública.

A temática do Estado não era o foco de Marx, foi a partir da realidade naquele contexto histórico, sua vivência no Estado Alemão e relações de exploração do trabalho que surgiram as suas inquietações. Marx analisa que o Estado somente pode ser compreendido a partir da sociedade civil (Paula, 2013). Nas palavras do estudioso:

Para Marx, o Estado não é o instrumento para se alcançar a felicidade, como queria Aristóteles, e nem o Reino dos Céus, como se pensava na Idade Média; não é resultado de um contrato tácito entre os homens com delegação para harmonizar suas relações sociais nem muito menos a expressão máxima da vontade geral, instância universalizadora dos interesses particulares como pensou Hegel. O Estado é tão somente um momento de síntese da superestrutura que tende a ser transformado na medida em que se transformam as relações sociais de produção (Paula, 2013).

Se existir um Estado, ele estará dividido em classes, sendo representado pela classe dominante. Como o Estado nasce da necessidade de atenuar os conflitos de classe, ele representa a classe mais poderosa, economicamente e politicamente dominante, dessa forma passa a possuir novos meios de oprimir e explorar a classe dominada (LENIN, 1983).

O Estado não é apenas conciliação de classes, é também submissão e

dominação de uma classe sobre outra, nas palavras de Lenin, 1983:

Para Marx, o Estado é um órgão de dominação de classe, um órgão de submissão de uma classe por outra; é a criação de uma "ordem" que legalize e consolide essa submissão, amortecendo a colisão das classes. Para os políticos da pequena burguesia, ao contrário, a ordem é precisamente a conciliação das classes e não a submissão de uma classe por outra; atenuar a colisão significa conciliar, e não arrancar às classes oprimidas os meios e processos de luta contra os opressores a cuja derrocada elas aspiram (Lenin, 1983).

A ampliação das funções do Estado ocorre a partir dos desenvolvimentos do capitalismo, com suas crises cíclicas e a concepção de partidos políticos e sindicatos. Nesse contexto, surgiu um novo entendimento sobre a liberdade e igualdade, ligado aos assuntos da sociedade e a participação do Estado (PEREIRA, 2009).

Na sociedade capitalista, o teor do Estado não muda pela sua forma, apesar das diferentes culturas locais, o Estado busca garantir a propriedade privada dos meios de produção, manter a organização e controle da força de trabalho pelo capital e manter as relações assalariadas. Marx nos escritos da Crítica do Programa de Gotha, diferencia a substância, conteúdo e forma:

A sociedade atual é a sociedade capitalista, que existe em todos os países civilizados. O Estado atual, pelo contrário, muda com a fronteira, é, pois, uma ficção. No entanto, a despeito das suas formas, os diferentes Estados dos diferentes países civilizados têm todos, de comum, o fato de repousarem no solo da moderna sociedade burguesa, apenas mais ou menos desenvolvidas do ponto de vista capitalista (Marx, 1981).

Compreender o Estado não é apenas entender a sua estrutura ou seu funcionamento e organização da sociedade, se faz necessário situar no seu contexto histórico sua estrutura, relações e contradições. Marx apresenta o fio condutor de seus estudos:

Na produção social da própria existência, os homens entram em relações determinadas, necessárias, independentes de sua vontade; essas relações de produção correspondem a um grau determinado de desenvolvimento de suas forças produtivas materiais. A totalidade dessas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. O modo de produção da vida material condiciona o processo de vida social, política e intelectual. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser; ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência (Marx, 2008, p. 47).

A vida em sociedade é influenciada pelo meio em que se vive, sendo o Estado fundamental para a reprodução do sistema capitalista, garantindo a exploração da

força de trabalho, sendo assim ele não é neutro e muitas vezes trabalha para garantir os objetivos da burguesia e explorar a classe trabalhadora.

Compreendemos que o Estado nem sempre existiu e, portanto, nem sempre existirá, ele está estruturado em classes, se fundamenta nas relações capitalistas de produção e no antagonismo proletariado e burguesia.

A relação entre Estado e sociedade não é pacífica, logo a análise do Estado é um campo tenso, conflitante, no qual diversos interesses tensionam de acordo com seus objetivos, sendo que na sociedade capitalista os interesses do capital são focados em gerar riquezas através da exploração do trabalho e os interesses do trabalhador em dividir essa riqueza. O Estado representa instituições que detém as decisões, esse poder e dominação precisa ser monitorada pela sociedade, pois o Estado possui um conjunto de instituições de dominação e poder coercitivo (Pereira, 2009).

Paula (2013) apresenta características sobre a problemática do Estado em forma de um sumário em que contribui para nossas reflexões:

1. O Estado é um ente social e historicamente determinado, de natureza fundamentalmente relacional;
2. Sua existência está condicionada ao uso da razão. Isto é, só existe no âmbito do projeto da racionalidade humana, em sua dimensão política. Fora disso, não se realiza, é etéreo e amorfo;
3. Só pode ser entendido se referenciado a uma formação social específica. Isto é, adquire a identidade da sociedade em que se insere. Identidade está vinculada ao modo como se estabelecem as relações sociais — consequência direta dos processos de produção e reprodução da vida social — e a maneira como as disputas de poder são travadas nessas relações;
4. Portanto, sua existência não pode ser desvinculada do surgimento das classes, nem da dinâmica que estabelecem entre si e suas frações;
5. Por ser relacional, não há consenso sobre apresentar autonomia, ainda que relativa, ante a dinâmica das classes sociais;
6. Além de ser revestido ideologicamente pelo formato que assume, oscila entre papéis protagonicos, ou marginais, no processo de criação e difusão da ideologia dominante, sem abrir mão desse papel em nenhuma condição histórica;
7. Sua participação nos processos de reprodução das relações sociais é, em algumas análises, orientada pela classe dominante; em outras, é a própria classe dominante plasmada em sua forma. Alterna, assim, intervenções ora drásticas, ora moderadas, na vida socioeconômica, sempre com o fim último de manter os níveis exponenciais de expansão e acumulação capitalistas;
8. O monopólio legal da violência é uma característica própria intransponível, razão da sua autojustificação;
9. O caráter contraditório de sua existência reflete-se, dentre outras formas, no fato de possuir intrinsecamente as condições para sua manutenção perpetuadora como também de sua superação, para alguns, e extinção, para outros. Contradição essencial do sistema do capital incorporada pelo Estado burguês, ou inexorável a ele. Portanto, desse modo,

é indispensável para a transição socialista. Não há, por outro lado, consenso sobre as formas de encaminhamento dessa transição, gerando as mais profícuas polêmicas no campo da tradição marxista.

10. Acompanhando a evolução humano-social, os Estados migraram de simples organizações locais para conglomerados complexos mundializados. Portanto, suas formas contemporâneas não conseguem abdicar das relações imbricadas que se estabelecem na aldeia global (Paula, 2013).

Essa síntese aponta pressupostos importantes sobre o Estado que devemos considerar no decorrer desse trabalho, desde o contexto histórico em que está sendo analisado, sua dimensão relacional, a identidade com uma determinada sociedade, relações sociais estabelecidas, correlações de poder, relativa autonomia, seu caráter contraditório, entre outros.

O Modo de Produção Capitalista e a exploração da classe trabalhadora, bem como a pauperização massiva da população, fazem parte do processo sócio histórico de construção da expressão questão social. Nesse sentido, para justificar/legitimar suas ações e ter apoio de parte expressiva da sociedade, o capitalismo se munuiu de um arcabouço teórico e trouxe o Estado para junto de si, suprimindo também um aspecto político importante.

Dessa forma, é importante ponderar que o Estado apesar de ser um aparelho repressivo, ele também tem o papel de garantir direitos e exercer funções protetivas para a sociedade como também é preciso acreditar ser possível novas relações em que os trabalhadores não estarão divididos em classes, em que há superação da propriedade privada, proibição da venda da força de trabalho e divisão da riqueza socialmente produzida, em que não exista o Estado e não ocorra a apropriação de recursos que são necessários para todos.

2.2 A crise sanitária é uma crise do capital

Foi uma bomba em cima de nós. Uma doença que pegou o mundo inteiro de surpresa, ninguém sabia como iria fazer com esse negócio, uma doença doida dessa, como que pode começar lá longe e espelhar desse jeito (Maria Quitéria, 2023)¹⁹.

Diante da devastadora pandemia da COVID-19 muitos desejavam descobrir, quais foram as causas e origens? Onde tudo começou? Quem foram os responsáveis? Alguns buscavam prevenir futuros acontecimentos e outros apenas

¹⁹ Depoimento colhido em março de 2023.

causarem crises entre potenciais mundiais.

Circularam notícias falsas, premonições e teorias da conspiração que acusavam a China pela propagação do vírus, alguns acreditavam que o vírus era uma arma biológica para destruir outros países ou que foi algo planejado, diversos posicionamentos anti China, conservadores, racistas foram disseminados pela mídia causando desinformação e pavor na população.

Cientistas e pesquisadores fizeram buscas e coletas nos mercados úmidos, de frutos do mar em Wuhan, na China, local onde são comercializados animais selvagens vivos, como morcegos, ratos, ouriços, entre outros animais selvagens que vivem presos, em condições cruéis e em ambiente propício para ocorrer uma transmissão de vírus de animais para humanos, denominada transmissão zoonótica.

Evidências apontaram que o vírus SARS-CoV-2 estava circulando no mercado de Wuhan, mas não há afirmações que foi no mercado que o vírus surgiu, não encontraram animais contaminados no mercado, provavelmente pois as pessoas que vendiam os animais selvagens ilegalmente rapidamente tiraram os animais do local, com receio de penalidades.

Segundo Jane Qiu (2022):

Os cientistas admitem que não têm todas as respostas e podem nunca saber ao certo de onde veio a Covid-19, não muito diferente de muitas outras doenças infecciosas emergentes. Mas sabe-se o suficiente que a criação de animais selvagens na China continua a representar uma grave ameaça à saúde pública global. Além de proibir o consumo de animais selvagens, a China deve intensificar as medidas de biossegurança em toda a cadeia de suprimentos da vida selvagem, pesquisando regularmente a vida selvagem cultivada e seus manipuladores quanto à infecção (Jane Qiu, 2022).

Aprende-se que a proibição do consumo de animais selvagens e a utilização de medidas de higiene e biossegurança sejam validas para todos os países e não apenas para China.

Essas indagações não buscam encontrar a fonte da pandemia, mas apontar que essas discussões estão alinhadas com as crises ambientais, como as enchentes, tsunamis, furacões, desmatamentos, ausência de água potável, essas respostas da natureza falam sobre a nossa relação com ela.

Segundo Nakatani (2021):

Apesar da responsabilidade da crise atual ter sido atribuída, pela mídia em geral e por muitos intelectuais, à pandemia da Covid-19, a rigor, é a crise capitalista preexistente que foi aprofundada nestes dois últimos anos. Da mesma forma, a crise atribuída ao neoliberalismo, como política econômica, estrutura jurídico-política e ideológica, também não é de responsabilidade do

neoliberalismo. O que o neoliberalismo e a pandemia têm em comum é que aprofundaram mais gravemente a crise do capital (Nakatani, 2021, p.01).

O comportamento de todas as pessoas em relação à natureza põe em risco a existência humana. O legado de Marx em seu capítulo 23 do livro 1, traz reflexões sobre o modo de produção capitalista que atualmente avança de forma ilimitada e alienada, buscando o lucro acima de tudo e todos. A lei geral da acumulação é um processo de expansão das desigualdades e do exército industrial de reserva, com os trabalhadores excedentes, pois mesmo que trabalhem mais, nunca será o suficiente para o capital. Busca-se produzir cada vez mais, não importando como isso irá ocorrer, a quem irá impactar, desprezando a vida e a natureza.

Nesse sentido Lacerda (2022) analisa:

Vivenciamos um período histórico em que as relações mercantis se tornam insustentáveis pela própria dinâmica interna do capital e os sinais de falência são perceptíveis aos mais desatentos: a pandemia alterou a rotina de toda a humanidade. Diversos autores marxistas concordam que a partir de 1970 o crescimento da economia mundial não consegue mais assegurar as necessárias taxas de lucros do capital, sempre em expansão. Este cenário traz particularidades a crise do capital que se torna perene (Lacerda, 2022, p.04).

O capital vai criando necessidades de consumo cada vez maior, necessidades inúmeras, ilimitadas, através da exploração dos trabalhadores buscam sempre o aumento do lucro. A pandemia apresentava indicadores que poderia ser devastadora e foi, pois, ceifou e afetou diversas vidas, porém mesmo em um contexto de catástrofe o lucro impediu que as pessoas protegessem suas vidas e tivessem acesso ao isolamento, proteção e cuidado.

Antunes explica o termo capital pandêmico (2022):

Foi no solo da crise estrutural do capital que a pandemia se proliferou intensamente, levando à morte de milhões de pessoas em todo o mundo, além de desempregar milhões de trabalhadores e trabalhadoras. A tragédia da periferia, nos *tristes trópicos*, como é o caso do Brasil. Desde logo, teremos uma massa de trabalhadores e trabalhadoras sem condições mínimas de sobrevivência, tangenciando ou vivenciando uma fome profunda e sendo enterrada, aos milhares, nos cemitérios. A esta simultaneidade e imbricação trágica entre sistema de metabolismo antissocial do capital, crise estrutural e explosão do coronavírus podemos denominar, se quisermos usar uma síntese forte, *capital pandêmico*. Ele tem um claro caráter discriminatório em relação às classes sociais, pois sua dinâmica é muito mais brutal e intensa para a humanidade que depende do próprio trabalho para sobreviver. A classe burguesa, incluindo seus séquito de altos gestores, tem seus fortes instrumentos de defesa (recursos hospitalares privilegiados, condições de habitação que lhes permite escolher as melhores condições de realizar suas quarentenas, etc.), enquanto a classe-que-vive-do-trabalho a luta é para ver quem consegue sobreviver (Antunes, 2022, p.21 - 22).

A crise estrutural do capital está presente na sociedade e a pandemia se trata de uma expressão da destruição ambiental e humana, a gana por lucros sem limites são sinais de outras doenças do capitalismo. O Brasil enfrentava uma crise social, com a pandemia e um (des) governo que não priorizou a vida, nem tampouco os serviços sociais.

Nesse sentido Lacerda (2022) acrescenta:

Assistimos na pandemia como o Brasil, sob governo protofascista e intimamente ligado aos EUA, que seu enfrentamento se deu regido pela irracionalidade e destrutividade do capital monopolista: mesmo diante de uma pandemia que prometia matar (e efetivamente matou) milhões de seres humanos, o Estado Brasileiro não deixou de sucatear os serviços públicos e as relações trabalhistas. Em seu lugar, criou o engodo do Kit COVID, uma solução irracional e anticientífica que teve por objetivo enriquecer grupos da indústria farmacêutica, ligados ao Governo Bolsonaro e Trump, enquanto convencia os trabalhadores a se manterem trabalhando, mesmo sob o risco de morte; e os resultados foram catastróficos, indicando que a fase descendente do capital tem consequências de potencial devastador (Lacerda, 2022, p.04).

Marques (2021) em seu livro reflete sobre pandemias e crises no plural, pois enfatiza que as contradições foram agudizadas pela pandemia da COVID-19, porém já estavam presentes na sociedade capitalista.

Sobre a degradação da natureza, foi observado que durante a pandemia o isolamento social propiciou um respiro para a natureza, houve melhora na qualidade da água, do ar, da vida de animais, observando que o vírus atacava apenas o homem e não os animais. Muitas pessoas passaram a refletir e acreditar que é possível viver consumindo menos, ter maior consciência sobre a origem dos produtos. O que não houve redução foi no consumo de alimentos, medicamentos e o comércio on-line que se ampliou e criou novas necessidades.

Refletindo sobre saídas e caminhos para a superação da degradação da natureza, a partir de trilhos do campo individual para o coletivo, com a proposta do Bem Viver e do Ecosocialismo acredita-se que a produção deva ser realizada apenas para a necessidade humana e não para obter lucros. A exemplo da organização da produção e de métodos de cultivos que, ao invés de destruir a natureza para a realização dos cultivos, integram as culturas às condições naturais, como a agricultura orgânica. Sabemos que não há conciliação entre a natureza e o capitalismo, essas propostas estão em construção e exigem mudanças sociais, económicas e políticas, para que haja novas formas de compreensão da sociedade e de alternativas sustentáveis de produção e distribuição para além do capital (Marques, 2021).

2.3 O coronavírus SARS-COV-2

O início do ano de 2020 marcou o mundo com a chegada da pandemia do vírus COVID-19, uma pandemia mortal e devastadora, impactando a todos de alguma forma, sabemos que as pessoas foram impactadas de formas distintas, os que mais sofreram foram as populações pobres, pretas e periféricas, a COVID-19 foi comparada a pandemia da gripe espanhola que teve início em 1918 e ceifou a vida de milhões de pessoas em todo o planeta.

Em Wuhan, na China, no final do ano de 2019, foi identificada um novo tipo de coronavírus após vários registros de doenças respiratórias, esse tipo de vírus nunca havia sido constatado em humanos, era o coronavírus SARS-CoV-2, causador da doença infecciosa COVID-19.

Segundo a Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS)²⁰ foi em 30 de janeiro de 2020 que a Organização Mundial da Saúde (OMS), notificou ao mundo, até então a notificação foi sobre um surto de um novo coronavírus e decretou Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional (ESPII), nesse momento todos os países recebiam orientações referentes as possibilidades de ações de prevenções para as fronteiras.

A disseminação da COVID-19 ocorreu em todos os continentes, o vírus viajou rapidamente para vários países e a OMS caracterizou como pandemia em 11 de março de 2020. O dicionário português apresenta a origem da palavra pandemia no grego *pandemías*, com o significado “*todo o povo*”, a partir da união dos elementos gregos: “pan” (todo, tudo) e “demos” (povo).

Enquanto isso no Brasil, o país do Carnaval, se preparava para a maior festa cultural e popular do ano, ocorreu entre os dias 22 a 26 de fevereiro de 2020. O país recebeu milhões de turistas estrangeiros, voos e navios internacionais, além da circulação interna de brasileiros. Nessa ocasião, o governo federal não determinou o cancelamento do carnaval e não houve orientações do Ministério da Saúde sobre cuidados necessários para evitar a propagação do vírus. Ainda não havia registros de mortes no Brasil, porém o vírus já circulava, causando óbitos que posteriormente seriam confirmados.

²⁰ Disponível em: <<https://www.paho.org/pt/covid19/historico-da-pandemia-covid-19>>. Acesso em 08 de agosto de 2023.

Enquanto outros países se baseavam nas diretrizes da Organização Mundial da Saúde para proteger seus povos, o (des)governo brasileiro nunca reconheceu a pandemia, mediante posturas negacionistas, ultraliberais²¹ e medíocres, que resultaram em vidas perdidas, famílias dilaceradas e sofrimentos, fechou os olhos para a classe trabalhadora mais exposta à contaminação, além de estimular medidas individualista que não visavam a proteção, o uso de medicamentos sem eficácia, negacionismo, descrença na vacina e aproveitaram para deixar “passar a boiada” referente aprovação de projetos antidemocráticos, contrarreformas e privatizações (Boschetti, 2021).

O mundo inteiro literalmente parou, noticiários reportavam o caos em diversos países, lembro que a sensação foi de como se um tsunami avançava em nossa direção sem possibilidades de proteção ou defesa.

Os primeiros casos de COVID-19 começaram a ser monitorados pelo Ministério da Saúde em fevereiro de 2020, nesse momento o perfil era de pessoas que haviam realizado viagens internacionais recentemente e apresentavam sintomas gripais.

Em março de 2020 as primeiras mortes começaram a ser confirmadas, sendo observado que já ocorria a transmissão comunitária, o vírus circulava entre as pessoas e não somente entre quem havia viajado ao exterior. Entre as primeiras mortes, abriu os olhos o falecimento de uma mulher negra, empregada doméstica, pessoa idosa, 63 anos, sem acesso a aposentadoria, que viajava cerca 130 km de sua casa localizada na periferia do Estado do Rio de Janeiro até bairro do Leblon, um local onde se encontra um dos locais mais caros para morar no país, onde seus padrões haviam viajado para Itália, testaram positivo para a COVID e não possibilitaram o isolamento social como forma de proteção.

O nome dela é Cleonice Gonçalves, é imprescindível registrar para não esquecer, a morte dela escancarou o rumo das características dessa pandemia em nosso país, escancarou as desigualdades sociais. Ou seja, a população mais pobre esteve mais exposta ao vírus, não tendo acesso ao isolamento social, pois para garantirem a sobrevivência precisaram continuar trabalhando, tiveram pouco acesso

²¹ O ultraneoliberalismo compreende a radicalização do neoliberalismo (ANTUNES, 2018, p. 281), caracterizando um ajuste fiscal permanente (Behring, 2019) através de um Estado direcionado exclusivamente em prol do capital – internacionalizado e imperialista – e cada vez mais mínimo para as classes subalternas, materializado através do desmonte massivo dos direitos e conquistas sociais e aprofundamento das desigualdades sociais, crescente reestruturação produtiva, aumento do desemprego e do trabalho precarizado, desarticulação da organização das/os trabalhadoras/es e movimentos sociais.

a testes/diagnósticos/tratamentos, suas moradias não tinham saneamento, água ou alimentação adequada. Esses fatos impactaram gravemente a vida da população brasileira.

O vírus foi avançando pelo país e o governo não reconhecendo a gravidade da situação, minimizando os fatos, recusando adotar medidas de proteção social e seguir medidas indicadas pela Organização Mundial da Saúde.

Nesse sentido Matta, *et. al.* (2021) apontam:

As mensagens e atitudes de muitos governos sobre a pandemia reforçaram a dicotomia saúde-economia. Nessa linha, muitos optaram por seguir a tese da imunidade de rebanho para manter a lógica econômica neoliberal, contra as recomendações da OMS e de especialistas da área. Em vários países onde os governos demoraram a tomar medidas que mitigassem os efeitos da crise, a situação se tornou dramática e ao mesmo tempo exemplar: Itália, Reino Unido, Brasil e EUA produziram consequências sanitárias e humanitárias, principalmente entre populações vulnerabilizadas. A falta de ação dos governos desses países gerou críticas duras, nos quais se demonstrou a importância de se reconhecer a estreita relação entre política e saúde pública (Horton, 2020b). A dificuldade de coordenação nacional e a falta de uma liderança que indicasse um caminho coerente para lidar com o vírus em escala e para o diálogo federativo no Brasil levaram a que a responsabilidade, na prática, ficasse a cargo de governadores e prefeitos, incentivando uma supervalorização da fragmentação política num momento da necessidade de afirmação de um amplo pacto nacional para o enfrentamento da crise sanitária e humanitária. A decisão do governo federal ignorou a prerrogativa da União em casos como o de uma pandemia (Matta, *et. al.* 2021, p. 30).

Mesmo diante de um trágico cenário em que inúmeras vidas estavam sendo perdidas, a agenda neoliberal e suas pautas econômicas foram priorizadas em detrimento da oferta de medidas de distanciamento e isolamento social, foi gritante a lógica do lucro acima da vida.

Anita (2023) compartilha suas lembranças desse momento tão difícil em sua vida:

Tinha vacina não. Quando estava internada eu lembro de ver na televisão a briga deles, o presidente não queria receber a vacina, eu via muita gente morrendo do meu lado, foi uma época muito difícil, só via gente morrendo. (Anita, 2023).²²

Além da ausência de uma coordenação nacional do governo para alinhamento das ações de combate a pandemia, houve a troca de quatro ministros de saúde durante o período esse período:

²² depoimento colhido em março de 2023

1. Luiz Henrique Mandetta, atuou de 1º de janeiro de 2020 a 16 de abril de 2020, defendeu as orientações da OMS, apresentava orientações em coletivas para a imprensa diariamente, incomodou membros do governo e contrariou as ideias de Bolsonaro, resultando em sua demissão;
2. Nelson Teich, atuou de 16 de abril de 2020 a 15 de maio de 2020, ele não assinou o protocolo sobre o uso de hidroxycloquina, sua saída precoce escancarou ainda mais a péssima condução da gestão da pandemia;
3. Eduardo Pazuello, atuou de 15 de maio de 2020 a 15 de março de 2021, fez tudo o que o governo queria e assinou a nota que previa uso de hidroxycloquina para tratamento da COVID-19, com a ineficaz de sua gestão e aumento de mortes, foi demitido;
4. Marcelo Queiroga, atuou de 23 de março de 2021 a 31 de dezembro de 2022, continuou defendendo uso de medicamento sem eficácia comprovada e criticando isolamento social.

Além dessas trocas de ministros e do fracasso que foi a condução da pandemia pelo Governo Federal, a Associação Brasileira de Saúde Coletiva (ABRASCO), 2022, apresenta sete erros graves realizados pelo governo:

1. baixa testagem, isolamento de casos e quarentena de contatos;
2. uso de uma abordagem clínica, e não populacional, para enfrentar a pandemia;
3. desestímulo ao uso de máscaras;
4. promoção de tratamentos ineficazes;
5. atraso na compra de vacinas e desestímulo à vacinação;
6. falta de liderança do Ministério da Saúde e inexistência de um comitê de especialistas;
7. falta de uma política de comunicação unificada (Abrasco,2022, p.102).

Diante desses erros e de outros como a ausência de equipamentos de proteção social aos profissionais que estavam na linha de frente de combate a COVID-19, a falta de oxigênios, recusa na compra de vacinas, gastos com cloroquina, proliferação de fake News, menosprezo pela doença e pelas vidas perdidas, o Brasil atingiu a impressionante marca de mais de 700 mil mortes.

Anita (2023) compartilha as dificuldades de acesso a equipamentos de proteção individual, como a máscara:

Faltou muita coisa, faltou oxigênio, vacina, tem pessoas que não tinham nem

condições de comprar máscara, às vezes eu também não eu não tinha, eu acho que presidente, governo, tem que cuidar das pessoas carentes, porque não é fácil a pessoa depender do SUS, eles tinham que ajudar a gente (Anita, 2023)²³

O Conselho Nacional de Secretários de Saúde (CONASS) diante do apagão de dados do Governo Federal sobre a pandemia, manteve um painel com divulgação diárias de dados e atualmente com divulgação semanal, esses dados são ferramentas de gestão e de informação para a sociedade.

A seguir os dados de casos e óbitos no Brasil, seus indicadores de incidência, mortalidade e letalidade, disponibilizados pelo Painel do CONASS²⁴:

Tabela 5 - Casos e Óbitos Confirmados / Indicadores

CASOS E ÓBITOS CONFIRMADOS			
Ano	Casos	Óbitos	
2020	7.716.405	195.725	
2021	14.573.707	423.349	
2022	14.041.169	74.779	
2023	1.180.640	8.263	
Total	37.511.921	702.116	
Período: Semana Epidemiológica 18 de 2023 30/04-06/05			
23.950 Casos			
283 Óbitos			
INDICADORES			
Ano	Incidência*	Mortalidad..	Letalidade
2020	3.672	93	2,5%
2021	6.935	201	2,9%
2022	6.682	36	0,5%
2023	562	4	0,7%
* Taxas de incidência e de mortalidade por 100 mil habitantes			
Atualização semanal			
Última atualização: 9 de maio de 2023			

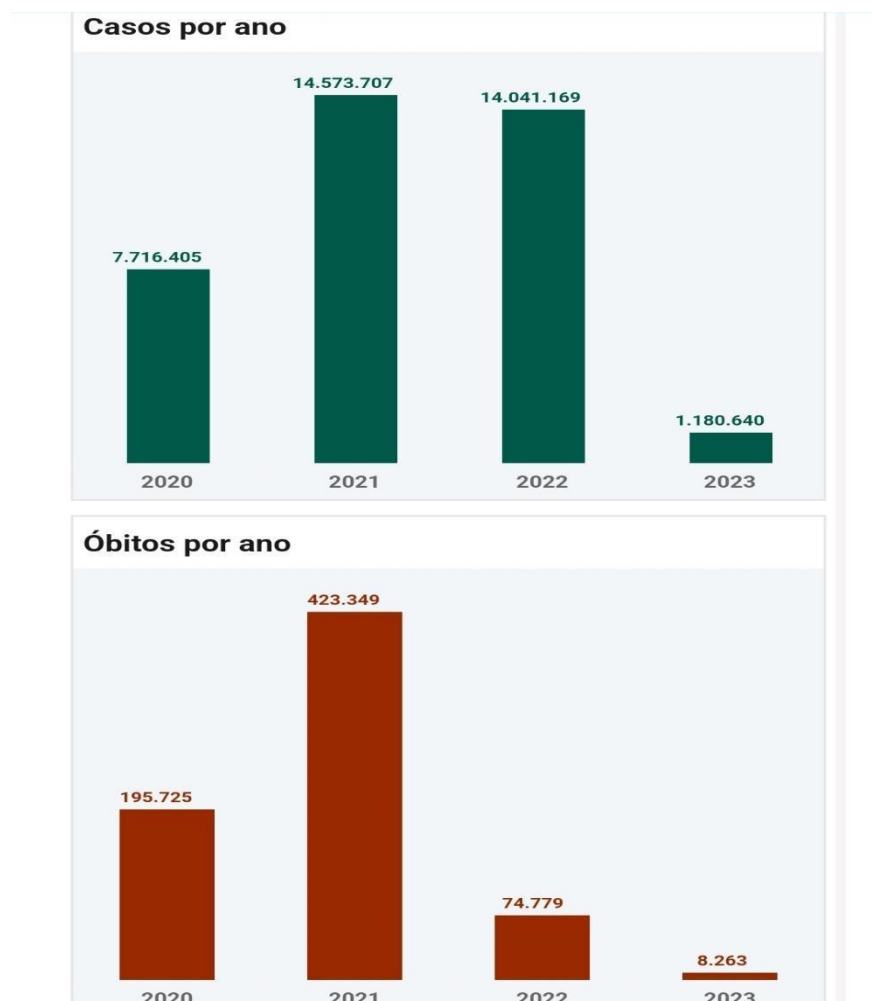
Fonte: Painel do CONASS

²³ Depoimento colhido em março de 2023

²⁴ Disponível em: <<https://www.conass.org.br/painelconasscovid19/>>. Acesso em: 08 de agosto de 2023.

A seguir outro quadro que apresenta os casos e mortes por COVID-19 em cada ano no Brasil apresentados pelo Painel do CONASS²⁵:

Tabela 6 - Casos por ano e Óbitos por ano



Fonte: Painel do CONASS

Observa-se nesse gráfico que o ano de 2021 foi o ano mais letal da pandemia em nosso país, o Brasil esteve no ranking de países com mais mortes no mundo. Sabemos que não são apenas números, são vidas e milhares de famílias atingidas, Maria Quitéria compartilha sobre a perda do seu marido:

Ele ficou quase dois meses internado, a gente não podia ver, os médicos ligavam para dar notícia, depois de um mês internado eles fizeram uma traqueo nele, meu filho foi lá assinar para autorizar, para ver para ajudar a respirar, mas toda hora aparecia uma bactéria nova, por fim não teve jeito mesmo.

Depois de um ano da pandemia tinha começado ele contraiu, já estava tendo

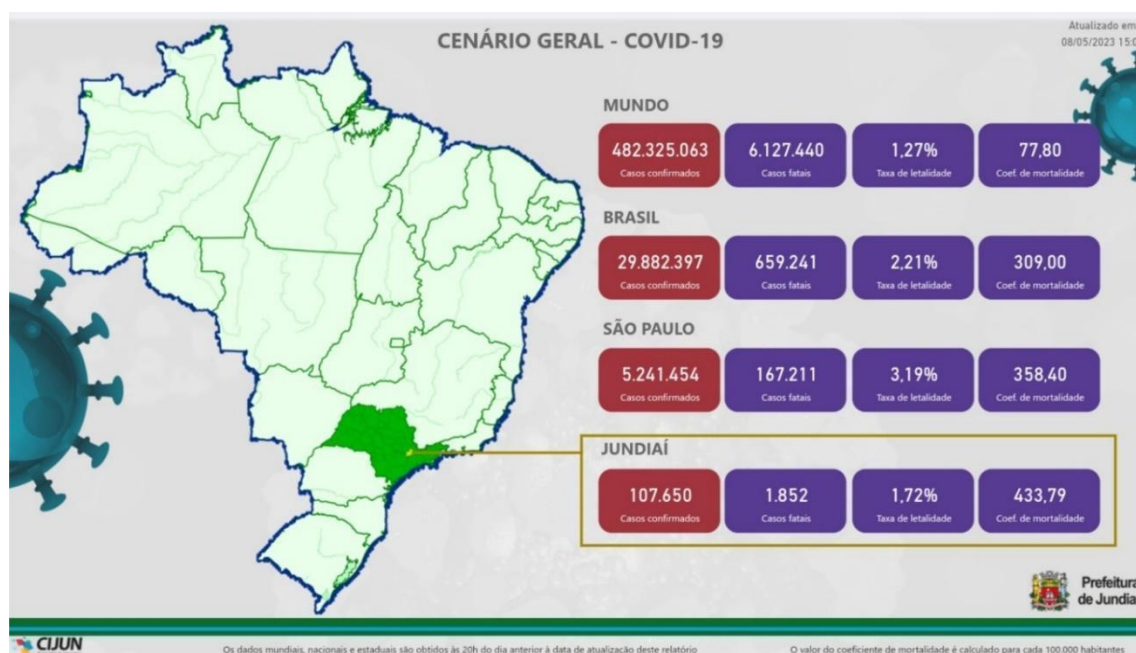
²⁵ Disponível em: < <https://www.conass.org.br/painelconasscovid19/> >. Acesso em 08 de agosto de 2023.

vacina, na semana que ele iria tomar vacina, ele ficou doente, ele fez 70 anos lá no hospital, não deu tempo (Maria Quitéria, 2023)²⁶.

Quando ela diz que não *deu tempo*, se referindo ao acesso a vacina, é algo inaceitável, lembrando que em 2021 já havia vacinas disponíveis no mercado e houve a omissão do Governo Federal para a compra dos imunizantes.

Referente aos dados do município de Jundiaí-SP, o site da Prefeitura Municipal, disponibiliza um relatório em formato de informe epidemiológico com dados quantitativos sobre a doença no município. Compartilhamos abaixo um quadro com o cenário no mundo, no Brasil, no Estado de São Paulo e no município de Jundiaí, disponibilizado neste relatório.²⁷

Tabela 7 - Cenário Geral COVID-19



A seguir a tabela ²⁸ com o total de casos confirmados, recuperados, casos fatais e casos ativos, além dos dados por bairro no município de Jundiaí – SP.

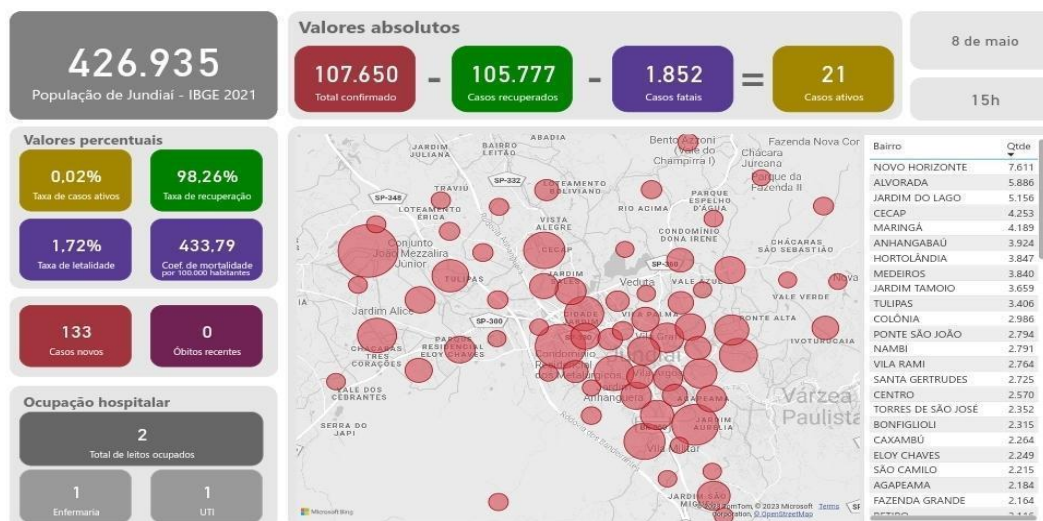
²⁶ Depoimento colhido em março de 2023.

²⁷ Disponível em:

<<https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiaMTg0MzlmM2UtMWYwOS00YTdiLTk4YjgtM2Q1MDE0NjM5ZGI3liwidCI6IjI3MmYwMTNkLWExMTgtNDBkNi05ODRjLWQwNmFmODUzNzhiYyJ9>>. Acesso em: 08 de agosto de 2023.

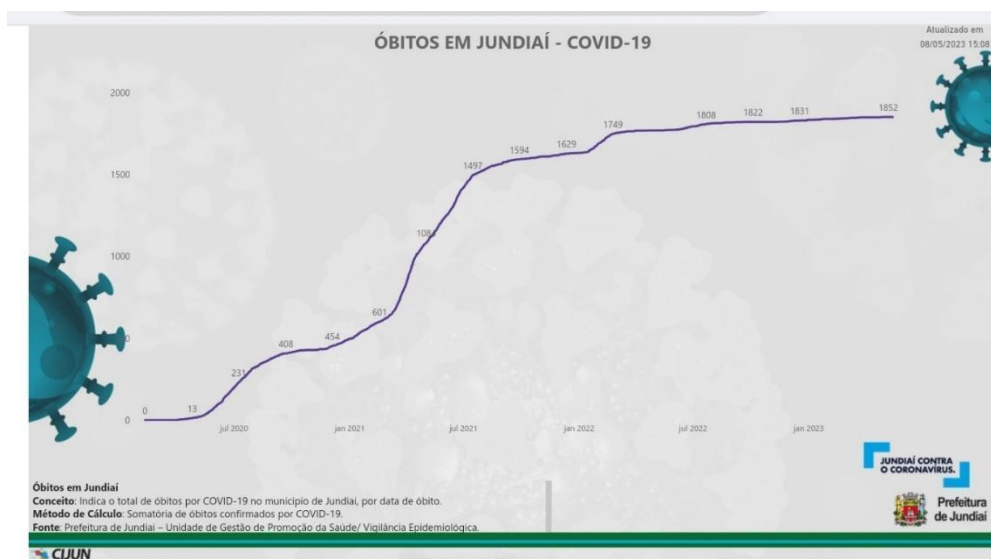
²⁸ Disponível em: <<https://jundiai.sp.gov.br/coronavirus/#informe>>. Acesso em: 08 de agosto de 2023.

Tabela 8 - Total de casos COVID-19 em Jundiaí – SP



A próxima tabela apresenta as mortes por COVID-19, por data, totalizando 1.852 vidas perdidas.

Tabela 9 - Óbitos em Jundiaí - COVID-19²⁹



²⁹ Disponível em:

<<https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiTg0MzlmM2UtMWYwOS00YTdiLTk4YjgtM2Q1MDE0NjM5ZGI3liwidCI6IjI3MmYwMTNkLWExMTgtNDk0ODRjLWQwNmFmODUzNzhjYyJ9>>. Acesso em: 08 de agosto de 2023.

Entre as vidas perdidas por COVID-19 em Jundiaí, Afonso compartilha sobre a perda de sua esposa que contraiu COVID na gestação e infelizmente faleceu aos 27 anos no pós-parto:

Ela ainda não tinha tomado vacina, naquela época demorava uns 10 dias para ficar pronto o exame de COVID e ela foi ganhar a bebê e estava só com aquele sintoma leve, foi tudo normal, uma quinta-feira, ela amamentou, no sábado a saturação dela estava alterada, trocaram ela de quarto, no domingo seria a alta, eu trouxe a neném e não trouxe ela. Silêncio.

Só ia piorando, piorando, piorando e chegou momento que estabilizou no grave, ficou 14 dias assim, perto do dia das mães eles ligaram, fui lá e me avisaram que ela tinha falecido. Eu tive que avisar eles, no outro dia pela manhã já era o enterro, caixão lacrado (Afonso, 2023)³⁰

Guimarães (2023) concluiu em seu estudo que houve excesso de mortalidade materna durante a pandemia no Brasil, apontando que a mortalidade materna é um quadro evitável, revelando graves violações dos direitos das mulheres.

O Dossiê da Associação Brasileira de Saúde Coletiva (2022) questiona quantas mortes poderiam ter sido evitadas no Brasil, apresentam a seguinte análise dos dados a nível mundial e Brasil:

Cruzando os dados proporcionais de população e mortes por COVID no contexto global, em 22 de março de 2022, o Brasil concentrava 2,7% da população mundial e respondia por 10,7% das mortes por COVID-19 no mundo; um evidente descompasso entre as duas proporções. Utilizando-se a mortalidade acumulada por COVID-19 (óbitos por 1 milhão de habitantes) pode-se observar a desproporcional concentração de óbitos no Brasil. Em 22 de março de 2022, enquanto a média global da mortalidade acumulada por COVID-19 era de 770 para cada 1 milhão de pessoas, a aferição no Brasil indicava 3.070 mortes para cada 1 milhão, ou seja, 4 vezes mais que a medida global. Dessa forma, é possível especular que, caso o país tivesse seguido o padrão médio global, três de cada quatro mortes por COVID-19 ocorridas no Brasil teriam sido evitadas caso o país tivesse seguido o padrão médio global (Associação Brasileira de Saúde Coletiva, 2022, p.103).

Ao se deparar com esses dados e com a possibilidade de três em cada quatro mortes poderiam ter sido evitadas, fica um sentimento de indignação e de compreensão que a gestão do governo federal com a pandemia foi uma barbárie, genocida e criminosa.

Durante a pandemia foi dito frases ligadas ao negacionismo afirmando que o governo instaurou como o “novo normal”, o “fim da pandemia”, em 22/4/2022 o (des) governo revogou o decreto que institui no Brasil situação de Emergência Sanitária e anunciou o fim da pandemia e do estado de Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN) referente a pandemia do COVID-19, decisão que foi

³⁰ Depoimento colhido em março de 2023

mais uma vez na contramão do que prevê a Organização Mundial da Saúde.

Segundo o jornal Humanista da UFRGS (2022), o anúncio oficial sobre o fim da pandemia, é de responsabilidade apenas da OMS, parte integrante da Organização das Nações Unidas (ONU). Sabe-se que o vírus COVID-19 ainda ultrapassa os limites geográficos entre os continentes e há bilhões de pessoas sem acesso a vacinas, ainda não há medicamentos específicos para o tratamento, além da possibilidade do surgimento de novas variantes e mutações do vírus. Anita compartilha como foi para ela o dia de receber a primeira dose da vacina:

O dia da vacina foi a maior felicidade do mundo. Eu estava tão afoita para tomar que até passei mal. Era lá na Vila Rio Branco, mas tinha que caminhar muito e eu tinha acabado de sair do hospital. Tomei devido a comorbidade. Me deram um sorinho, sentei um pouco. Foi a maior felicidade, tirei foto. E não via a hora dos meus filhos tomarem, enquanto eles não tomaram eu não sosseguei (Anita, 2023).³¹

A OMS realizou o anúncio oficial decretando o fim da pandemia da COVID-19 em 05 de maio de 2023 em uma reunião realizada em Genebra, na Suíça.

2.4 Relatório da comissão parlamentar de inquérito da pandemia

O relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito da Pandemia contém 1.288 páginas e foi aprovado em Comissão no dia 26 de outubro de 2021, teve o objetivo de apurar em 90 dias as ações e omissões do Governo Federal no enfrentamento da Pandemia do Coronavírus "SARS-CoV-2". Esse documento tem significado histórico para o nosso país, que se diz democrático, portanto a CPI busca a justiça a partir da lei. Os trabalhos e resultados da CPI foram noticiados em todo o mundo, pois no Brasil o vírus teve um forte aliado: Governo Federal.

O relatório aponta fatos mais relevantes nos anos de 2019, 2020 e 2021, como os primeiros casos na China, o reconhecimento de uma pandemia pela OMS, as primeiras mortes no Brasil, a corrida pela criação de imunizantes, a explosão de casos em Manaus, a falta de oxigênio, troca de ministros, entre outros.

O objeto da investigação foi o Governo Federal devido ao fato de não seguir as orientações da OMS e de outras autoridades e entidades científicas, violando dos

³¹ Depoimento colhido em março de 2023

direitos à vida e à saúde da população brasileira. O documento ³² aponta a seguinte situação que foi analisada:

O Governo do Presidente Jair Messias Bolsonaro teria optado por lavar as mãos e se omitido, incentivando tratamentos sem nenhuma evidência científica, atrapalhando os esforços de prefeitos e governadores, desacreditando a vacina CoronaVac, simplesmente pelo fato de o imunizante ter sido desenvolvido por uma empresa chinesa, bem como a da Pfizer. 21 O Requerimento destaca ainda o atraso na campanha de vacinação, a morte diária de milhares de brasileiros, a falta de leitos de UTI, o desabastecimento de medicamentos e insumos básicos, como oxigênio, e o colapso do sistema de saúde do Estado do Amazonas, em razão de as reservas de oxigênio medicinal dos hospitais amazonenses terem acabado, resultando na morte de diversos pacientes nas primeiras semanas de janeiro, o que poderia ter sido evitado com uma atuação proativa do governo federal (Brasil, 2021. p.20).

Durante os trabalhos da CPI foram realizadas um total de 67 reuniões, foram ouvidas as vítimas da COVID e mais 61 pessoas convocadas e convidadas, as reuniões foram transmitidas pelos meios de comunicação. Sendo analisadas as seguintes situações: a) gabinete paralelo, b) imunidade de rebanho, c) tratamento precoce, d) oposição às medidas não farmacológicas, e) atraso na aquisição das vacinas, f) crise do estado do Amazonas e a falta de coordenação do governo federal, g) o caso covaxin, h) hospitais federais do Rio de Janeiro, i) caso VTC operadora de logística LTDA – VTClog, j) a análise orçamentária da pandemia no Brasil, k) questão indígena e quilombola, l) desinformação na pandemia (fake news) e m) o caso prevent senior. Além desses pontos, o relatório também apresenta um capítulo sobre os impactos da pandemia sobre as mulheres e a população negra.

Durante a pandemia além da luta contra o vírus existiu a luta contra a desinformação, alguns pesquisadores denominaram como *infodemia*, assistimos a OMS orientando medidas de prevenção e o governo adotando posturas anti ciência, minimizando os fatos, espalhava desinformação, criando *kit covid* que visava lucros de empresas farmacêuticas. A CPI da pandemia abordou esse tema o item *Desinformação da Pandemia (fake news)*, em que foi apurado:

Apurou que não apenas os órgãos públicos de comunicação se omitiram em sua missão de combater boatos e a desinformação, mas participaram ativamente do processo de criação e distribuição desse tipo de notícia. Além disso, e ainda mais grave, ficou comprovado por esta investigação que a própria cúpula do governo se envolveu em ações para fomentar a

³² Disponível em: <<https://legis.senado.leg.br/comissoes/comissao?codcol=2441>>. Acesso em 08 de agosto de 2023.

disseminação de fake news. Através de propagação de notícias infundadas sobre a origem do vírus, perpetrando e encorajando ataques à China e seu povo, por meio de conteúdo nitidamente xenófobo. Críticas ao isolamento social, contendo argumentos falhos sobre a eficácia dessa ação para o enfrentamento da pandemia. Busca de isenção de responsabilidade pelo governo Bolsonaro, com base no falso discurso de que o Supremo Tribunal Federal havia proibido o governo federal de atuar no combate à pandemia. Campanhas coordenadas para incentivar o chamado “tratamento precoce”, baseadas em estudos falhos sobre a eficácia dos medicamentos usados para tratar a covid-19. Campanhas que passavam desinformações sobre o número de mortes causadas pela covid-19, com distorções sobre o número e a causa dos óbitos. Conteúdos que buscavam contestar a eficácia do uso de máscaras no enfrentamento da pandemia. Alguns até indicavam suposta nocividade em seu uso. Propaganda antivacina, que disseminou informações falsas sobre os riscos e a eficácia desses imunizantes (Brasil, 2021, p.664).

O documento ainda aponta que a corrupção, o atraso na compra de vacinas e a vacinação em passos lentos ocasionou milhares de mortes que poderiam ter sido evitadas e não foram devidas às decisões governamentais.

Anita compartilha o seu entendimento sobre esse período:

Foi uma época muito difícil, achei muito triste o presidente não levar a sério, onde já se viu com tanta gente morta, não era para chegar nesse ponto, se tivesse obedecido, tinha salvado muita gente. Daí na época dos oxigênios faltando, nossa, foi um desespero, os médicos não sabiam o que fazer. (Anita, 2023).³³

A CPI foi um importante espaço de apuração dos crimes e apontou crimes comuns, crimes de responsabilidade e crimes contra a humanidade, concluindo com a indicação de responsabilização e indiciamento de 78 pessoas físicas e 2 pessoas jurídicas, entre elas o resumo dos crimes praticados por Bolsonaro:

JAIR MESSIAS BOLSONARO – Presidente da República - art. 267, § 1º (epidemia com resultado morte); art. 268, caput (infração de medida sanitária preventiva); art. 283 (charlatanismo); art. 286 (incitação ao crime); art. 298 (falsificação de documento particular); art. 315 (emprego irregular de verbas públicas); art. 319 (prevaricação), todos do Código Penal; art. 7º, parágrafo 1, b, h e k, e parágrafo 2, b e g (crimes contra a humanidade, nas modalidades extermínio, perseguição e outros atos desumanos), do Tratado de Roma (Decreto nº 4.388, de 2002); e arts. 7º, item 9 (violação de direito social) e 9º, item 7 (incompatibilidade com dignidade, honra e decoro do cargo), crimes de responsabilidade previstos na Lei no 1.079, de 10 de abril de 1950 (Brasil, 2021, p. 1112).

Sabe-se que houve um recuo ao não utilizar o crime de genocídio e homicídio culposos, provavelmente devido conciliação de interesses esses termos foram justificados e não utilizados, erroneamente, de acordo com o entendimento da pesquisa.

³³ Depoimento colhido em março de 2023.

Apesar de todas as conclusões gravíssimas da CPI, não houve a possibilidade de um impeachment de Bolsonaro. O relatório foi encaminhado à Procuradoria-Geral da República, Ministério Público Federal, Ministérios Públicos estaduais, Defensoria Pública da União, Advocacia-Geral do Senado, Tribunal Penal Internacional, entre outros.

O relatório apresenta proposições legislativas e recomendações para o combate à elaboração e divulgação de notícias falsas, combate à corrupção, ações de memória às vítimas da covid-19 e reconhecimento do trabalho de profissionais da saúde, aprimoramento dos meios de gestão da saúde e recomendações referentes às populações quilombolas.

Acreditamos que esse relatório se trata de um importante instrumento de denúncia e que as consequências dependem da mobilização social para que os indiciados respondam pelos crimes e cometeram e haja reparações referente as omissões do Estado.

Experiências como da AVICO Brasil (Associação de Vítimas e Familiares de Vítimas da Covid-19) e ABRAVICO (Associação Brasileira de Vítimas da COVID-19), surgiram como espaços de apoio, mobilização e controle social. Essas associações protocolaram uma representação criminal contra o Bolsonaro a Procuradoria-Geral da República (MPF) e uma ação civil pública contra a União solicitando indenização às vítimas.

Infelizmente, nada irá reparar os milhares de vidas perdidas que poderiam terem sido evitadas e protegidas, cabe a mobilização social para que as denúncias caminhem nas instâncias jurídicas.

2.5 Sindemia ou pandemia?

O conceito de sindemia surge nas leituras realizadas usado pelo universo da saúde coletiva e também por autores das ciências sociais e do serviço social, para abordar o agravamento da pandemia no contexto de desigualdades sociais, entendendo que em situações que as pessoas vivem em condições precárias de moradia, sem acesso a saneamento básico, em situações de insegurança alimentar, serão mais impactadas pelas pandemias. Segundo Matta (2021):

O vírus sozinho não faz pandemia, tampouco explica uma doença. O que temos vivido é uma sindemia, e o seu principal operador é o capitalismo. Ele é um tipo de morte comprida que entra nos corpos e instala na carne a sua indústria de sofrimento e de exploração crônica. Portanto, é preciso que questionemos mais incisivamente o papel do neoliberalismo no cultivo e na criação intensiva de doenças. A resistência a ele deve ser envolvente e constituir subsídios para a elaboração de políticas de convivência e de cuidado conjunto para humanos, animais e ambientes (Matta, 2021, p.80).

A Abrasco (2022) apresenta a proposta de sindemia:

A noção de “sindemia” foi proposta pelo antropólogo Merrill Singer, no final da década de 1990, buscando articular os conceitos de comorbidade e interação para uma melhor compreensão da pandemia de HIV/AIDS. A proposta original da teoria sindêmica integra dois conceitos: sobreposição de doenças e interação de fatores. A sobreposição ou concentração de doenças refere-se à comorbidade ou a ocorrência simultânea de doenças e à sobreposição de epidemias em decorrência de macroprocessos econômicos e políticos. A sobreposição de doenças e epidemias exacerba os efeitos de sofrimento social sobre a saúde individual e coletiva, seja por meio de sinergias biológicas entre estados patológicos, seja por interações entre processos biológicos e sociais. Do ponto de vista sindêmico, os conceitos de comorbidade e multimorbidade são teoricamente mais importantes na clínica, mas também são relevantes para a pesquisa epidemiológica no campo da política e do planejamento em saúde (ABRASCO ,2022, p.42).

O conceito fica ganhou maior visibilidade e evidência no contexto da pandemia de COVID-19 a partir de uma publicação de um artigo na revista *The Lancet*³⁴, escrito por Richard Horton, em que afirmou “*A agregação dessas doenças em um contexto de disparidade social e econômica exacerba os efeitos adversos de cada doença separada. A COVID-19 não é uma pandemia. É uma sindemia.*” Defendeu que houvesse um olhar amplo para as desigualdades sociais no contexto da pandemia, não apenas para imunizantes, mas também habitação, educação, alimentação e moradia.

A olhar por esse ângulo nem todos os países sofreram com uma sindemia, pois houve experiências de medidas eficazes de prevenção e controle da doença, em países com outras condições sociais como é o caso da Nova Zelândia. Também podemos pensar que um conceito não exclui o outro.

Souza (2022) buscou analisar o conceito de sindemia a partir do materialismo histórico-dialético, questionando se é necessário um novo conceito, compreendendo que “*as doenças fazem parte de um processo mais amplo cuja raiz é de caráter social.*”

³⁴ HORTON, Richard. Offline: COVID-19 is not a pandemic. **The Lancet**, v. 396, n. 10255, p. 874, 2020. Disponível em: <[https://www.thelancet.com/journals/lancet/article/PIIS0140-6736\(20\)32000-6/fulltext](https://www.thelancet.com/journals/lancet/article/PIIS0140-6736(20)32000-6/fulltext)>. Acesso em 08 de agosto de 2023.

Na saúde coletiva entende-se que o conceito de determinantes sociais de saúde vem de encontro ao entendimento mais amplo sobre o processo saúde-doença. O autor ainda afirma: *“entendemos que sindemia é um novo-velho conceito se confrontado com o debate latino-americano; é uma tautologia que implica, inclusive, a restrição de uma concepção ampla de saúde.”*

Abrasco (2022) traz uma crítica nesse sentido “a teoria da sindemia adota uma posição sociopolítica conservadora no tratamento teórico das desigualdades sociais como determinantes não hierárquicos do conjunto de fenômenos relacionados à saúde.”

Embora haja pertinência na crítica do modelo biomédico que o termo sindemia propõe, ele pode acabar sendo mais limitado e colocando a saúde de um lado e a questão social de outro, separando-as.

Lukács (2013) apresenta que o ser social está imbricado no ser natural, demonstra a seguir:

[...] a interação ininterrupta entre ser natural e ser social, o pôr teleológico que coloca essa interação em movimento real e, com ela, o papel condutor da consciência em atos que realizam tais conexões dinâmicas, todos esses componentes do complexo devem ter o efeito determinante também para o ser do homem (Lukács, 2013, p.209).

Por acreditar na indissociabilidade entre natureza e sociedade, reconhece-se que a população mais vulnerável são as mais impactadas e que as estratégias de luta para combater as desigualdades sociais são importantes, assim também como as reflexões sobre a origem social das doenças e os fatores estruturantes na sociedade capitalista, mas para isso não é necessário o uso do conceito sindemia.

2.6 A cor da pandemia da covid-19

Foram atribuídas as causas da infecção por COVID-19 e as mortes para as pessoas com comorbidades, problemas de saúde, obesos, diabéticos, problemas respiratórios, entre outros, porém a falta de acesso a saúde preventiva, a alimentação saudável, a atividade física são marcas da desigualdade social em nosso país, em que pobres e pretos não tem acesso a meios de manter uma vida saudável e garantir o direito à vida.

A pandemia se apresentou como democrática, mas não foi, as populações e territórios vulneráveis foram os mais afetados e os que mais sofreram com todos os

impactos causados.

A herança escravocrata no Brasil não foi reparada pelas políticas sociais, dessa forma uma tragédia anunciada aconteceu, a população negra foi a mais impactada e a que mais morreu durante a pandemia. O racismo estrutural é visto através do menor acesso aos serviços de saúde, homicídios, empregos mais precarizados e que comprometem a saúde, moradias sem saneamento básico adequado, além da exposição nos transportes públicos lotados durante a pandemia, esses aspectos agravaram ainda mais a situação.

O Dossiê da Abrasco (2022) aponta que houve negligência na coleta de dados no quesito raça/cor durante o início da pandemia e somente com a pressão dos movimentos negros, esses dados passaram a ser divulgados, porém com uma baixa qualidade do preenchimento, promovendo um apagamento das necessidades e direitos da população negra.

Lélica (2022) com seus estudos, apresenta dados de sobre o excesso de mortes entre a população negra:

Negros e indígenas foram os que mais morreram na pandemia: conforme levantamento do Núcleo de Operações e Inteligência em Saúde, grupo da PUC-Rio, e outro do Instituto Pólis. No primeiro, ficou demonstrado que, enquanto 38% dos mortos foram brancos, 55% eram negros. O Instituto Polis, por sua vez, calculou a taxa de óbitos por Covid19 na capital paulista e concluiu que entre negros o índice foi de 172/100 mil habitantes, enquanto para brancos foi de 115 óbitos/100 mil habitantes (Lélica, 2022).

A pandemia ocasionou um excesso de mortes, entretanto as vidas negras foram as mais impactadas, ocorrendo uma mortalidade maior do que esperada, a pesquisada e médica Bierrenbach (2022), discorre sobre o assunto:

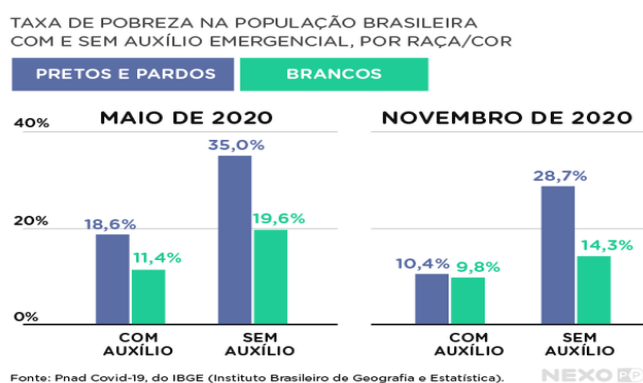
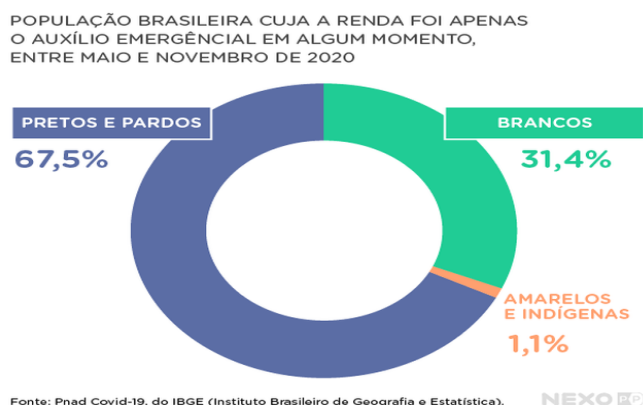
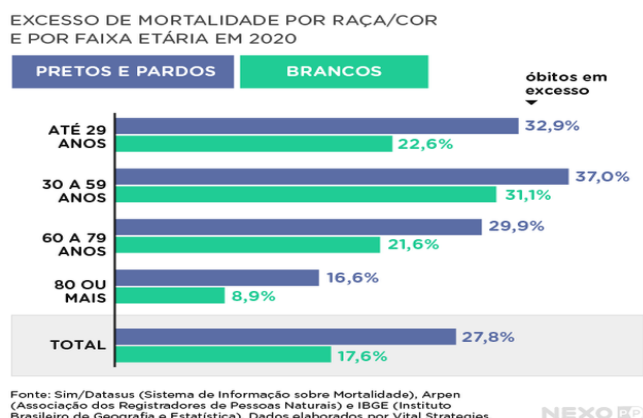
O excesso de mortalidade em 2020 no Brasil foi de 270 mil mortes (22%). Ou seja, esse foi o número de pessoas que morreram acima do esperado para o ano. No entanto, a pandemia da covid-19 afetou de forma desproporcional a população negra, resultando em um excesso de mortalidade de 28% (153 mil mortes) de pessoas pretas e pardas. Já entre pessoas brancas, o excesso foi de 18%. Esta diferença, em números absolutos, representa 36 mil óbitos a mais entre pessoas de cor preta e parda em relação às brancas (Bierrenbach, 2022).

A partir de dados do DATASUS, IBGE e PNAD COVID, a revista Nexo Políticas Públicas³⁵ produziu gráficos em que apresenta: O excesso de mortalidade por raça / cor e por faixa etária em 2020; a utilização do auxílio emergencial como única fonte

³⁵ Disponível em: <<https://pp.nexojournal.com.br/perguntas-que-a-ciencia-ja-respondeu/2022/5-pontos-sobre-desigualdades- raciais-e-os-impactos-da-pandemia>>. Acesso em 08 de agosto de 2023.

de renda por pretos e pardos ou brancos e taxa de pobreza sem o auxílio emergencial por raça / cor, conforme compartilhamos a seguir:

Tabela 10 - O excesso de mortalidade por raça / cor e por faixa etária em 2020



O excesso de mortes entre pretos e pardos no ano de 2020 é estarrecedor como revela esse estudo. A Abrasco (2021) denuncia que os negros estão no topo nas listas de óbitos e os últimos na fila da imunização. Embora o SUS esteja em cada canto desse país e foi essencial para evitar uma tragédia ainda maior, os serviços de

saúde nas periferias são os mais sucateados e precários.

Com o aumento da desigualdade para a população preta e parda no mercado de trabalho, o acesso ao auxílio emergencial foi fundamental para a sobrevivência, apesar de não ter garantido manutenção de renda e ter sido usado em ano eleitoral para conquistar votos.

O apoio do movimento sindical foi fundamental para a aprovação da Medida Provisória 936 de 01 de abril de 2020 que institui o Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda, protegeu os empregos assalariados, entretanto pretos e pardos foram os que mais sofreram com o desemprego, segundo dados da Nota Técnica do IPEA em Silva (2020):

As múltiplas e interseccionais desigualdades que pesam sobre a população negra têm se apresentado de modo intenso e se agravado durante esse tempo de pandemia. Além da atenção aos efeitos diretos das condições de saúde e de acesso a atendimento médico, as perspectivas de subsistência e inserção laboral mostram-se essenciais para, ao menos, não permitir a ampliação das desigualdades raciais, tão marcantes e estruturantes no país. A estratificação do mercado de trabalho, além de ser agudizada nesse período pandêmico, traz outras consequências. Além do aumento da desocupação, entre a população ocupada, foram os cidadãos pretos e pardos que, por um lado, mais sofreram afastamento do trabalho, e, por outro, os que menos se beneficiaram da manutenção do vínculo laboral por meio de trabalho remoto. Ademais, formaram a ampla maioria da capacidade laboral submetida à situação de desemprego oculto por desalento, em grande parte justificada pela impossibilidade de buscar emprego durante a pandemia (Silva, 2020, p.13).

A mortalidade excessiva ocorrida entre a população negra no Brasil durante a pandemia da COVID-19 escancara o racismo estrutural, as desigualdades sociais e raciais, além das omissões do Estado, a cor da pandemia tem a cor do povo preto e periférico, precisamos avançar em políticas sociais que ao menos reparem os danos ocasionados a essas famílias em nosso país.

2.7 Necropolítica no governo Bolsonaro

O governo de Jair Messias Bolsonaro iniciou em 01 de janeiro de 2019 e tivemos fim ao pesadelo em 31 de dezembro de 2022. Durante seu mandato, o modelo ultraliberal avançou significativamente, aumentando as desigualdades sociais e retrocessos nos direitos sociais, a partir de uma política de morte.

Em 2013, os movimentos de ruas em que o Movimento do Passe Livre (MPL) reivindicava contra o aumento das passagens de ônibus, marcou uma fase de

polarização social e uma onda neoconservadora, neofacista³⁶ e ultraliberal que ganhou ênfase em 2016 com o golpe de Estado que resultou no impeachment da presidenta Dilma Rousseff e nos ataques às políticas sociais e aos direitos conquistados.

Analisando o ultraliberalismo no contexto atual, a Boschetti (2021) destaca:

O ultraneoliberalismo é reforçado também por um reacionarismo violento — neofascista —, que se evidencia em discursos e ações de criminalização das lutas sociais e do pensamento de esquerda, que fortalece o negacionismo e persegue a autonomia da pesquisa, da formação e da produção de conhecimento, com ataques virulentos contra as universidades públicas. O conservadorismo moral negligência os direitos humanos e as conquistas civilizatórias no campo da cidadania constitucional. A investida contra os direitos conquistados pelas mulheres na forma de crítica à “ideologia de gênero” se adensa com uma profunda LGTBfobia, manifestações racistas e destruição da vida dos povos originários (Boschetti, 2021, p.73).

A partir de um sentimento da população de aversão e desgosto com a política brasileira, aproveitando-se dessas manobras jurídicas e um governo neofacista foi eleito democraticamente, Mazzeo (2021) apresenta contribuições para a compreensão do neofascismo:

Apesar de ser um fenômeno em escala mundial, o neofascismo apresenta traços diferenciados em determinados países. Contudo, há elementos que o constituem que são genéricos, tais como: (...) a) culto à tradição e a alusão à uma ‘verdade primal’; b) a recusa da modernidade – exatamente o núcleo pós-moderno (...); c) a adesão ao irracionalismo filosófico; d) as universidades definidas como ninho de comunistas e a suspeição de intelectuais; e) o ódio ao desacordo, à dissensão e à diversidade, a xenofobia, o racismo e, acrescento q esses elementos a LGBTQIA+fobia como pressuposto (Mazzeo, 2021, p.35).

Embora a figura de Jair Messias Bolsonaro tenha sido eleita democraticamente em 2018, foi através de um discurso racista, xenofóbico, machista e com posturas autoritárias, criando uma figura de um mito, com um discurso moralizante em prol dos “cidadãos de bem”, da “família tradicional brasileira” e “anticomunista”, com o apoio da burguesia e utilizando-se de fake news que lamentavelmente ganhou simpatizantes e a eleição.

Lacerda (2022) defende que além do governo ter adotado a Necropolítica, uma

³⁶ Considera-se o neofascismo um fascismo remodelado, em que há o desejo de combater o movimento democrático e popular. Nesse sentido, utilizando o conceito de fascismo de Boito Jr: “é um movimento reacionário de massa enraizado em classes intermediárias das formações sociais capitalistas. Ele é movido por um discurso superficialmente crítico – e, ao mesmo tempo, profundamente conservador – sobre a economia capitalista e a democracia burguesa. (...) É um movimento que chega ao poder, não como representante de tais classes intermediárias, mas, sim, após ter sido politicamente confiscado pela burguesia ou uma de suas frações com o objetivo de, apoiada nele, superar uma crise política e implantar um governo antidemocrático, anti operário e antipopular” (Boito Jr., 2021, p. 4).

política de morte, houve um tempero escravocrata em que parte da elite lucrou no período da pandemia e estão mais ricos, refletindo o caráter neocolonial deste governo sustentado por um Estado e elites profundamente elitistas, racistas e patriarcais.

As temáticas violências de Estado e controle da pobreza estão interligadas ao compreendemos a necropolítica a partir do uso da violência para a gestão da política governamental, como vimos no governo Bolsonaro de forma genocida.

Zizek (2014) apresenta reflexões sobre diversos tipos de violência, convidando a aprofundar o que comumente entendemos enquanto violência. E convida a ter um olhar atento para identificar diversas outras violências, não apenas a violência física direta, como por exemplo, a violência “subjativa” que não está diretamente visível, porém é exercida por pessoas que estão identificáveis. Outro exemplo trazido pelo autor é a violência sistêmica, compreendendo que existe uma cegueira perante esse tipo de violência, por se tratar de uma forma sutil de coerção que sustenta relações de dominação e exploração. Em suas palavras:

A violência sistêmica ou “ultraobjetiva”, própria às condições sociais do capitalismo global, que implica a criação “automática” de indivíduos excluídos e dispensáveis (dos sem-teto aos desempregados); e a violência “ultrassubjetiva” dos novos “fundamentalismos” emergentes, de caráter étnico e/ou religiosos e em última instância, racistas (Zizek, 2014, p. 26).

O autor também aborda a biopolítica, que em nome da regulação da segurança e do bem-estar social, exerce uma política do medo e o discurso de potenciais culpados. Para manter a ideia de proteção à ameaça e à violência realiza a violência legitimada, a violência de Estado.

Paula (2018) cita os ensinamentos de Jaime Osório (2014) quando diz que

[...] o Estado é muito mais que dominação de classes. Mas é essencialmente dominação de classes. O Estado é muito mais do que a condensação de relações de poder, mas é fundamentalmente a principal condensação das relações de poder. O Estado é muito mais do que as relações que conformam uma comunidade, mas é essencialmente uma comunidade, porém ilusória. Enfim, o Estado é muito mais do que coerção, mas é principalmente violência concentrada (Osório, 2014, p.17, apud Paula, 2018, p. 10).

O Estado também tem sua face de atenuar e reprimir as lutas e mobilizações da sociedade, usando das violências, opressões, atrocidades e prisões. Observamos a militarização da vida através do uso da lei e normas para o controle dos corpos, da vida, definem quem pode morrer, quem são os descartáveis, durante a pandemia, no Brasil foi escancarado as escolhas do governo e os que mais morreram foram as

populações indígenas, população negra e da periferia, além do alto índice das mulheres gestantes e crianças.

Mbembe (2018) apresenta o conceito de necropolítica e discorre sobre soberania, a partir desse conceito. O autor compreende que a soberania reside na capacidade de ditar quem pode viver e quem deve morrer, exercendo controle sobre a mortalidade e definindo a vida como a implantação e manifestação de poder

Uma vez que o domínio natural de proibições inclui a morte, entre outras (por exemplo, sexualidade, sujeira, excrementos), a soberania exige que a força para violar a proibição de matar, embora verdadeira, estará sob condições que o costume define. E, ao contrário da subordinação, sempre enraizada na alegada necessidade de evitar a morte, a soberania definitivamente demanda o risco da morte (Mbembe, 2018, p. 15-16).

Aponta como exemplo a desumanidade da escravidão e a dominação que foi exercida sobre esses corpos, citando a raça não como o início da humanidade, mas o seu fim, uma condição de aceitabilidade do fazer morrer.

A partir da compreensão de que a violência de Estado também se caracteriza pelo fato de o Estado compor um projeto societário e, no caso, o seu posicionamento de conciliar com a lógica de exploração e dominação capitalista, ele se torna violador de direitos humanos.

A adoção desse posicionamento do Estado é sentida por parcela significativa da sociedade através de expressões de opressões, explorações e de alienação através da implementação de políticas sociais imediatistas, paliativas, fragmentadas, focalizadas e não universais. Assim, a desigualdade social se instaura na essência da proteção social, inserida na ordem social capitalista que se alimenta e se reproduz das desigualdades sociais.

É possível observar a necropolítica em ação quando o governo lançou a campanha *O Brasil não pode parar*, colocando em risco a vida da classe trabalhadora, o governo agiu definindo quem iria viver e quem iria morrer durante a pandemia, mesmo diante de orientações de isolamento social, para proteger vidas, evitar colapso na saúde, a quarentena foi negada para a classe que vive do trabalho.

A função do Estado torna-se administrar essas medidas, o que gera diversas contradições no desafio da política social em intervir na pobreza como estratégia no enfrentamento da desigualdade social.

Compreende-se que não existe interesse em abolir esse ciclo perverso, apenas gerir a sua manutenção. A lei geral da acumulação produtiva desenvolvida por Marx,

segundo Pereira (2016), expressa uma tendência em que a partir da acumulação de riqueza, através do aumento da produtividade do trabalho, amplia-se a exploração da força de trabalho e os indicadores da miséria, pobreza e desemprego. Os mecanismos usados para acumulação de riquezas são os mesmos para a manutenção das desigualdades sociais.

Nas palavras de Marx:

Quanto maiores forem a riqueza social, o capital em funcionamento, o volume e o vigor de seu crescimento e, portanto, também a grandeza absoluta do proletariado e a força produtiva de seu trabalho, tanto maior será o exército industrial de reserva. A força de trabalho disponível se desenvolve pelas mesmas causas que a força expansiva do capital. A grandeza proporcional do exército industrial de reserva acompanha, pois, o aumento das potências da riqueza. Mas quanto maior for esse exército de reserva em relação ao exército ativo de trabalhadores, tanto maior será a massa da superpopulação consolidada, cuja miséria está na razão inversa do martírio de seu trabalho. Por fim, quanto maior forem as camadas lazarentas da classe trabalhadora e o exército industrial de reserva, tanto maior será o pauperismo oficial. Essa é a lei geral, absoluta, da acumulação capitalista (Marx, 2013, p. 564).

Dessa forma, observa-se que o interesse do capital gira em torno de adquirirem a acumulação de capital através da exploração do trabalho humano. Ao mesmo tempo em que ocorre a acumulação da riqueza ocorre o aumento da pobreza, das desigualdades sociais, das justificativas para as violências de Estado; e o capitalismo é desafiado a pensar estratégias de administrar essa situação, apresentando como ação de forma intencional medidas paliativas, com caráter benemerente, assistencialista e violento.

O capitalismo não se reproduz sozinho, a caridade é necessária para manter o ciclo de reprodução social (Zizek, 2014).

As violências compõem o modelo capitalista e do Estado através da governança das desigualdades sociais, controlando a pobreza, invisibilizando povos e violando direitos.

A Abrasco (2022) usou o termo neoliberalismo epidemiológico para tratar sobre o uso da violência para eliminação de pessoas e grupos mais vulneráveis, ao permitir o avanço da pandemia, beneficiando mercado em detrimento da vida.

Castilho (2021) apresenta as necropráticas utilizadas pelo governo:

O governo Bolsonaro é marcado por uma direção política que atenta contra a própria sobrevivência da classe trabalhadora. Sua escolha pela necropolítica impõe um extermínio a todos/as aqueles/as que ameaçam o grande capital, como é o caso das ações orquestradas contra os povos indígenas, ribeirinhos e quilombolas; contra a Amazônia e seu desmatamento criminoso; na liberação de centenas de agrotóxicos; no pacote anticrime; na contrarreforma da previdência social; na garantia de armamento aos grandes

proprietários de terra; nas reduções orçamentárias das políticas sociais; nos sucessivos cortes nas universidades e na cultura, e, portanto, no descrédito com relação à ciência e à cultura, como campos de elevação da consciência. Em nenhuma das propostas existe algo que se volte à proteção da vida da população que vive em condições de fome e miséria. Não há nada que promova e preserve a vida, ao contrário, todas as ações de seu governo vão na direção de viabilizar a morte, por meio, do enxugamento total do Estado brasileiro, transformando-o por completo em um Estado de contenção social ou penal, que aplica uma política punitiva potencialmente agressiva contra a classe trabalhadora, em especial, contra negros/as; população LGBTQI+ e mulheres. Assim, o governo Bolsonaro acaba por ratificar e aprovar suas necropráticas absolutamente discriminatórias, racistas e lgbtfóbicas que sempre estiveram presentes desde o Brasil colonial, mas que atualmente têm a anuência e aprovação de uma parte considerável da população que acaba sendo envolvida numa trama que tece a teia de sua morte, sem perceber que está sendo aniquilada (Castilho, 2021, p. 272).

Carolina com toda sua simplicidade e conhecimento, compartilha sua percepção do governo no período da pandemia:

Foi a coisa mais triste, muita gente que perdeu família, perdeu o pai, a mãe. Aquele Bolsonaro desanimou a gente, não mereceu o voto, porque ele ficava tirando sarro do povo sem ar, a gente está nesse mundo e todos podiam pegar, ele folgando dos pobres, o dinheiro não é tudo, não gostei, sabe, a gente não pode xingar, mas a gente fica com raiva, como pode uma coisa dessa, muito triste, muita gente perdeu a vida (Carolina, 2023).³⁷

É nítido que o Brasil foi submetido a necropolítica, uma política de morte, na gestão da pandemia, atravessando as questões de gênero, raça e classe. Apesar do fim do governo Bolsonaro, parte da sociedade ainda se vangloria dos seus traços fascistas e anti democráticos e isto precisa ser enfrentado e superado.

³⁷ Depoimento colhido em março de 2023.

CAPÍTULO III – POLÍTICA SOCIAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Quem cala sobre teu corpo
Consente na tua morte
Talhada a ferro e fogo
Nas profundezas do corte

Que a bala riscou no peito
Quem cala morre contigo
Mais morto que estás agora
Relógio no chão da praça

Batendo, avisando a hora
Que a raiva traçou no tempo
No incêndio repetindo
O brilho do teu cabelo

Quem grita vive contigo

Milton Nascimento

3.1 Breve resgate histórico da assistência social

As políticas sociais, entre essas de assistência social, no Brasil resultaram das relações entre Estado e sociedade civil, de forma complexa e contraditória, marcadas pela influência do colonialismo europeu que determinou a cultura, os valores e as tradições brasileiras, além de exterminar a população indígena e instituir a escravidão. Mencionar essas marcas tão profundas da sociedade brasileira é fundamental para compreender como as desigualdades sociais e o racismo que estão na origem do Brasil, no avanço do capitalismo e em consequência na atual política social de proteção social.

Lima (2012) aponta que a questão social no Brasil surge com a estruturação do capitalismo, como herança do período escravista. Anteriormente o empregador custeava moradia, alimentação, assistência, entre outros, com a estruturação do capital o trabalhador urbano passa a receber um salário e um sistema de proteção social meritocrático, que atende apenas aqueles que possuem registro em carteira de trabalho, não contemplando os trabalhadores rurais e nem os desempregados.

Historicamente a assistência social no Brasil foi marcada pelo assistencialismo, caridade, benemerência, entre outros, Yazbek (2016), analisa:

As políticas sociais no Brasil nascem e se desenvolvem na perspectiva de

enfrentamento da “questão social”, permitindo, apenas, acesso discriminado a recursos e a serviços sociais. O caráter regulador de intervenção estatal no âmbito das relações sociais na sociedade brasileira vem dando o formato às políticas sociais no país: são políticas casuísticas, inoperantes, fragmentadas, superpostas, sem regras estáveis ou reconhecimento de direitos. Nesse sentido, servem à acomodação de interesses de classe e são compatíveis com o caráter obsoleto dos aparelhos do Estado em face da questão. Constituem-se de ações que, no limite, reproduzem a desigualdade social na sociedade brasileira (YAZBEK, 2016, p. 50).

Mota (2006) considera as políticas de proteção social produtos históricos de lutas da classe trabalhadora, destacando a seguridade social objeto de disputas e negociações na sociedade capitalista que busca adequá-la aos seus interesses, analisa que o objetivo da universalização do acesso aos benefícios sociais não foram alcançados devido ideias e interesses neoliberais, a previdência social se tornou um seguro social contributivo, a saúde se tornou uma mercadoria a ser comprada e a assistência social que busca se expandir mantém o foco na responsabilização individual das famílias.

Nesse mesmo sentido Sposati (2013) aponta críticas à política de proteção social de assistência social por ocultar os interesses do capital e fragilizar outras políticas sociais, denomina “desarranjo estratégico” a omissão do Estado em consolidar direitos, reconhecer e prover acessos, usando o campo público e o privado para manipular os interesses econômicos.

A assistência social no Brasil em sua origem foi influenciada pelo caráter religioso, através da caridade, ajuda e assistencialismo. A Legião Brasileira de Assistência – LBA, prevaleceu de 1942 a 1995, criada por Darcy Vargas, trouxe o primeiro-damismo, aliado ao Estado e ao empresariado, através do voluntariado de mulheres com ações de caridade, distribuem todo o tipo de doação, alimentos, próteses, remédios, entre outros, de forma fragmentada, sem padronização e com diversas denúncias de desvios de verbas e irregularidades.

Nesse sentido, Paula (2022) relembra esse momento da Legião Brasileira de Assistência:

Na década de 1930, sob os auspícios do governo Vargas, a assistência social se eleva ao patamar de ação estatal, libertando-se dos domínios quase que exclusivos da igreja católica. A criação da Legião Brasileira de Assistência (LBA) consagrou esse processo ao mesmo tempo em que legitimou as práticas e as concepções do assistencialismo de Estado, enraizando o primeiro-damismo na cultura política do país, a LBA inaugura um modelo de gestão para prestação da assistência que a caracteriza não por sua ação política setorial, mas sim pela definição de um público-alvo: os “pobres” (Paula, 2022, p.97).

A Lei Brasileira de Assistência (LBA), foi pautada no auxílio emergencial e paliativo à miséria, marcado por caridade, ações descontinuadas e subtrações, até hoje existem sequelas dessa origem assistencialista e tuteladora. (Behring, 2011) observa no assistencialismo focalizado, ações preventivas e redistributivas limitadas, restrição ao acesso universal a bens de consumo e aos direitos sociais, prevalecendo o ideário neoliberal para as políticas sociais.

Após um longo período ditatorial em nosso país, a partir da luta dos movimentos populares, sindicais, urbanos e rurais a Constituição Federal de 1988 foi uma conquista para todos, representou a responsabilidade do Estado com a proteção social dos brasileiros destaque aqui dentre as políticas sociais do tripé da Seguridade Social, a assistência social.

A promulgação da Constituição Federal de 1988 marca a história da assistência social, ganhando um novo patamar de entendimento como uma política social de seguridade social, de direito da população e dever do estado.

Em seus artigos 203 e 204, a Constituição Federal prevê os objetivos da assistência social, a seguir o artigo 203:

Art. 203. A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, e tem por objetivos
I - a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;
II - o amparo às crianças e adolescentes carentes;
III - a promoção da integração ao mercado de trabalho;
IV - a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária;
V - a garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei (BRASIL, 1988).

No período da discussão e disputa em que a assistência social foi incorporada no tripé da seguridade social, foi imposto essa descrição *“a quem dela necessitar”*, algo que até hoje não foi digerido, gerando debates entre a incompatível relação de necessidade e direitos. A condição de necessitado e situação de necessidade são fatos distintos, a necessidade deve ser entendida a partir da declaração trazida pelo sujeito e não a condição de necessitado em que é necessário ser submetido a cálculo de renda per capita, traçando um perfil de pobreza absoluta para garantia de direito, pois dessa forma o que ocorre é a barreira de acesso ao direito, ocorrendo negligência nos princípios de universalidade e igualdade do direito à política social de assistência social (Sposati, 2013).

A Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, Lei 8.742 de 07/12/1993, regulamentou os artigos 203 e 204 da Constituição Federal e completará 30 anos em 2023, durante esse percurso foram muitos os desafios para sua efetivação e ainda é necessário reafirmar a assistência social como uma política pública de dever do Estado e direito de cidadania. A LOAS em seu artigo 1º descreve suas definições e objetivos:

Art. 1º A assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas (Brasil,1993).

A Lei Orgânica da Assistência Social, busca garantir a sua efetivação com um modelo descentralizado e participativo. A materialização da LOAS se deu através do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), que foi instituído em 2005, com a resolução do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) nº 130, de 15 de julho de 2005, criando serviços, programas, projetos e benefícios.

Observando os objetivos da política pública de assistência social de acordo com o artigo segundo da LOAS:

Art. 2º A assistência social tem por objetivos: I - a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice; II - o amparo às crianças e adolescentes carentes; III - a promoção da integração ao mercado de trabalho; IV - a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária; V - a garantia de 1 (um) salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família. Parágrafo único. A assistência social realiza-se de forma integrada às políticas setoriais, visando ao enfrentamento da pobreza, à garantia dos mínimos sociais, ao provimento de condições para atender contingências sociais e à universalização dos direitos sociais (Brasil,1993).

O processo de ruptura com o modelo assistencialista da assistência social, percorreu uma longa trajetória, passando inicialmente pela institucionalização da LOAS, apenas após 10 anos na IV Conferência Nacional de Assistência Social em que foi deliberado a implantação do Sistema Único de Assistência Social, em 2004 a PNAS - Política Nacional de Assistência Social e em 2005 a NOB – Norma Operacional Básica.

O Sistema Único de Assistência Social inspirou-se no Sistema Único de Saúde (SUS) sendo um sistema descentralizado, participativo, com dimensão territorial, com articulação entre planos, fundos e conselhos. No que diz sobre a organização dos serviços, ocorre por níveis hierarquizados de acordo com a complexidade das

demandas da população atendida: a Proteção Social Básica (PSB) e Proteção Social Especial (PSE), com média e alta complexidade.

A criação do Sistema Único de Assistência Social em 2005, significou a chegada da proteção social nos territórios, próximo a população mais vulnerável, representando o sistema protetivo estatal brasileiro com “portas abertas”, conforme informações coletadas da base de dados do site do Ministério da Cidadania, os serviços da Rede Socioassistencial do SUAS estão presentes em 8.519 territórios.

Tabela 11 - Equipamentos da Rede Socioassistencial do SUAS no Brasil

EQUIPAMENTOS DA REDE SOCIOASSISTENCIAL DO SUAS		
	Qtd. de Equipamentos Ativos	Preencheram o Censo SUAS 2020
CRAS	8.519	8.403
CREAS Municipal	2.754	2.689 (2019)
CREAS Regional	34 (2019)	
Centro POP	236	230
Unidades de Acolhimento	6.187	- ()

Fonte: Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, CadSUAS (base corporativa) (mai/2023); Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, Dados Consolidados PSB/PSE; Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, Censo SUAS 2020.

Observamos no quadro além da quantidade de Centros de Referência da Assistência Social (CRAS), também o número de Centros de Referência Especializados em Assistência Social (CREAS) municipais e regionais, Centros de Referência Especializados para População em Situação de Rua (Centros Pop) e Unidades de Acolhimento, no Brasil, conforme dados do censo SUAS 2020.

Outro grande marco foi a efetivação do CNAS - Conselho Nacional de Assistência Social, através da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, momento que a assistência social deixa de ser compreendida como uma complementação de outras políticas, aquisição de favores e aquela que oferece serviços aos pobres (SPOSATI, 2013).

A aprovação da Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, foi outra grande conquista, através da resolução nº 109 do CNAS, houve a padronização em nível nacional da definição dos serviços, direitos, provisões e aquisições que devem ser afiançados, através da proteção social básica e especial e garantia dos direitos

socioassistenciais.

Esses marcos legais devem ser sempre celebrados, resgatados e analisados, pois consagraram a assistência social como política de proteção social pública, estatal e universal.

Apesar das conquistas, a proteção social está sempre em disputa, nesse caminhar, encontra-se os descaminhos da proteção social ao ser compreendida como caridade e financiada com dinheiro público, essa questão pode ser entendida pelo fato de a seguridade social não ter surgido da demanda da sociedade, além do interesse do capital financeiro com o pensamento que a proteção social não compõe o orçamento público e a descaracterização do direito universal da proteção social (Sposati, 2018).

O Conselho Nacional de Seguridade Social não foi efetivado, com isso ocorre que as políticas sociais de seguridade social, a assistência social, saúde e previdência social, atuam por lógicas e objetivos próprios, não existe uma conexão, não há uma agenda comum e disputam o orçamento isoladamente, dessa forma temos um “tripé de pés descalços e sem cabeça”, não há uma direção e o orçamento da seguridade social não segue princípios universalistas (Sposati, 2018).

Behring (2011) destaca que a assistência social, apesar dos avanços através do Sistema Único de Assistência Social a partir de 2004, é a política que mais teve dificuldades de se materializar como política social e ainda esta em busca de superar a morosidade, o caráter filantrópico, a administração de serviços por entidades privadas, ações clientelistas e a ênfase em programas de transferência de renda de caráter compensatório, além de superdimensionar as funções da proteção social básica e especial, como por exemplo, com os objetivos de prevenir riscos sociais.

O Núcleo de Estudo e Pesquisa em Seguridade e Assistência Social (NEPSAS) da PUC-SP completa 38 anos de história esse ano, os seus estudos com posições técnico-científica e ético-política, foram referências na construção histórica do Política Nacional de Assistência Social, com a realização de estudos, publicação em livros, artigos, além da realização de seminários a nível nacional e internacional.

Resgatando um panorama da trajetória histórica do NEPSAS³⁸, apontamos os

³⁸ Anotações dos encontros do NEPSAS, no segundo semestre de 2021, no Programa de Estudos Pós Graduated em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). São Paulo/SP.

principais estudos e publicações realizadas ou que houve participações na construção nesses últimos anos: Em 1985 o livro: Assistência na trajetória das Políticas Sociais brasileiras. Entre 1988/1990 as pesquisas referentes a LBA resultaram nos livros: LBA: identidade e efetividade nas ações de enfrentamento da pobreza brasileira e Assistência Social Brasileira: Descentralização e Municipalização. Nesse período também foram publicados os livros: Vida urbana e gestão da pobreza; O direito dos (des) assistidos sociais; 1990: Carta Tema: Assistência Social no Brasil e o projeto: balanço das Pesquisas sobre assistência social pública no Brasil (ABESS/CEDEPSS) 1983/1990.

Em 1994 houve a contribuição na construção do Caderno 1: Cidadania ou Filantropia: Um Dilema para o CNAS. Em 1995 publicação do Caderno 2 Assistência Social: polêmicas e perspectivas e o Caderno 3: Catálogo Distritalizado das Organizações de Assistência Social da Cidade de São Paulo. Em 1995 o Mapa da Exclusão/Inclusão social da cidade de São Paulo (Educ) e o Caderno 4: Mínimos de Cidadania. Em 1997 o Livro: Renda Mínima e crise mundial: saída ou agravamento.

No ano 2000 o Mapa da Exclusão/inclusão social da cidade de São Paulo 2000: dinâmica social dos anos 90. Em 2001 o término da pesquisa “Rede de proteção socioassistencial da cidade de São Paulo”. Em 2003 a publicação das Considerações do NEPSAS sobre a Pesquisa Avaliação dos 10 anos de implementação da LOAS. Em 2005 publicação de Fotografia da Assistência Social na perspectiva do SUAS. Em 2020 a Nota Técnica do NEPSAS: SUAS e Proteção Social na Pandemia Covid-19, entre outros.

Importante ressaltar que a “PEC da morte” ou a “PEC do fim do mundo”, congelou por 20 anos os gastos públicos, os recursos para as políticas sociais, nesse contexto os serviços públicos estão sendo sucateados, com ausência de verbas, profissionais insuficientes, falta de capacitações profissionais, estruturas físicas inadequadas, entre outros.

Em meio aos ataques aos direitos sociais e as políticas de seguridade social Yazbek (2018) analisa esses desmanches:

Do ponto de vista político, no país, no momento em que a acumulação e as manifestações de sua crise exigem novas formas políticas de gestão do Estado Burguês, as políticas sociais, que poderiam minimizar a pobreza, sob o impacto do golpe parlamentar, jurídico e midiático que depôs a presidente democraticamente eleita, passam a ser alvo de processos de desmanches. E desse modo, observa-se a um ataque sem precedentes às políticas de Seguridade Social, mais uma estratégia do capital para avançar sobre o Fundo Público (Yazbek, 2018).

É urgente permanecer na batalha em prol de conquistar uma política de assistência social de direito de cidadania, de proteção social não contributiva, universal, em respeito à diversidade e desigualdades e em defesa da vida e da dignidade humana.

3.2 Proteções e desproteções sociais

Refletir sobre proteções e desproteções sociais em nosso país requer considerar as marcas da escravidão e genocídio dos povos originários e dos povos africanos, além dos regimes autoritários que fomos submetidos e que reproduzem desigualdades sociais até os dias atuais.

Na origem das sociedades os povos sobreviveram sem o Estado, as famílias e os povos dominavam os territórios, interagindo em uma organização social ou não e se protegiam através do cuidado coletivo e solidário.

Os povos viviam divididos em interesses antagônicos e conflitantes, surgindo o Estado para conciliar os conflitos, o Estado surgiu como um mecanismo para organização da vida em sociedade, para mediação desses conflitos. O Estado é uma organização político-jurídica, em um determinado território, com um governo para mediação da vida em sociedade. Fazem parte dos elementos constitutivos do Estado, o povo, o território, a nação, o governo ditando como ele deverá ser regido e a soberania. Sendo uma fantasia pensar que o Estado e o governo estão trabalhando apenas para o bem comum da sociedade.

Todas as sociedades humanas promovem de alguma forma a proteção social para os povos que viviam em situações mais vulneráveis, a proteção social sempre foi realizada por entidades religiosas, comunidades ou pela família. Com o surgimento da questão social nos primórdios da industrialização, ocorre a mobilização da classe trabalhadora, que se mobilizam contra a opressão e a exploração, exigindo melhores condições de vida e trabalho. Essas reivindicações passam para a agenda pública e o Estado começa a institucionalizar a proteção social (Yazbek, 2018).

Movidos por uma questão moral, caridosa e assistencialista, as igrejas e comunidades ofereciam amparo em situações de doenças, fome, abrigo, entre outros. O avanço da industrialização e do capitalismo ocasionou a pauperização em massa e o Estado passou a regular a vida em sociedade e intervir na execução de

políticas sociais.

Referente às desigualdades sociais ocasionadas pelo sistema capitalista e proteção social, Brasil (2008) destaca:

A desigualdade social e a pobreza inerentes à sociedade capitalista contemporânea, engendram diferentes modalidades de desproteção social que exigem atenção estatal para o seu enfrentamento. Nesse sentido, proteção social é um sistema público da maior relevância e as ações neste campo envolvem a participação de um amplo leque de políticas sociais que irão compor sistemas de seguridade social mais ou menos abrangentes, dependendo das conquistas realizadas pelas sociedades concretas em que estão inseridos (Brasil, 2008, p.45).

A origem da proteção social resulta da necessidade de diminuir ou anular os impactos de riscos intrínsecos à vida humana. Viana (2007) utiliza o conceito de proteção social a seguir:

A proteção social consiste na ação coletiva de proteger indivíduos contra os riscos inerentes a vida humana e/ou assistir necessidades geradas em diferentes momentos históricos em relacionadas com múltiplas situações de dependência. Pode-se, portanto, afirmar que a formação de sistemas de proteção social resulta da ação pública que visa resguardar a sociedade dos efeitos dos riscos clássicos: doença, velhice, invalidez, desemprego e exclusão por renda, raça, gênero, etnia, cultura, etc. (Viana, 2005, p.17).

Podemos compreender por riscos inerentes à vida humana, os riscos naturais que abrangem diversas situações como os riscos ambientais e suas inundações, invernos rigorosos, tornados, chuvas intensas, ondas de calor, uma pandemia e ocorrências adversas. São riscos naturais também os riscos inerentes às fases do ciclo da vida que geram desproteções específicas de cada etapa, seja a infância, maternidade, vida adulta, a senilidade ou até mesmo ao adquirir uma deficiência. Toda a sociedade pode estar exposta a alguns desses riscos durante sua vida, porém nem todos têm o mesmo acesso a se protegerem frente a esses riscos.

Os riscos sociais surgem a partir de como a sociedade se organiza em suas relações políticas, sociais, culturais e econômicas, que resultam nas desigualdades sociais, na fome, desemprego, ausência de moradia, ausência de renda, no encarceramento em massa, no genocídio na população pobre, preta e periférica, na perda ou fragilidade dos vínculos comunitários, sociais e familiares, ausência de acesso a serviços públicos (educação, saúde, transporte, cultura, etc.), isolamento, discriminações, preconceitos, racismo, machismo, LGBTfobia, entre outros.

Esses riscos sociais foram criados pelo homem a partir do sistema capitalista, compreendendo a intervenção do Estado como um campo de disputas, as políticas sociais surgem como uma forma de reparação pelos danos causados pelo

capitalismo, compreendendo que não é responsabilidade individual do sujeito enfrentar as sequelas das desigualdades sociais.

Refletindo sobre o modelo de Estado vinculado ao capitalismo e as políticas sociais de proteção social, Behring (2011) discorre a respeito da tensão na implantação da Constituição Federal em tempos de neoliberalismo, elencando os diversos obstáculos para atingir as conquistas deste marco legal. A proteção social teve suas diretrizes de sistemas universais e redistributivos tensionadas pela privatização dos setores públicos, visando lucros e supercapitalização. Através do discurso de crise fiscal do Estado os direitos previstos foram sendo restritos e reduzidos, alterando as políticas sociais em ações pontuais e compensatórias. O Brasil estava em busca de uma tardia experiência de instalação de um Estado de Bem-Estar Social e foi desprezado através do ajuste neoliberal e o conservadorismo político.

Observa-se as contradições da crise estrutural do capitalismo na relação entre Estado e sociedade a partir da política social brasileira. A seguridade social na Constituição Federal representou um dos mais importantes avanços na proteção social brasileira, porém o conjunto de direitos foi submetido ao sistema capitalista e seu ajuste fiscal, criando um abismo entre direito e realidade. Refletindo sobre possibilidades, Yazbek (2017) aponta:

A democracia e a luta pela construção de direitos, nesse sentido, são sempre questões em disputa. É preciso ultrapassar uma análise minimalista ou apenas dos procedimentos formais da democracia para pensá-la em seu caráter subversivo, como disputa entre projetos no terreno de forças em correlação. Essa disputa permeia todo nosso campo de ação sob múltiplos aspectos, bastando lembrar o modo como nas últimas décadas nos confrontamos com o legado da subordinação do social ao econômico (Yazbek, 2017).

No Brasil as marcas da herança colonial, escravocrata, patriarcal e o avanço do neoliberalismo tensionam a proteção social e as políticas sociais em ações focalizadas e assistencialistas.

A pandemia da COVID-19 chegou em nosso país nesse contexto em que estamos submetidos a um governo neofacista, portanto os impactos da pandemia da COVID-19 incidiram muito além de uma grave crise sanitária ou uma situação crítica de saúde pública, ficando evidente a perversa situação de ausência de proteção social estatal e desigualdade socioestrutural, aprofundada pelo ultraneoliberalismo conservador.

3.3 Proteção social no sistema único da assistência social

Proteção social significa ter possibilidades de proteger os sujeitos em situações de desproteções sociais, riscos e vulnerabilidades sociais e pessoais que fazem parte do ciclo da vida, como o desemprego, ausência de renda, fragilização ou rompimentos dos vínculos familiares e comunitários, falta de acesso a serviços públicos, isolamento, coerção, medos, violências: física, psicológica, patrimonial, privações de liberdade ou de autonomia, discriminações por questões de gênero, raça, étnica, etária.

Assistência social compõe o tripé da seguridade social, trata-se de uma política social de garantia de direitos e de cidadania, de acesso universal e não contributiva, no campo da proteção social, reconhecendo as desproteções sociais na sua dimensão relacional da vida, não somente as dimensões materiais, mas a importância das relações humanas para a proteção social.

Todos os cidadãos estão sujeitos a situações de desproteções sociais em algum momento da vida, a assistência social com seu caráter preventivo e antecipatório busca a garantia de proteção social via responsabilidade estatal.

Segundo cartilha do Capacita SUAS, Brasil (2008):

A proteção social no âmbito da assistência social tem por direção o desenvolvimento humano e social e os direitos de cidadania, e seus serviços, programas, projetos e benefícios devem estar articulados com as demais políticas sociais para efetivamente se constituir um sistema público (Brasil, 2008, p.45).

Através de um conjunto de atenções, serviços, benefícios e cuidados a proteção social no SUAS se materializa, devendo afiançar cinco garantias de segurança, segundo a NOB / 2005:

- Segurança de acolhida: Prevê ouvir o sujeito, a escuta profissional, o acolhimento em que possa ser possível identificar elementos de responsabilidade coletiva, produzir relações de rompimento e ressignificação de situações de violências e abandonos, ações territoriais. É previsto também a oferta de serviços e locais de permanência (casas de passagem, abrigos, alojamentos);

- Segurança de renda: É operada por meio de concessão de bolsas-auxílio e benefícios continuados que garantam a sobrevivência e padrões de dignidade humana;
- Segurança de convívio ou vivência familiar, comunitária e social: Para estar protegido é necessário ter mais relações, poder contar com a comunidade, família, serviços, rede de apoio, quem vive isolado está mais vulnerável. Essa segurança prevê serviços que assegurem oportunidades de construção, restauração e fortalecimento de laços de pertencimento. As atividades coletivas buscam conectar as pessoas, o território e combater a institucionalização;
- Segurança do desenvolvimento da autonomia individual, familiar e social: Exige ações que fortaleçam a capacidade de decisões das pessoas, do protagonismo, da cidadania, melhorar os graus de liberdade e independência pessoal;
- Segurança de sobrevivência a riscos circunstanciais: Em situações de desproteções e riscos prevê a oferta de recursos temporários, em bens materiais e em pecúnia de caráter transitório, através dos benefícios eventuais.

Em relação aos princípios da proteção social de assistência social, verificamos que a NOB / 2005 aponta:

A proteção social de Assistência Social, ao ter por direção o desenvolvimento humano e social e os direitos de cidadania, tem por princípios: a matricialidade sociofamiliar, territorialização, a proteção pró-ativa, integração à seguridade social, integração às políticas sociais e econômicas (NOB, 2005).

A proteção social da assistência social está organizada através da Proteção Social Básica e Proteção Social Especial de média e alta complexidade.

A proteção social básica tem os objetivos de prevenir situações de risco, fortalecer os vínculos familiares e comunitários, está presente nos territórios de maior vulnerabilidade social através dos Centro de Referência da Assistência Social – CRAS, prevê serviços, programas e benefícios, dentre eles a PNAS/2004 lista os serviços:

- Programa de Atenção Integral às Famílias;

- Programa de inclusão produtiva e projetos de enfrentamento da pobreza;
- Centros de Convivência para Idosos;
- Serviços para crianças de 0 a 6 anos, que visem o fortalecimento dos vínculos familiares, o direito de brincar, ações de socialização e de sensibilização para a defesa dos direitos das crianças;
- Serviços socioeducativos para crianças, adolescentes e jovens na faixa etária de 6 a 24 anos, visando sua proteção, socialização e o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários;
- Programas de incentivo ao protagonismo juvenil, e de fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários;
- Centros de informação e de educação para o trabalho, voltados para jovens e adultos;
- Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas.

Em relação proteção social oferecida através da proteção social básica do SUAS, nos depoimentos dos sujeitos da pesquisa, surgiu a importância do PAIF e do SCFV, compartilhamos a seguir os relatos da Carolina que aponta o apoio realizado pelo PAIF e Maria Quitéria sobre o SCFV:

O CRAS foi um apoio para caramba, eu conhecia a técnica há muito tempo, eu chegava nela e soltava tudo, eu tinha muita segurança nela, muita segurança (Carolina, 2023).³⁹

O pessoal ali da Cáritas ligava perguntando se estava precisando de alguma coisa, trazia a cestinha... Para conviver, fazer amigos, para conversar e foi muito bom. A gente passeou na semana passada (Maria Quitéria, 2023).⁴⁰

A proteção social especial tem os objetivos de proteger indivíduos e famílias sem acesso a bens e serviços, em situação de risco, com vínculos familiares rompidos, em situação de abandono ou violências.

A proteção social especial de média complexidade se materializa nos Centros de Referência Especializado da Assistência Social – CREAS, em que são desenvolvidos os seguintes serviços segundo a PNAS/2004:

³⁹ Depoimento colhido em março de 2023

⁴⁰ Depoimento colhido em março de 2023

- Serviço de orientação e apoio sociofamiliar;
- Plantão Social;
- Abordagem de Rua;
- Cuidado no Domicílio;
- Serviço de Habilitação e Reabilitação na comunidade das pessoas com deficiência;
- Medidas socioeducativas em meio-aberto (Prestação de Serviços à Comunidade – PSC e Liberdade Assistida – LA);
- Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos – PAEFI;
- Centro Dia especializado a pessoas idosas e a pessoas com deficiência.

A proteção social especial de alta complexidade visa a garantia de proteção integral, através de alimentação, cuidados pessoais, abrigo, em situação de necessidade de afastamento do núcleo familiar, segundo a PNAS/2004 através dos seguintes serviços:

- Atendimento Integral Institucional;
- Casa Lar;
- República;
- Casa de Passagem;
- Albergue;
- Família Substituta;
- Família Acolhedora.

Diariamente lidamos (profissionais do SUAS) com os impactos das desigualdades sociais na vida das pessoas, a política proteção social da assistência social, acolhe pessoas em sofrimento, sem julgamento, sem juízo de valor, é uma política social que impacta na vida das pessoas, merece reconhecimento e financiamento, Yazbek (2018) reflete sobre limites e possibilidades da assistência social:

Diante das desigualdades e da subalternidade a que é submetido o povo brasileiro, as políticas sociais, em especial a Assistência Social, apresentam limites e constrangimentos, de ordem estrutural que agravam sua baixa efetividade. Contudo, convém reafirmar que essas políticas expandem direitos sociais, permitem o acesso a recursos e serviços sociais, criam possibilidades de interlocução entre a esfera governamental e a sociedade civil e, sobretudo, abrem espaços para o protagonismo e para a ação coletiva

de atores políticos que lutam por outra ordem societária (Yazbek, 2018).

No Brasil temos a assegurados através da Constituição Federal e do tripé da seguridade social a garantia da proteção social, porém devido a implantação de políticas sociais focalizadas, a proteção social acaba se confundindo com as políticas de combate à pobreza, a assistência social é uma política social de proteção social não contributiva, alinhada ao combate das desigualdades sociais.

3.4 Desproteções sociais no contexto pandêmico

Diante do desafiador cenário em decorrência da pandemia da COVID-19, em conjunto com um governo neofacista, a pandemia representou riscos para toda a sociedade, porém afetou de forma diferente os sujeitos e as famílias, os impactos e as consequências foram sentidos de forma diferentes entre os que possuam meios de garantir proteção social. As consequências foram desiguais para pessoas negras, mães solas e para classe trabalhadora.

Marx (1990) em *O Capital* ao tratar da lei geral da acumulação capitalista, na seção do processo de acumulação do capital aponta que quanto maior for a riqueza social, da mesma forma será o exército industrial de reserva e o pauperismo, ou seja, a pobreza, a carência, a miséria. A pandemia foi uma barbárie apenas para a classe trabalhadora, assistimos de um lado pessoas dormindo na fila de “doação de ossos” e do outro lado novos bilionários concentrando a riqueza do país.

A sociedade capitalista produz desigualdades e explora a natureza, a pandemia da COVID-19 é resultado dessa relação de devastação da natureza, ultrapassando todos os limites possíveis.

A pandemia escancarou o contexto de desigualdade social em nosso país, houve aqueles que lucraram através da exploração e a custo da vida da classe trabalhadora dobraram suas fortunas e a população que não teve acesso a medidas de proteção contra a COVID-19, a insegurança alimentar, a falta de acesso a serviços de proteção, a ausência de renda, não acesso a formas de isolamento, orientações sobre prevenção, acesso a vacinas ocasionaram a perda da vida de milhares de brasileiros, muitos tiveram que escolher entre arriscar sua vida e de sua família ou morrerem de fome.

A medida de proteção “*Fique em casa*” descortinou a triste realidade da

população que vive em situação de rua, das casas de passagem lotadas, dos que vivem sem acesso à água e itens de higiene pessoal, sem rede de esgoto, os que moram em moradias precárias, foram impossibilitados de protegerem a própria vida.

Segundo abordamos anteriormente, estudos apontam que o coronavírus mata mais a população negra em nosso país, segundo dados do site da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz)⁴¹:

Ficou demonstrado que, enquanto 55% de negros morreram por covid, a proporção entre brancos foi de 38%. Na segunda pesquisa, o Instituto Polis mostrou que a taxa de óbitos por covid-19 entre negros na capital paulista foi de 172/100 mil habitantes, enquanto para brancos foi de 115 óbitos/100 mil habitantes. O acesso desigual à saúde também se reflete na vacinação. Uma reportagem da Agência Pública de março deste ano apontou para a discrepância entre brancos e negros vacinados: 3,2 milhões de pessoas que se declararam brancas receberam a primeira dose do imunizante contra o novo coronavírus. Já entre os negros, esse número cai para 1,7 milhão (FIOCRUZ, 2021).

É assustador ver essa proporção entre negros e brancos, lembramos da primeira vítima pela COVID-19 no Rio de Janeiro, foi uma mulher, trabalhadora, empregada doméstica, idosa, preta e pobre, chamada Cleonice Gonçalves.

Observa-se a violência do Estado através das ações e omissões do presidente da república diante a grave situação de calamidade pública da pandemia da COVID-19, enquanto famílias eram destruídas com a perda de seus membros, devido à falta de oxigênios, vagas de UTIs, acesso à informação e tratamento, o desgoverno de Bolsonaro com o seu projeto de morte discursava em rede nacional afirmando que a pandemia que atingiu todo o mundo era “resfriadinho”, “gripezinha”, imitou pessoas com falta de ar, debochou perversamente de todos “E daí, não sou coveiro”.

Além disso, defendeu o uso precoce de medicamentos sem comprovação científica e usou discurso antivacina. A CPI da Covid revelou que o governo Bolsonaro recusou ofertas de vacinas, além dos pedidos de propina na compra dos imunizantes. Houve ações assistencialistas, focalizadas e eleitoreiras como o Programa Auxílio Brasil.

Os profissionais da linha de frente das políticas sociais de saúde e assistência social foram expostos ao risco da doença maximizado pelas péssimas condições de trabalho e ausência de EPIs.

As desproteções sociais foram agravadas pela pandemia, aprofundamento da

⁴¹ Disponível em: <[tps://www.epsjv.fiocruz.br/podcast/negros-sao-os-que-mais-morrem-por-covid-19-e-os-que-menos-recebem-vacinas-no-brasil](https://www.epsjv.fiocruz.br/podcast/negros-sao-os-que-mais-morrem-por-covid-19-e-os-que-menos-recebem-vacinas-no-brasil)>. Acesso em: 08 de agosto de 2023.

crise do capital, concentração da riqueza e um governo fascista. Pontua-se algumas situações que precisamos estar atentos referente aos impactos, sequelas e danos causados pela pandemia:

- Mudança do acesso a serviços via digital (INSS, Defensoria Pública, Poupatempo, Receita Federal, Carteira de trabalho digital, entre outros), trouxe uma exclusão digital pela falta de acesso à internet, smartphones, computadores e até pelo analfabetismo;
- Submissão a trabalhos precários, sem proteção social;
- Aumento de suicídios;
- Impactos emocionais;
- Insegurança alimentar;
- Submissão a trabalhos precários, sem proteção social;
- Aumento de suicídios.

Os sujeitos da pesquisa trouxeram vários depoimentos sobre os impactos vivenciados no contexto da pandemia que compartilhamos a seguir.

- Ensino remoto trouxe muitos prejuízos para o processo de aprendizagem das famílias periféricas;

Referente a questão do ensino, Carolina pontua as dificuldades com o ensino remoto com os netos e Afonso relata atraso no desenvolvimento dos filhos:

As crianças em casa foi mais complicado ainda, a gente estudava era na lousa e esse negócio de estudar no celular, eu não entendia nada, eu dizia para a professora eu não estou entendendo nada, ela dava aula para muitas crianças, meu deus, foi muito difícil. Tinha vezes que eu falava para as professoras, você fala muito rápido e eu não entendo, porque eu estou velha e estou ficando surda, você fica atribulada, elas até entendia, enviava no celular, às vezes chegava atrasada na escola, eles sabiam da minha correria. (Carolina, depoimento colhido em março de 2023).

Sempre tem aquele atraso, acredito que meu filho mais velho ele já escrevia, mas o filho do meio foi na fase de aprender a ler, ele atrasou bem. Todos estão na escola. Ela foi para a creche só no ano passado. (Afonso, depoimento colhido em março de 2023).

- Situações de violências doméstica e intrafamiliar no isolamento ficaram mais veladas.

Os netos de Carolina sofreram violência sexual e violências institucionais, como podemos ver no depoimento a seguir:

Ele foi no conselho tutelar e lógico ele sendo pai eu iria perder as crianças, as duas assistentes sociais mandaram me chamar, pedi saída do trabalho, chegando lá as duas safadas das assistentes sociais, falou que iria ver como eu estava cuidando das crianças, se estavam bem e chamaram a polícia para mim e minha irmã. Chegou meu genro e tomaram as crianças de mim e deu para o pai. Na minha opinião antes deles tomarem de mim tinha que ter ido no fórum, mas não foi, foi no conselho tutelar. Aí aconteceu que *ele mexeu com as crianças*. Elas foram para o abrigo. Foi uma luta que eu precisei lutar, que eu não podia perder meus netos. Depois que tudo aconteceu, eu garanto que está tudo no papel, o juiz me deu, eu estou com guarda deles tudo certinho. (Carolina, depoimento colhido em março de 2023).

- Sobrecarga das mães solas;

É indiscutível a sobrecarga que as mulheres, mães solas tiveram no período da pandemia, com as escolas fechadas e sem acesso ao isolamento. Como explicitado nos relatos da Carolina que é avó solo e mãe solo de neto e filha que são pessoas com deficiência e precisa se dividir para conseguir cuidar de todos e do Afonso que se tornou pai solo:

Em janeiro eu fui levar ela em São Paulo, não estou trabalhando, sei que eu errei, o ser humano erra, no dia 02 e dia 03, fui para São Paulo, não tinha dinheiro para pagar ninguém, ninguém faz nada de graça, dia 02 deixei tudo pronto e correu tudo bem, fui de ambulância. No dia 03, não sei quem foi, não me interessa, me denunciaram para o conselho tutelar, denunciaram eu, a bonita da conselheira tutelar levou meus netos, não tô falando que ela estava errada, eles estavam sozinhos, é lei, mas estavam aqui dentro, estavam de férias da escola, ela entrou, viu o que tinha, quando eu estava quase chegando o telefone da minha filha ligou, era minha filha dizendo que recolheram as crianças, eu disse que estava chegando e já resolve, deixei minha filha sozinha aqui, que não estava boa.

Cheguei lá e fui muito grossa, porque a gente pobre não tem estudo e tem hora que não tem educação também não, falei para essa conselheira tutelar, eu não estava me prostituindo, meus netos não estavam na esquina vendendo drogas, nem se prostituindo e nem dando em cima desse vizinho não, tenho certeza que na minha casa não tem homem. Tem muita mulher que fica em bar com os filhos e vocês não fazem nada. E eu joguei a pasta nela. Eu estava no hospital com minha filha, e se for preciso eu enfrento o juiz, eu gosto de peixe grande que é o juiz. Ela disse que a senhora não pode, eu disse que a ambulância não permite levar as crianças na ambulância, não permite isso, como vou levar as crianças para o hospital. Eu disse, eu sou sozinha e se for crime socorrer uma pessoa doente, pode me levar, porque se eu não socorrer minha filha, eu vou ir presa, se eu deixo os netos sozinha eu estou errada, o que eu faço? Eu disse me prende agora, minha filha não enxerga direito, ela não tem o pé. Ela respira fundo e fica em silêncio (Carolina, 2023).⁴²

⁴² Depoimento colhido em março de 2023.

Já fazem dois anos que cuido deles sozinho, não posso pagar ninguém para me ajudar, gasta muito. Eu não tenho espaço de quintal, mas eles brincam na calçada. Sem trabalhar eu não tinha condições de arrumar tanta coisa (Afonso, 2023).⁴³

- Ausência de renda para a sobrevivência;

Quando começou a pandemia eu trabalhava ainda. A pandemia foi uma das piores coisas, eu dependia de mim, pagava minhas coisas, ia no mercado, na pandemia, pela minha idade, a empresa me demitiu, trabalhei seis anos e meio, para mim foi um choque. (Carolina, 2023).⁴⁴

- Deficiências adquiridas pela COVID-19;

Anita compartilha sobre a deficiência adquirida após a COVID-19 e também os preconceitos que enfrenta:

Dizem que tem um nódulo e não consigo respirar pela boca e pelo nariz, a traqueia é melhor para eu falar e respirar. Em Campinas estou na fila de espera há mais de anos para trocar a traqueia. Preciso comprar na internet os colarinhos da traqueia. Esse mês não sobrou nem para fazer despesa. E ainda preciso pagar R\$150,00 para ir para Campinas. O médico de Campinas, eu pago gasolina, pago pedágio, para me levarem (Anita, 2023).⁴⁵

Anita – Eu fui na igreja somente uma vez, ou duas, eu senti as irmãs saindo de perto de mim, como se eu tivesse uma doença contagiosa e não fui mais.

Kelly – Você já sentiu esse preconceito em outro local?

Anita – No médico, no ônibus, não querem sentar perto. (Anita, 2023).⁴⁶

- Órfãos da COVID-19;

A esposa de Afonso deixou três filhos e ele compartilha o suporte que tiveram por uma instituição sem fins lucrativos criada em 2021 no município de Jundiá:

Três filhos: 11 anos, 6 anos e ela que vai fazer dois.

Essa casa está do jeito que está porque tem uma ONG chamada Mães que Acolhem, vieram até mim e reformaram essa casa. Desde que perdeu um, eles ajudam até os 21 anos. Eles dão o suporte. O meu sogro também morreu de COVID, 1 ano antes dela, ele que tinha iniciado uma obra aqui, só com dois cômodos, aí essa ONG chegou aqui e viu a situação da casa, eu desempregado e está assim porque eles deram uma ajeitada para mim. (Afonso, 2023).⁴⁷

As consequências, danos e impactos na vida dos sujeitos em decorrência da

⁴³ Depoimento colhido em março de 2023.

⁴⁴ Depoimento colhido em março de 2023.

⁴⁵ Depoimento colhido em março de 2023.

⁴⁶ Depoimento colhido em março de 2023.

⁴⁷ Depoimento colhido em março de 2023.

pandemia precisam ser responsabilizados pelo Estado, criando políticas públicas sociais de proteção social universal, em defesa da vida, como direito de cidadania, precisamos lutar para romper com uma proteção social robotizada, assistencialista e focalizada.

3.5 Trabalhadoras e trabalhadores do SUAS

As inquietações dessa dissertação nasceram da vivência da pesquisadora que é uma trabalhadora⁴⁸ do SUAS e enfrentou os desafios da pandemia da COVID-19 atuando chamada *ponta* de um CRAS. O caminho de pensar, indagar, questionar e pesquisar se deram no contexto pandêmico e também foram influenciados por ele. Processos que atravessam a minha realidade de investigação.

Mesmo em uma situação de calamidade pública o sistema capitalista trabalhou manutenção das desigualdades sociais, nesse sentido Nozabielli, *et. al.* (2012) analisam:

No Brasil, de um lado, a pandemia já dizimou mais de 600 mil vidas, afetou profundamente a economia, elevou para mais de 14 milhões o número de desempregados e reinstaurou índices assustadores de fome e de pessoas em situação de rua; de outro lado, favoreceu a continuidade do capitalismo radicalmente financeirizado e digitalizado, cuja concentração do poder econômico e político cresceu em pequenos grupos da burguesia nacional e associada. Ou seja, a pandemia de covid-19 não demonstrou ser empecilho para a hegemonia burguesa contemporânea, que, agora, tem se despedido do discurso liberal e se assumido como extremamente conservadora e autoritária, tal como o é (Nozabielli, *et. al.* 2012, p. 213).

A pandemia da COVID-19 agudizou as desigualdades sociais e trouxe grandes desafios aos profissionais que estão na chamada “linha de frente” da Política Pública de Assistência Social, mesmo antes da pandemia as políticas sociais já estavam sendo submetidas ao desmonte e as trabalhadoras (es) vivenciando precarização das condições de trabalho, a *PEC da morte*, aprovada em 2016, congelou por 20 anos os gastos públicos, mais um golpe após a retirada da presidenta Dilma.

A partir de 20 de março de 2020, o decreto nº 10.282 definiu a assistência social e atendimento à população em estado de vulnerabilidade como atividade essencial. Desse modo, reconhece a importância da assistência social para efetivação de

⁴⁸ Sabemos que a categoria trabalho merece uma análise com aprofundamento teórico. Nessa dissertação essa não foi uma categoria escolhida.

proteção social a população e apesar da experiência do SUAS em situações de calamidade pública e emergências, como incêndios, deslizamentos, enchentes, fortes chuvas, entre outros que provocam o desmoronamento de moradias e/ou coloca em risco a vida das famílias, ainda não havia diretrizes para atuação em uma pandemia nessa proporção e gravidade.

A Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS em conjunto com a Resolução nº 9, de 15 de abril de 2014 do CNAS, representam um avanço na efetivação do SUAS e na garantia das equipes que compõem os serviços, de acordo com a quantidade de famílias referenciadas e o nível de complexidade, são previstos as / os seguinte trabalhadoras / es: assistentes sociais, psicólogos, técnicos de nível médio, advogados, auxiliares administrativo, cuidadores, auxiliares de cuidador, coordenadores, orientadores sociais, educadores sociais, profissionais de nível fundamental, responsáveis pela limpeza, alimentação, lavanderia, colagem, também profissionais do transporte e segurança.

A Resolução no 17/2011, do Conselho Nacional de Assistência Social, ampliou o reconhecimento das seguintes categorias profissionais de nível superior para atender as especificidades dos serviços socioassistenciais e das funções essenciais de gestão: Assistente Social, Psicólogo, Advogado, Administrador, Antropólogo, Contador, Economista, Economista Doméstico, Musicoterapeuta, Pedagogo, Sociólogo e Terapeuta ocupacional.

Trabalhadoras/es se depararam com ausência de protocolos, informações desconstruídas e diferentes em cada nível de gestão, falta de equipamentos de proteção individual e orientações sobre biossegurança, além das dificuldades já sentidas com falta de recursos e equipes reduzidas.

Essas questões impactaram diretamente o trabalho realizado no SUAS. Alguns serviços socioassistenciais ficaram fechados, outros realizaram atendimentos apenas por via remota, telefone, e-mail, murais de avisos, WhatsApp, entre outros. O Censo SUAS de 2020 adotou um bloco sobre o funcionamento do CRAS durante a pandemia, onde 99,1 % dos serviços não fecharam nesse período:

Tabela 12 - Funcionamento do CRAS durante a pandemia de COVID-19

q51_0. Este CRAS ficou fechado em todo tempo da pandemia –Como se deu o funcionamento deste CRAS durante a pandemia do Coronavírus e a frequência com isto ocorreu?

	Qtidade CRAS	%
Não	8480	99,1
Sim	75	,9
Total	8555	100,0
Missing System	2	,0
Total	8557	100,0

Fonte: Censo SUAS 2020

Como pontua Antunes (2020), o capital no contexto de crise, visa a aquisição de lucros, se apropriou das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs), sendo quase impossível um trabalho que não faça o uso do celular, possibilitando o trabalho por 24 horas por dia, o autor adota o termo de *escravidão digital*.

As particularidades características da questão social, na contemporaneidade, com seus custos sociais, especialmente sobre o trabalho, são reflexões que vêm sendo construídas tendo como referência a análise do contexto da complexa e multifacetada crise do capital, com seu mercado, sua ênfase no ultraneoliberalismo, como estratégia específica de promoção de mais mercado, seus processos brutais de exploração da força de trabalho, na direção da extração de mais valor, de privatização e de inúmeros mecanismos a favor do mercado.

A experiência no município de Jundiá foi a manter todos os serviços abertos, apenas as/os profissionais gestantes, com doenças crônicas ou pessoas idosas foram autorizadas a realizarem trabalho *Home Office*, cumprindo a legislação federal, os demais profissionais não tiveram acesso a revezamento, trabalho em home office ou outras medidas, trabalhando expostos ao vírus.

Os atendimentos foram realizados preferencialmente de forma remota, mas também aconteciam de forma presencial, foram suspensas as atividades coletivas, porém na proteção social básica continuamos a realizar visitas domiciliares, tivemos um crescimento exponencial de solicitações de atendimentos devido ao fato que uma parte da rede de serviços ficaram de portas fechadas como Instituto Nacional do

Seguro Social (INSS), Defensoria Pública, Poupatempo, Receita Federal, entre outros, fazendo com que a população que necessitava desses serviços procure a porta aberta dos serviços socioassistenciais da assistência social.

Houve também a busca pelo acesso à internet, o dito avanço tecnológico para acesso aos serviços não considerou que muitas pessoas não possuem acesso à internet, computadores ou smartphones, além da parcela da população que não é alfabetizada.

Os trabalhadores dos SUAS se deparam com o medo do trabalho se resumir ao antigo plantão social, cumprindo o papel burocrático de calcular renda per capita para acesso a benefícios, entregar cestas básicas e atuar na barreira do acesso diante de uma grande demanda reprimida, atendimentos remotos via telefone e/ou WhatsApp, enquanto os acompanhamentos às famílias ficaram em segundo plano.

O censo SUAS perguntou sobre o acesso aos EPIs:

Tabela 13 - Acesso a Equipamentos de Proteção Social

q53. Os trabalhadores deste CRAS tiveram acesso a Equipamentos de Proteção Individual?

	Qtidade CRAS	%
Não	111	1,3
Sim, na quantidade adequada para o atendimento	7459	87,2
Sim, mas em quantidade insuficiente	912	10,7
Total	8482	99,1
Missing System	75	,9
Total	8557	100,0

Fonte: Censo SUAS 2020

Trabalhadoras / es trabalhavam em um ambiente inseguro e permeados pelo medo, muitas vezes compraram os materiais de uso preventivo como máscaras, viseiras, álcool em gel, entre outros, além do adoecimento mental ocasionado por pressões por produtividade e assédio moral.

Em meio a um contexto de terror, em Jundiaí – SP, tivemos a lamentável perda do Secretário Municipal de Assistência Social, o município utiliza a nomenclatura de gestor da Unidade de Gestão de Assistência e Desenvolvimento Social (UGADS) na Prefeitura de Jundiaí. Em março de 2021, Roberto Augusto Carvalho de Araújo,

faleceu devido a complicações da COVID-19. Ficando escancarado os riscos que as/os trabalhadoras / es do SUAS estavam submetidos.

Diante do aprofundamento das desigualdades sociais, a omissão do Estado em não garantir medidas de isolamento social e acesso a benefícios de pudessem garantir a vida e a dignidade da população, além das precárias condições de trabalho, houve uma efervescência nos movimentos de trabalhadoras / es do SUAS, através do Fórum Nacional de Trabalhadores e Trabalhadoras do SUAS e os Fóruns Estaduais, Regionais e Municipais.

A luta por acesso universal aos direitos sociais, luta pela vida de todos, condições de trabalhos dignas e a inclusão das trabalhadoras do SUAS no Plano Nacional de Operacionalização da Vacinação contra a COVID-19, mobilizou também o Fórum dos Trabalhadores do SUAS de Jundiaí e Região, esse Fórum foi criado em 2014, após a sensibilização dos trabalhadores em um encontro promovido pelo terceiro setor, a primeira reunião oficial desse coletivo foi realizada em 14 de julho de 2014.

Nesse Fórum participam as/os trabalhadoras/es do SUAS do Aglomerado Urbano de Jundiaí (AUJ), além do município de Jundiaí, os municípios de Louveira, Itupeva, Cabreúva, Várzea Paulista e Campo Limpo Paulista.

Analizando as atas das reuniões realizadas nos últimos anos pelo Fórum dos Trabalhadores do SUAS de Jundiaí e Região, observamos que durante a pandemia houve um aumento no número de participantes, entre as principais pautas discutidas, destaca-se:

- 2020: A importância do SUAS na Pandemia COVID-19. Ausência de representação do SUAS no Comitê Gestor de Enfrentamento a COVID-19 em Jundiaí SP. Adoecimento dos trabalhadores. Desvalorização do servidor público. Construção de uma carta aberta aos candidatos a prefeito de Jundiaí em 2020. Eleição dos representantes do Conselho Municipal de Assistência Social.
- 2021: Vacinação contra COVID-19 para os trabalhadores do SUAS. Envio de carta ao Ministério da Saúde solicitando a inclusão dos trabalhadores do SUAS nos grupos prioritários do Plano Nacional de Imunização. Envio de cartas para

os prefeitos solicitando vacinação aos trabalhadores do SUAS. Fortalecimento da mobilização online toda segunda-feira nas redes sociais, sensibilizando a situação da falta de vacina. Eleição de representante do Fórum dos Trabalhadores do SUAS de Jundiaí e Região para a recomposição do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS de Jundiaí. Reformas no município de Jundiaí (Previdência e Administrativa). Terceirização e quantitativo de profissionais do SUAS. Planejamento de ações do Fórum para 2022.

- 2022: Precarização e terceirização em contratos no âmbito do SUAS. Necessidade de conhecermos a realidade de todos os municípios da região. Eleição dos representantes do CMAS de Cabreúva e Jundiaí. Retomada da recomposição da Comissão organizadora do Fórum e Planejamento 2023 – FTSUAS – RMJ.
- 2023: Discussões acerca das realidades do SUAS nos municípios presentes nos pós pandemia. Precarização/terceirização. Realidade do SUAS nos pós pandemia referente a saúde mental dos trabalhadores.

Imagem 8 - Manifestação das / dos Trabalhadoras / es do SUAS em Jundiaí

– SP



Fonte: Foto de arquivo pessoal em 2021.

Essas fotos registram as manifestações das / dos trabalhadoras / es do SUAS em seus locais de trabalho e em frente a Prefeitura Municipal de Jundiaí, com os cartazes “*O SUAS de luto - Trabalhadores na Luta*”, “*Vacinação para os Trabalhadores do SUAS*”, reivindicamos vacinação as /os trabalhadoras / es do SUAS para garantir a continuidade da proteção social à população e também acesso a vacinação ampla para toda a sociedade.

O FTSUAS – RMJ também realizou diversas reuniões e articulações com gestores municipais, CONGEMAS, Deputado Federal, em luta pela vacina, por melhores condições de trabalho e em defesa do SUAS.

Sobre a vacinação foi enfatizado que o Supremo Tribunal Federal decidiu em 23 de fevereiro de 2021 que estados e municípios possuem autonomia para comprar e fornecer à população vacinas contra COVID-19, tendo em vista que todos os entes da Federação devem combater a pandemia. Além do fato as/os trabalhadoras/es do SUAS trabalharam no atendimento direto a população em situação de desproteções sociais, com menor acesso à saúde e meios de prevenção e em consequência maior exposição ao vírus, com as pessoas consideradas como grupo de risco, como pessoas idosas, pessoas com comorbidades e pessoas com deficiências.

O SUAS foi reconhecido como essencial, mas as/os trabalhadora/es foram considerados descartáveis, podiam morrer, não houve reconhecimento dessa categoria a nível nacional. Após as mobilizações houve a inclusão das/os trabalhadora/es do SUAS no Estado do Rio de Janeiro e no município de São Paulo, porém os trabalhadores terceirizados, os mais precarizados, não tiveram acesso.

No município de Jundiaí – SP, as/os trabalhadoras/es do SUAS não tiveram acesso na priorização da vacinação, apenas assistentes sociais e psicólogos foram vacinados em um certo momento, porque houve o entendimento que essas categorias são consideradas trabalhadoras/es da saúde, desconsiderando os demais profissionais do SUAS.

Trabalhadoras/es da educação, saúde e segurança pública, conseguiram com total merecimento o descongelamento de salários, férias prêmio, progressões, entre outros, e os trabalhadores do SUAS, mais uma vez ainda não fomos reconhecidos.

No contexto pandêmico houve contratação de profissionais através de pregões, MEI, contratações temporárias, escancarando mais a precarização das condições de trabalho e dos serviços socioassistenciais.

Em 2021 o município de Jundiaí - SP contratou uma consultoria sobre a redivisão de territórios dos CRAS, o estudo utilizou dados a partir da PNAS, NOB-RH SUAS, IPVS e IBGE, sem levar em consideração do agravamento causado pela pandemia, o estudo apontou a carência de profissionais, como vemos a seguir, nas palavras de Oliveira (2021):

Verificamos que há, para as áreas atuais de CRAS, um déficit total de 37 profissionais, o que representa dobrar o número atual de trabalhadores, e isso para compor a equipe mínima de CRAS. O que temos é um déficit que equivale a 100% da equipe atual (Oliveira,2021).

As/os trabalhadora/es do SUAS foram essenciais para administrar a barbárie durante a pandemia. Inclusive, permanecemos na luta pela efetivação do SUAS, por educação permanente, supervisão, por contratações via concurso público, melhores condições de trabalho e compreendemos que o FTSUAS - RMJ representa importante instrumento de luta política e controle social nessa direção.

CAPÍTULO IV – PONDERAÇÕES NECESSÁRIAS

Permita que eu fale
 Não as minhas cicatrizes
 Elas são coadjuvantes
 Não, melhor, figurantes
 Que nem devia tá aqui
 Permita que eu fale
 Não as minhas cicatrizes
 Tanta dor rouba nossa voz
 Sabe o que resta de nós?
 Alvos passeando por aí
 Permita que eu fale
 Não as minhas cicatrizes
 Se isso é sobre vivência
 Me resumir a sobrevivência
 É roubar o pouco de bom que vivi
 Por fim, permita que eu fale
 Não as minhas cicatrizes
 Achar que essas mazelas me definem
 É o pior dos crimes
 É dar o troféu pro nosso algoz
 e fazer nós sumir, aí

AmarElo
 Canção de Emicida

Nessa parte de ponderações necessárias, serão evidenciadas as conclusões de reflexões, estudos, questões que borbulham nas entrevistas e pelas trocas com as / os trabalhadoras /es do SUAS.

4.1 Proteção social básica do SUAS no período pandêmico

A escolha por aprofundar reflexões e análises sobre a proteção social básica no SUAS se dá devido ao fato da profissional-pesquisadora atuar em um CRAS, portanto o olhar e direcionamento das entrevistas se deram nesse sentindo.

Como diz a nossa querida professora Martinelli “Não chegamos com o saco vazio... O pesquisador e o sujeito não podem estar ocultos, há vida, histórias...”, portando esse objeto de estudo está entrelaçado com a trajetória pessoal e profissional da pesquisadora.

Os Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) representam o SUAS nos territórios, prevê o trabalho social com as famílias, entre os objetivos fortalecer os vínculos familiares e comunitários e promover o acesso a direitos através de ações coletivas preventivas e protetivas. Dentro dos CRAS estão o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) e o Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para pessoas com deficiência e idosas, eles materializam a proteção social básica do SUAS em conjunto com projetos, programas e benefícios socioassistenciais. Em algumas regiões também estão dentro do CRAS os programas Criança Feliz e ACESSUAS, além do CadÚnico.

Durante a pandemia a Proteção Social Básica foi capturada pela concessão de benefícios, sendo engolida pelas demandas de concessão de cesta básica, colchões, cobertores, materiais de limpeza e higiene, roupas, água, álcool em gel, vale transporte, auxílio para emissão de documentos, entre outros.

Além da enorme demanda por benefícios, em 08 de novembro de 2021, o decreto nº 10.852 extinguiu o Programa Bolsa Família e instituiu o Auxílio Brasil. A extinção do PBF significou anular o que foi construído em quase 18 anos, apressadamente, sem avaliar a possibilidade de realizar avanços nesse programa que já estava instituído em todo território brasileiro, sem qualquer debate técnico ou democrático.

Os CRAS enfrentaram enormes filas da população que buscava acesso ao auxílio emergencial e não havia informações explícitas sobre as regras do programa, as equipes não tinham informações através dos sistemas SIBEC e SigPBF, não havia cartazes ou folders informativos para entregar à população, diversas situações de bloqueios, suspensões e averiguações sem explicações.

O Auxílio Brasil não possibilitou manutenção de garantia de renda, demonstrou seu uso político em ano eleitoral, gerou diversas filas e dificuldades para os serviços socioassistenciais.

O município de Jundiaí – SP realocou as/os trabalhadoras/es da proteção social especial para a PSB a fim de realizarem os atendimentos. A PSB se tornou um grande balcão de benefícios, comprometendo outras ações de acesso a direitos como realização de campanhas, articulações locais, atividades coletivas e a integralidade com os serviços do SUAS.

Marques (2021) contribui sobre reflexão da manutenção do sistema capitalista através das ações do estado como por exemplo o auxílio emergencial:

Neste momento da crise ampliada pela Covid-19, os Estados parecem extremamente preocupados com as condições de sobrevivência dos miseráveis e excluídos dos mercados de trabalho do capital. Entretanto, além do assistencialismo, dos auxílios aos mais pobres, às micro e pequenas empresas, até a grandes unidades de capital, podemos afirmar que, ao nível mais geral da reprodução do capital, os auxílios emergenciais, como a distribuição de dinheiro às camadas mais pobres da população, assim como as outras medidas de combate à crise da Covid-19, fazem parte do processo de reprodução do capital. Os auxílios emergenciais, além de atenderem às necessidades de sobrevivência das famílias mais pobres e desassistidas, contribuem para a manutenção de um certo nível da demanda agregada e da demanda por bens de consumo.

Assim, as ações do Estado no combate à pandemia acabam, em última instância, atendendo aos interesses do capital em geral, em suas funções de acumulação e legitimação. Em um nível mais geral e abstrato, o Estado atua no sentido de atender às necessidades da reprodução do capital (Marques, 2021).

O SUAS possuía experiência em situações de calamidade, a PSB sempre foi acionada em situações de enchentes, chuvas intensas, desabamentos, incêndios, rompimento de barragens, entre outros, porém nada como a devastação vista pela pandemia da COVID-19.

Referente a percepção dos sujeitos da pesquisa sobre a Proteção Social Básica no contexto da pandemia, compartilhamos alguns depoimentos a seguir:

Eu fui no CRAS para buscar cesta básica, não sabia se podia pegar todo mês. Eu voltei lá mês passado pedir uma cesta básica e a moça falou que eu teria que entrar em um grupo aí, e eu não fui. O dinheiro que eu recebo não dá para nada. Não gosto de depender muito dessas coisas não. Agora que consegui esse auxílio aluguel. Não sei se vão me dar uma casa, porque derrubaram a minha (Anita, 2023).⁴⁹

O CRAS que correu com isso (*benefícios previdenciários*) e disse que não daria certo, aí fiquei pensando o que eu iria fazer, fui no advogado para comprovar se não tinha, aí falou assim, realmente não tinha direito, mas após a cesárea ela deu entrada no salário maternidade, aí ela estava entubada e o INSS mandava pedido de exigência, eu pegava mandava, fui mandando, aí ele disse que se sair o salário maternidade vai sair a pensão, agora se não sair, fica difícil, saí desanimado e aí em um dia consultei e deu certo, só que ele não falou tudo, depois pesquisando descobri que eu poderia pedir o salário maternidade, mas perdi o prazo, não sabia, lendo uma notícia e descobri. Aí você imagina, com três crianças, sem receber nada. Cheguei a receber (bolsa família), depois bloquearam um tempo, depois voltei a receber, aí acho que bloquearam porque subiu a pensão, aumentou o salário-mínimo. Eu nem sabia, o pessoal do CRAS que fez pra mim, eu nunca tinha ido atrás dessas coisas, pelas condições, eu fui no CRAS, expliquei e fizeram pra mim. Sinceramente eu não tinha informações das

⁴⁹ Depoimento colhido em março de 2023

coisas (Afonso, 2023).⁵⁰

Através dos depoimentos de Anita e Afonso observa-se que a Proteção Social Básica esteve presente em situações de orientações referente benefícios previdenciários e programa Bolsa Família e concessão de benefícios eventuais, nesse caso, de cesta básica.

A seguir outros depoimentos:

Eu conheci o CRAS quando eu fui fazer um cartão de idoso para viajar, eu fui, fiz o cadastro, enviaram lá para o poupatempo, fiz lá no cadastro único, aí eu fiquei conhecendo o CRAS, não sabia da existência do CRAS, com isso a menina do CRAS ligou e disse para eu participar do grupo da Caritas. Eu disse que não era aposentada, ela me explicou que não era só para os aposentados, para a partir da idade da minha idade, disse que não tinha estudo, ela disse que era para conviver, fazer amigos, para conversar e foi muito bom. Ainda participo, dá para ir andando, mas vou de ônibus, depois que fiz 65 anos eu fiz meu cartão. Ela disse para convidar meu marido, ele não queria ir, eu pedi para ela ligar para ele, ele ficou com vergonha de dizer não para ela, aí ele foi e ele gostou, toda segunda a gente ia.

O pessoal da Cáritas, lá na reunião de idoso, roda de conversa, sabe? Serviço de convivência, durante o período inteiro da pandemia, acho que a prefeitura doava cestas e eles traziam para nós dois, todo mês, ajudava bastante a gente, sabe.

(Maria Quitéria, depoimento colhido em março de 2023).

Eu passo no CRAS, e tem o negócio lá com eles, eu passava com a “trabalhadora do SUAS”, agora ela saiu, tem uma outra, com essa outra só vi três vezes. Busquei por causa do salário da minha filha, eu também estava passando por dificuldades, peguei cesta, peguei pouco, eu ia no CRAS por causa dela, ela era própria para conversar comigo, ela me entendia, o que eu falava, vinha aqui em casa, dizia que eu tinha que cuidar das crianças, mas também tem que cuidar da senhora, é que o tempo é pouco, não dá.

(Carolina, depoimento colhido em março de 2023).

Nos depoimentos de Maria Quitéria e Carolina, observa-se que a Proteção Social Básica novamente se faz presente na concessão de benefícios eventuais, cesta básica, porém também apontam considerações importantes sobre o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para as pessoas idosas e o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família, através do acompanhamento sistemático, com acolhida, visitas domiciliares, entre outros.

Sabe-se que um gargalo para a Proteção Social Básica, especialmente os CRAS, é a concessão de benefícios eventuais em forma de gêneros alimentícios, a famosa cesta básica. O relatório da Nexo, elaborado por Oliveira (2021), revela através do gráfico a seguir, o aumento gigantesco na concessão de cesta básica pelos

⁵⁰ Depoimento colhido em março de 2023.

CRAS em Jundiaí – SP durante a pandemia:

Tabela 14 - Cesta básica concedidas pelos CRAS



Observa-se que antes havia uma média de 1.100 concessões ao ano, para 12.812 em 2020 e somente no primeiro semestre de 2021, o impressionante número de 15.108. Chega a ser assustador lembrar o que foi gerenciar essa situação.

Durante a pandemia a assistência social em Jundiaí, através da portaria 03/2020, estabeleceu o Plano de Concessão de Benefícios Eventuais - Auxílio à Situação de Calamidade Pública, regulamentando benefício concedido em pecúnia, em cartão eletrônico, no valor de R\$150,00, disponibilizado somente em uma única parcela por família, com o objetivo de concessão para 2.000 famílias, investindo o valor de R\$ 300.000,00.

Com isso, refletimos que possivelmente apresentar um número grande de famílias atendidas foi priorizado ao invés de conceder um benefício com um valor mais digno a um menor número de famílias e realmente trazer impactos a vida dessas famílias.

A PSB durante a pandemia administrou o mínimo do alcance de proteção social coletiva do SUAS, mostrando a urgência em caminhar na direção de garantir o que é específico da política social de assistência social, através das seguranças afiançadas sobre serviços, benefícios e programas.

Precisamos mover-se em direção de uma política pública de segurança alimentar e nutricional, em que todas as políticas de forma transversal possam contribuir na análise e discussão sobre a fome, níveis de insegurança alimentar, alimentação saudável e de qualidade, além de planejar e executar planos e ações.

Não cabe apenas ao SUAS pensar sobre essa temática, mas todos devem assumir essa responsabilidade, visando a ampliação e garantia de direitos.

A proteção social básica durante a pandemia priorizou o seu olhar para a gestão de benefícios, todavia trata-se de serviços socioassistenciais com capacidade mobilizadora da população, localizados em territórios estigmatizados, em cada canto desse país, tendo a capacidade de ampliar possibilidade de proteção, proporcionar espaços de discussão e denúncia sobre desigualdades sociais, violações de direitos, violências, discriminações de raça, gênero e diversidades. Assim, o desafio nesse momento é de retomar e ampliar as atividades coletivas, campanhas de prevenção, articulações com lideranças locais e amplificar o controle social.

4.2 Notas sobre o território

No começo da pandemia existiu uma especulação que pelo fato do Brasil possuir características de um país tropical e com dimensões geográficas continentais poderiam ser fatores que contribuíssem para o que o vírus não se espalhasse, porém, o Coronavírus SARS-CoV-2 encontrou um país com enorme desigualdade social, situações de carências, escassez e pobreza, em conjunto a um (des) governo que tratou com descaso as políticas públicas, contribuindo para que os territórios periféricos se caracterizassem como um fator de risco para os sujeitos em situação de desproteções sociais.

A população que vive em moradias precárias, em situações de encostas, vielas, sem estrutura física adequada, sem circulação de ar, com banheiros compartilhados, com ausência ou irregularidade de água encanada, rede de esgoto, coleta de lixo, falta de acesso a alimentação saudável, a materiais de limpeza, higiene, álcool em gel, máscara, entre outros, estiveram mais vulneráveis durante a pandemia. Nesse sentido durante nossa entrevista a Anita compartilhou as dificuldades vivenciadas no território em que vive:

Eu morava na minha casinha na favela, eu, meu filho e a minha nora. Mas aí eu fui na FUMAS para ele mandar um engenheiro para avaliar a casa, estava com rachaduras. Ele falou com não tinha perigo, mandaram o material para mim, eu gastei reformando e continuava a mesma coisa. Aí eu tive a COVID e fui internada e lá no hospital eu sonhava que meus móveis estavam tudo lá em cima e que tinham demolido minha casa. Aí ficou meu filho e minha nora lá e o vizinho de baixo ficava reclamando que a casa estava afastando e jogando água embaixo. Nunca resolvia nada. Quando eu voltei do hospital fui para os predinhos com minha filha. A mulher de baixo foi na FUMAS e

chamou a Defesa Civil e a Defesa Civil foi e falou que estava em risco. Mas estava como dá primeira vez que eu chamei. Eles derrubaram a minha casa e estão pagando o auxílio aluguel (Anita, 2023).⁵¹

Com esse depoimento, observa-se que as dificuldades sofridas pela população mais pobre não tiveram uma trégua no período da pandemia. Entretanto, o território também pode ser visto como sinônimo de proteção no enfrentamento a COVID-19, experiências demonstram que através de mobilizações e organização local resultam em saídas coletivas de extrema potência. Na entrevista com o Afonso, ele compartilhou o apoio recebido pela comunidade em que vive:

Eu tive apoio de pessoas que nunca vi na minha vida, pessoa que se sensibilizaram, ficaram sabendo, vinham me ajudar, me chamavam no portão e diziam, trouxe isso e aquilo. E essa ONG que principalmente me ajudaram na casa, na época de frio era muito difícil, ajeitaram e ficou muito melhor a situação, sem trabalhar eu não conseguia. Essa casa era de viela, depois eu mostro pra você, aqui atrás era só casa, aí demoliram e fizeram a UPA e essa rua viraram a porta da rua, a viela era organizada. (Afonso, 2023).⁵²

Territórios são marcados por violências, desproteções sociais, disputas, mas também são espaços de vida, de solidariedade, de luta, de relações, de pertencimento.

Importante pontuar que o conceito de território é diferente de dimensão espacial, do espaço geográfico e linhas de fronteiras. Os geógrafos Milton Santos e David Harvey aprofundaram o conceito de espaço sustentado pelo materialista histórico dialético, possibilitando um pensamento crítico comprometido com a transformação.

Milton Santos ao utilizar o termo “território usado” significou um avanço no entendimento de espaço geográfico, pois esse espaço territorial passa a ser visto a partir das relações, mediações e da forma como é utilizado esse local territorial. Dessa forma o território expressa as marcas das relações econômicas, sociais, políticas e culturais do contexto social em que os homens produzem e reproduzem a vida (Diniz, 2021).

Koga (2009) traz a reflexão sobre o *chão comum*, o *chão das práticas*, o *chão da vida*, que é ponto de chegada, partida e travessia, onde famílias e coletivos se encontram, se relacionam e passa a ter a centralidade na maneira de ler e interpretar

⁵¹ Depoimento colhido em março de 2023

⁵² Depoimento colhido em março de 2023

a realidade.

Os chãos das cidades seguem as marcas históricas da lógica de desigualdade social, em que alguns territórios detêm uma concentração da riqueza, paisagismo, modernidade, tecnologia e outros considerados pobres em que há o abandono e falta de acessos. O município de Jundiaí – SP está localizado entre duas das principais rodovias de São Paulo, a Rodovia Anhanguera e a Rodovia Bandeirantes, que ligam o interior aos importantes centros econômicos do estado, porém o município não é capaz de oferecer moradia com qualidade a todos, há muitos territórios precários de estrutura física e regularização.

Segundo o Plano Local de Habitação de Interesse Social de 2017 (Jundiaí, 2017), o município está entre as maiores economias do Estado, o sexto maior parque industrial e apresenta ainda o segundo melhor índice de Desenvolvimento Humano do estado de São Paulo entre as cidades com mais de 300.000 habitantes.

O estudo ainda identificou que o município possui 32 áreas de Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) e 24 assentamentos precários, deste total, mais da metade (58%) corresponde aos assentamentos do tipo favela. Dados de 2006 apontam áreas de risco relacionadas à instabilidade de taludes em encostas e margens de córrego que podem afetar a segurança das moradias, são 10 áreas onde a ocupação se deu de forma precária em áreas impróprias, quais sejam: Jardim São Camilo; Jardim Tamoio (Tamoio, Hospital Psiquiátrico e Baixada do Paraná), Jardim Vitória (Balsan), Vila Esperança, Vila Nambi, Jardim Fepasa; Jardim do Lago; Jardim Santa Gertrudes e Jardim Guanabara. Estas áreas foram subdivididas em 58 setores, que possuíam um total de 3.517 domicílios. O déficit quantitativo acumulado no município em 2015 foi estimado em 12.627 domicílios. O total de novas moradias para atender ao déficit atual e a demanda futura, esperada até o ano de 2025, é de 20.444 unidades habitacionais (Jundiaí, 2017).

A Fundação Municipal de Ação Social (FUMAS) é a responsável pela política habitacional do município, suas ações e diretrizes voltadas especialmente para a habitação de interesse social e para a regularização fundiária.

Os sujeitos entrevistados tiveram suas vidas entrelaçadas pela história da urbanização do município, ocuparam locais para morar mais afastados, sem infraestrutura, moradias em locais de risco, em área da antiga ferrovia, relataram também a relação com a FUMAS:

Aí ele pegou, sabe a rua José Maria Witaker lá embaixo? A favela lá

embaixo? Foi tudo meu pai que roçou e montou os primeiros barracos, aí ele vendia os terrenos, aí ele foi juntando um dinheiro até ele conseguir comprar de volta lá. Ele montou uma casa para nós, só que a chuva derrubou, a minha mãe até quase morreu, caiu bem no quarto dela (Anita, 2023).⁵³

A FUMAS administra aqui. Quando eu vim morar aqui eu fui pagar alugar ali em baixo e o povo estava fazendo casa na linha férrea, não sei se você ouviu falar sobre isso, linha da FEPASA, foi desativada e o povo estava fazendo casa aqui, um rapaz ofereceu um terreno para meu marido, eu não queria ficar morando aqui, aqui era muito molhado, não tinha nada, tudo longe, por fim ele comprou do rapaz e fez essa casinha e desde então moramos aqui. Aqui era tudo cheio de mato e água, aqui na frente era do povo do bairro Chaves (Maria Quitéria, 2023).⁵⁴

As famílias foram para os prédinhos na Fazenda Grande, outros tiveram a opção de arrumar uma casa. Eu não tenho espaço de quintal, mas eles brincam na calçada. Sem trabalhar eu não tinha condições de arrumar tanta coisa... Regulamentação de uma Estrada de 6 km, na frente é área do DAE (Afonso, 2023).⁵⁵

A periferia se faz necessária para a manutenção do modo de produção capitalista, a urbanização traz melhores condições de moradia e dignidade, porém também traz aumento no custo de vida, novas contas que não existiam, como água, energia elétrica, entre outros e muitos não possuem meios de manter esses gastos, ocasionando o endividamento da população que residem nas regiões onde houve regularização por meio da política habitacional.

A política social de assistência social ao adotar a perspectiva territorial significou importante avanço e relevância. A Norma Operacional Básica do SUAS aprovada em 2005 (NOB-SUAS/2005) utiliza a territorialização como um dos eixos estruturantes do SUAS e também como um dos princípios da proteção social de assistência social. De acordo com a NOB/SUAS 2005:

O princípio da territorialização significa o reconhecimento da presença de múltiplos fatores sociais e econômicos que levam o indivíduo e a família a uma situação de vulnerabilidade, risco pessoal e social. O princípio da territorialização possibilita orientar a proteção social de assistência social: Na perspectiva do alcance de universalidade de cobertura entre indivíduos e famílias sob situações similares de risco e vulnerabilidade; na possibilidade de aplicar o princípio de prevenção e proteção pró-ativa, nas ações de assistência social; na possibilidade de planejar a localização da rede de serviços a partir dos territórios de maior incidência de vulnerabilidade e riscos (Brasil, 2005).

Esse direcionamento da assistência social é de grande relevância para planejar as ações com vistas à universalização, prevenção e proteção nos territórios que são

⁵³ Depoimento colhido em março de 2023.

⁵⁴ Depoimento colhido em março de 2023.

⁵⁵ Depoimento colhido em março de 2023.

espaços de vínculos, disputas, contradições, sonhos e terreno das políticas públicas, onde se concretizam as manifestações da questão social e se criam os tensionamentos e as possibilidades para seu enfrentamento (Brasil, 2008).

Sabe-se que adotar o princípio da territorialização não significa que o acesso ao direito à assistência social será universalizado e descentralizado automaticamente. Compreendemos também que não se trata apenas de implantar o CRAS com seus serviços (PAIF, SCFV, PSB no domicílio) em territórios vulneráveis na medida em que o trabalho direciona o seu olhar, seus atendimentos apenas a recortes de um público-alvo específico como idade, renda, riscos, entre outros e não compreende as desproteções sociais que toda a população daquele território está submetida. Portanto, não se trata apenas de os serviços estarem próximos em termo de localização, trata-se de uma visão ampliada sobre território.

Ademais, reconhece-se a necessidade de superar a fragmentação e da focalização para alcançar a universalização de acesso e proteção social no SUAS. A proteção social básica deve fazer a gestão do território através de articulações intersetoriais, garantindo espaços de participação e fortalecendo os espaços urbanos. A dimensão territorial é elemento central para fortalecer a proteção social enquanto direito de cidadania, compreendendo as relações e dinâmicas sociais, modos de vida, costumes e questões culturais, provocando impactos nas dinâmicas estruturais.

A proteção social básica do SUAS está no *chão da vida* em que as consequências da pandemia foram agravadas por se tratar de territórios vulneráveis, deixando lições para pensar o seu enfrentamento e também crises futuras através de lutas e estratégias conjuntas entre coletivos, grupos e setores locais, em busca de cuidado e proteção, transformando território em sinônimo de resistência.

4.3 Resistência

Durante a escolha das questões disparadoras aos sujeitos da pesquisa, compreendemos que seria importante aprofundar sobre as formas de resistência no enfrentamento da pandemia, portanto incluímos essa questão no roteiro. Durante as entrevistas busquei abordar esse assunto de formas diferentes, talvez por uma antecipação da pesquisadora, inicialmente houve a impressão de que a expectativa não foi alcançada, pois os relatos se voltaram para um cunho religioso, como vemos

a seguir nos depoimentos de Maria Quitéria e Anita:

Kelly – Onde a senhora encontra resistência?

Maria Quitéria – Em Deus, em nenhum momento eu fiquei para baixo, eu continuei a vida, sem ele, caminhando (Maria Quitéria, 2023).⁵⁶

Kelly – O que vem a sua cabeça quando falamos em resistência?

Anita – Foi uma bênção que Deus me deu, eu venci a COVID (Anita, 2023).⁵⁷

No depoimento do Afonso o assunto sobre resistência ficou em um campo familiar e das lembranças:

Kelly – O que você pensa sobre formas de resistência?

Afonso – Tem gente que fala assim “três! Como você aguenta?” Acho que são os três que fazem eu aguentar. Eu ainda tenho mensagens dela, ela sempre foi muito companheira, a gente conversava muito, era o que mais sinto falta dela, quantas vezes ela fazendo comida e a gente conversando, isso não tem mais. Converso com meus filhos, mas não é a mesma coisa (Afonso, 2023).⁵⁸

Refletindo melhor sobre essa questão foi possível ver e ler para além do que é dito objetivamente, ao entrevistar a classe trabalhadora, pessoas simples, constata-se a experiência de uma classe que resiste cotidianamente ao enfrentamento da opressão e exploração, que produziu diversas estratégias de luta pela sobrevivência durante a pandemia, provavelmente essa questão não precisava ter sido colocada, pois ela apareceu nos relatos de outras formas.

Anita sobreviveu a interdição e demolição de sua moradia, sobreviveu a COVID-19 e hoje enfrenta os preconceitos, sequelas adquiridas, desafios de sobreviver com uma baixa renda.

Maria Quitéria não teve acesso a escola, trabalhou por muitos anos na zona rural de Jundiá, em plantações de frutas, mora em área de ocupação, perdeu o seu marido para COVID-19, resistiu a todas as adversidades da vida.

Carolina uma mulher negra, pobre e da “periferia”, desde os primeiros anos da infância, teve a vida marcada pelo acolhimento institucional em abrigo. Na vida adulta assume os cuidados da filha que é pessoa com deficiência e dos netos, em uma dinâmica cercada por idas aos abrigos, conselho tutelar, audiências e hospitais, uma vida marcada também por muita luta e resistência.

⁵⁶ Depoimento colhido em março de 2023.

⁵⁷ Depoimento colhido em março de 2023.

⁵⁸ Depoimento colhido em março de 2023.

Afonso, homem negro, mora em uma região de regularização fundiária, perdeu sua companheira e os seus três filhos perderam a mãe para a COVID-19, ela faleceu após o parto de sua última filha, o acesso a vacina não chegou a tempo.

Eles traçaram um caminho de resistência em face da barbárie e violações que vivenciaram durante a vida e na pandemia. O relatório da CPI da COVID apresenta dados da economia, desemprego, preço dos alimentos e combustível que marcaram o período pandêmico e a população da periferia resistiu para conseguir condições de vida e trabalho (Brasil, 2021):

Tivemos a maior taxa de desemprego da história, de 14,7%, os maiores preços já registrados da gasolina e do gás de cozinha, o dólar atingiu seu maior patamar em relação ao Real, o Índice de Preço ao Produtor Amplo (IPADI) bateu recorde histórico ao registrar 31,72%, e o Índice Geral de Preços (IGPDI) teve seu maior valor em vinte anos, com 23,08%. O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) chegou a 6,11%, com IPCA alimentação de 12,54%. O arroz teve aumento de 51%, a carne, de 38%, o leite, de 12%. A energia teve aumento de 11,6%, e já foi aprovado outro aumento de 52%, com previsão de racionamento, o que pode trazer grande desconforto para o brasileiro. A relação dívida-PIB está em 86% (maior da história). O PIB total é o menor desde 2014. O PIB industrial é o menor desde 2005. O PIB da construção civil, o menor desde 2008. A produtividade marcou 84 pontos (menor desde 2006). O brasileiro tem pago até R\$ 7,00/litro de gasolina em algumas localidades do país e a crise hídrica escancarou a fragilidade de nossa estrutura energética que, em qualquer situação, não nos permitirá uma retomada econômica no curto prazo, senão por outro motivo, porque não haverá energia elétrica para permiti-lo (Brasil, 2021, p.11).

Sobreviver a um governo de morte e ter a vida atravessada para sempre é resistência. Resistência visível ou não, silenciosa e ambígua muitas vezes, no entanto, movimento de recusa e contestação de um lugar não escolhido a partir da experiência partilhada da pobreza, da exclusão e da subalternidade (Yazbek, 2016, p. 188).

Telles (2017), uma estudiosa de Foucault debate resistência a partir das relações de poder e estratégias de enfrentamento, compreendendo que a resistência é coextensiva às relações de poder, onde existe poder, existe resistência; nos pontos de incidência do poder, há sempre sinais das insubmissões dos corpos, a partir do momento em que há uma relação de poder, há uma possibilidade de resistência, as pessoas jamais são aprisionadas pelo poder; podem sempre modificar sua dominação.

Identifica-se que as estratégias de enfrentamento dos sujeitos da pesquisa, remete a luta de cada dia contra a pobreza, desigualdades, violações de direitos que atravessam suas trajetórias.

Os sujeitos da pesquisa expressaram a resistência através da força do coletivo,

das redes, das relações entre as pessoas, da ocupação do território, medidas coletivas de proteção em comunidade, ajuda mútua entre as pessoas, na organização coletiva de vítimas e familiares da COVID-19. Na luta pelo direito a cidade e a condições mínimas de vida com acesso ao asfalto, água encanada, energia elétrica, transporte e etc. Na luta para ter acesso aos direitos sociais através da resistência cotidiana contra as adversidades, opressões e explorações.

A resistência e a luta coletiva são essenciais no fortalecimento do horizonte emancipatório que nos unifica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao chegar aos aspectos reflexivos finais dessa caminhada, tendo consciência de que muitas questões merecem ser aprofundadas e problematizadas. As inquietações ao discutir uma temática ao qual todos estão mergulhados, movimentam esse caminhar, manter os pés na realidade objetiva estudada possibilita exercer o pensamento crítico e também geram angústias ao lidar com as contradições.

Estudar questões e impactos sobre a pandemia, é um processo rodeado por incertezas, medos, luto e requer consciência de que resolver problemas do presente exige tempo, um tempo que é processual e histórico.

A todo o momento surgem novos estudos, pesquisas, notícias que têm ligação ao presente estudo, gerando uma infinidade de possibilidades e de análises, por isso, não cabe aqui finalizar a problemática apresentada, mas contribuir a compor as hipóteses que surgirão posteriormente.

O aporte da metodologia da história oral temática, possibilitou trazer vida a dissertação com os depoimentos da experiência dos cidadãos atendidos pela proteção social básica do SUAS em Jundiaí – SP no período da pandemia da COVID-19, a história oral com sua conotação política e de denúncia, propiciou o diálogo com a memória, experiência e a história.

Afonso, Anita, Carolina e Maria Quitéria, abriram a porta de suas casas, permitiram tocar em temas tão sensíveis e compartilharam os impactos da pandemia, as práticas de resistência, as ações de cuidado e proteção social que foram ofertadas pelo Estado e através do território.

As inquietações sobre a forma de como o Estado brasileiro realizou a gestão no período da pandemia, levou a iniciarmos uma reflexão sobre o funcionamento da sociedade e do Estado, apontando que o Estado é utilizado pelo sistema capitalismo como um instrumento de dominação de uma classe sobre outra, trata-se de um aparelho repressivo, porém ele também tem o papel de garantir direitos e exercer funções protetivas para a sociedade.

Precisamos lutar pela garantia de atenção às necessidades humanas, necessidades concretas como a saúde, educação, alimentação, sobrevivência, essencialmente em momentos de calamidades como foi a pandemia da COVID-19. Dessa maneira, acreditamos veementemente em um horizonte em que os

trabalhadores não estarão divididos em classes, em que há superação da propriedade privada, proibição da venda da força de trabalho e divisão da riqueza socialmente produzida, em que não exista o Estado e não ocorra a apropriação de recursos que são necessários para todos.

A pesquisa evidencia a pandemia como mais uma crise do capital ao se tratar de uma expressão da destruição ambiental e humana, o comportamento humano em relação à natureza põe em risco a existência humana e a gana por lucros sem limites são sinais de doenças do capitalismo. A pandemia foi devastadora, pois, ceifou e afetou diversas vidas e mesmo em um contexto de catástrofe, o lucro impediu que as pessoas protegessem suas vidas e tivessem acesso ao isolamento, proteção e cuidado.

No Brasil, foi atingido a impressionante marca de mais de 700 mil mortes, os dados estudados e apresentados apontam que a população pobre, preta e periférica foram as mais impactadas, houve excesso de mortalidade, três em cada quatro mortes poderiam ter sido evitadas. A ausência de equipamentos de proteção social aos profissionais que estavam na linha de frente de combate a COVID-19, a falta de oxigênios, recusa na compra de vacinas, gastos com cloroquina, proliferação de fake News, menosprezo pela doença e pelas vidas perdidas, foram as marcas da gestão do governo federal em relação a pandemia, uma gestão genocida e criminosa.

O relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito da Pandemia, concluiu que houve crimes comuns, crimes de responsabilidade e crimes contra a humanidade, concluindo com a indicação de responsabilização e indiciamento dos responsáveis. Este é um importante instrumento de denúncia, de luta e mobilização social para que os indiciados respondem pelos crimes e haja reparações referente as omissões do Estado.

A cor da pandemia tem a cor do povo preto e periférico, a mortalidade excessiva ocorrida entre a população negra no Brasil durante a pandemia da COVID-19 escancara o racismo estrutural, as desigualdades sociais e raciais. Fomos submetidos a necropolítica, uma política de morte e apesar do fim do governo Bolsonaro, a sociedade ainda se vangloria de seus traços fascistas e antidemocráticos, como vimos na tentativa de golpe de Estado em 08 de janeiro de 2023. Assim, precisa-se discutir e reafirmar o óbvio, a garantia da democracia, buscar o enfrentamento e superação desses discursos e ações.

Ao adentrar na assistência social, resgatamos sua origem influenciada pelo caráter religioso, através da caridade, ajuda e assistencialismo. O processo de ruptura com o modelo assistencialista percorreu uma longa trajetória, passando pela promulgação da Constituição Federal de 1988 que marca a história da assistência social, ganhando um novo patamar de entendimento como uma política social de seguridade social, de direito da população e dever do estado, a sua institucionalização efetivou-se pela Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, Lei 8.742 de 07/12/1993, regulamentou os artigos 203 e 204 da Constituição Federal e completará 30 anos em 2023 e a materialização da LOAS se deu através do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), que foi instituído em 2005.

Reafirmamos a Assistência social como uma política social de garantia de direitos e de cidadania, de acesso universal e não contributiva, no campo da proteção social, reconhecendo as desproteções sociais na sua dimensão relacional da vida, não somente as dimensões materiais, mas a importância das relações humanas para a proteção social. Todos os cidadãos estão sujeitos a situações de desproteções sociais em algum momento da vida, a assistência social com seu caráter preventivo e antecipatório busca a garantia de proteção social via responsabilidade estatal.

Durante a pandemia o histórico de caridade e assistencialismo voltaram a assombrar o SUAS, apontando para um descaminho da proteção social ao ser compreendida como caridade, financiada com dinheiro público.

Os achados desta pesquisa através dos depoimentos nas entrevistas revelam os impactos vivenciados durante a pandemia, entre eles a ausência de renda para a sobrevivência, sobrecarga das mães solas, situações de violências doméstica e intrafamiliar, prejuízo do ensino remoto para o processo de aprendizagem das famílias periféricas, as deficiências adquiridas pela COVID-19 e os órfãos da COVID-19.

A pesquisa bibliográfica apontou outros impactos, entre eles, a insegurança alimentar, submissão a trabalhos precários, aumento de suicídios e a exclusão social com a mudança do acesso aos serviços via digital.

As/os trabalhadora/es do SUAS foram essenciais para administrar a barbárie durante a pandemia, permaneceremos na luta pela efetivação do SUAS, muitas / os trabalharam em um ambiente inseguro e permeados pelo medo, muitas vezes compraram os materiais de uso preventivo como máscaras, viseiras, álcool em gel, entre outros, além do adoecimento mental ocasionado por pressões por produtividade

e assédio moral. Houve luta pela sobrevivência de todos, pela priorização da vacina e por melhores condições de trabalho.

A pesquisa mostra que durante a pandemia a Proteção Social Básica do SUAS foi capturada pela concessão de benefícios, sendo engolida pelas demandas de concessão de cesta básica, colchões, cobertores, materiais de limpeza e higiene, roupas, água, álcool em gel, vale transporte, auxílio para emissão de documentos, entre outros. Os CRAS enfrentaram enormes filas da população que buscava acesso ao auxílio emergencial, tornando-se um grande balcão de benefícios, comprometendo outras ações de acesso a direitos como realização de campanhas, articulações locais, atividades coletivas e a integralidade com os serviços do SUAS.

A experiência dos usuários do SUAS estiveram voltadas a situações de orientações referente benefícios previdenciários, programas de transferência de renda, benefícios eventuais, mais especificamente, cesta básica, Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para as pessoas idosas e o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família.

A proteção social básica do SUAS tem o desafio de resgatar a sua capacidade mobilizadora da população, ampliar a possibilidade de proteção social, proporcionar espaços de discussão e denúncia sobre desigualdades sociais, violações de direitos, violências, discriminações de raça, gênero e diversidades. Ampliar as atividades coletivas, campanhas de prevenção, articulações com lideranças locais e potencializar o controle social.

Esse ano ocorrem as conferências municipais, estaduais e nacional da assistência social, como tema “Reconstrução do SUAS: O SUAS que temos e o SUAS que queremos”, importante espaço de lugar de fala dos usuários e para afirmação da assistência social como política de proteção social, de direito de cidadania, universal, alinhada ao combate das desigualdades sociais.

A pesquisa revela pontos que constituem a vida de uma classe no contexto da pandemia, ao qual os territórios em que vivem foram caracterizados como fator de risco para os sujeitos em situação de desproteção social. Porém o território também se revela como categoria de luta através dos coletivos, grupos, mobilizações e setores locais, em busca de cuidado e proteção, transformando território em sinônimo de resistência.

Os sujeitos da pesquisa expressaram a resistência através da força do coletivo,

das redes, das relações entre as pessoas, da ocupação do território, medidas coletivas de proteção em comunidade, ajuda mútua entre as pessoas, na organização coletiva de vítimas e familiares da COVID-19. Na luta pelo direito a cidade e de condições mínimas de vida, na luta para ter acesso aos direitos sociais através da resistência cotidiana contra as adversidades, opressões e explorações. Sobreviveram a um governo de morte e tiveram a vida atravessada para sempre são exemplos de práticas de resistência.

A pandemia escancarou as desigualdades sociais e revelou a desproteção social por parte do Estado, cabe à classe trabalhadora lutar por ampliação da possibilidade de proteção e por reparações e mudança na realidade social, para que essas violações não ocorram novamente.

A experiência da vida de uma classe no contexto da pandemia ensina a necessidade da resistência e da luta por uma sociedade mais justa, igualitária e protetiva.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRASCO, Associação Brasileira de Saúde Coletiva. **Dossiê Abrasco | Pandemia de COVID-19**. Brasil: Associação Brasileira de Saúde Coletiva, novembro de 2022.
- ABRASCO, Associação Brasileira de Saúde Coletiva. **População Negra e Covid-19 / Organização Grupo Temático Racismo e Saúde da ABRASCO**. – Rio de Janeiro, RJ: ABRASCO, 2021.
- ANTUNES, Ricardo. **Capitalismo Pandêmico**. 1. Ed. – São Paulo: Boitempo, 2022.
- ANTUNES, Ricardo. **O Privilégio da Servidão**. São Paulo: Boitempo, 2018.
- ANTUNES, Ricardo. **Trabalho Digital, “indústria 4,0” e uberização do trabalho**. In: Futuro do Trabalho: os efeitos da revolução digital na sociedade. Brasília: ESMPU, 2020, 472 p.
- BEHRING, Elaine Rossetti. **Ajuste fiscal permanente e contrarreformas no Brasil da redemocratização**. Crise do Capital e Fundo público: implicações para o trabalho, os direitos e a política social. São Paulo: Cortez Editora, 2019.
- BEHRING, Elaine Rossetti e BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: fundamentos e história**. 9. ed. São Paulo: Editora Cortez, 2011.
- BEHRING, E. R. **Política social no capitalismo tardio**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- BIERRENBACH, Ana Luiza. **Perguntas que a ciência já respondeu: 5 pontos sobre desigualdades raciais e os impactos da pandemia**. 2022. Disponível em: <<https://pp.nexojornal.com.br/perguntas-que-a-ciencia-ja-respondeu/2022/5-pontos-sobre-desigualdades-raciais-e-os-impactos-da-pandemia>>. Acesso em: 08 de agosto de 2023.
- BOITO JR., Armando. O Caminho Brasileiro para o Fascismo. **Caderno CRH**, Salvador, v. 34, p. 1 - 23, 2021.
- BOSCHETTI, Ivanete; BEHRING, Elaine Rossetti. Assistência Social na pandemia da covid-19: proteção para quem? **Serviço Social & Sociedade**, n. 140, p. 66-83, jan./abr., 2021.
- BRASIL, **Constituição da República Federativa do Brasil**, Brasília: 1988.
- BRASIL. Coordenação-Geral de Planejamento e Vigilância Socioassistencial. Secretaria Especial de Desenvolvimento Social. Secretaria Nacional de Assistência Social. Ministério da Cidadania. **Censo SUAS 2022 – Resultados Nacionais**, Centro de Referência da Assistência Social CRAS. Brasília, 2023.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Política Nacional de Assistência Social e Norma Operacional Básica do SUAS**. Brasília, 2005.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **SUAS: Configurando os Eixos de Mudança**. Capacita SUAS. Brasília: 2008.

BRASIL. **Lei Orgânica da Assistência Social**, Lei nº 8.742 de 07 de dezembro de 1993.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. **Censo SUAS: CadSUAS, Dados consolidados PSB/PSE**. 2018. Disponível em: <<https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/Rlv3/geral/index.php>>. Acesso em: 08 de agosto de 2023.

BRASIL. **Plano Nacional de Atendimento Integral à Família – PAIF**. Brasília, Ministério da Assistência Social, setembro, 2003.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Proteção Social Básica do SUAS** – Orientações Técnicas para o Centro de Referência de Assistência Social. Brasília, 2006.

BRASIL. **Tipificação dos Serviços Socioassistenciais**. Brasília, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome –MDS, 2013.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. **Resolução CNAS/MDS nº 99, de 4 de abril de 2023**. Brasília, 2023.

BRASIL. Senado Federal. **Relatório da CPI da Pandemia** - Atividade Legislativa. Disponível em: <<https://legis.senado.leg.br/comissoes/comissao?codcol=2441>>. Acesso em: 17 maio 2023.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Resolução CNAS nº 17 de 20/06/2011**. Brasília, 2011.

CONGEMAS e UNICEF. **Contribuições para a adaptação e o aprimoramento dos serviços de proteção social básica do SUAS no contexto de calamidade, emergência e pandemia da COVID-19**. Caderno 2, 2021.

CONGEMAS e UNICEF. **Diretrizes e Orientações Gerais para a preparação dos Centros de Referência de Assistência Social/CRAS em contextos de Calamidades e Emergências**, 2020.

CASTILHO, D. R. e LEMOS, E. L. S. Necropolítica e governo Jair Bolsonaro: repercussões na seguridade social brasileira. **Rev. katálisis**, nº 24, 2021.

DINIZ, Rodrigo, A. **Território, Cotidiano e Territorialidade**: Narrativas e Sociabilidades em Perspectiva. In: MARTINELLI, Maria Lucia. *et. al.* Orgs. Cotidiano, cultura e sociabilidade: pesquisa em serviço social - São Paulo : EDUC, 2021.

FÁVERO, E. T. (Org.). **Famílias na cena contemporânea**: (des)proteção social, (des)igualdades e judicialização. Uberlândia: Navegando Publicações, 2020.

FIOCRUZ. **Orientações para trabalhadores e gestores do Sistema Único e Assistência Social (SUAS) para ações na Pandemia COVID-19**, 2020.

GUERRA, Y. BATISTA, A. A Expressão Questão Social em Questão: um debate necessário. **Revista Temporalis**, nº 42, 2021.

GUIMARÃES, RM, Reis *et al.* **Rastreamento do excesso de mortes maternas associadas à COVID-19 no Brasil: uma análise nacional**. BMC Gravidez Parto 23 , 2023.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Esperança: Um reencontro com a Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

HORTON, Richard. Offline: COVID-19 is not a pandemic. **The Lancet**, v. 396, n. 10255, p.874, 2020. Disponível em: <[https://www.thelancet.com/journals/lancet/article/PIIS0140-6736\(20\)32000-6/fulltext](https://www.thelancet.com/journals/lancet/article/PIIS0140-6736(20)32000-6/fulltext)> Acesso em: 08 de agosto de 2023.

JUNDIAÍ. Demacamp. Prefeitura de Jundiaí (Org.). **PLHIS – Plano Local de Habitação de Interesse Social**. Jundiaí: Prefeitura de Jundiaí, 2017. Disponível em <<https://fumas.jundiai.sp.gov.br/wp-content/uploads/2017/11/PLHIS-Jundiai-VOLUME-COMPLETO.pdf>>. Acesso em: 08 de agosto de 2023.

KOGA, D. GANEV, Eliane. FAVERO, E. **Cidades e Questões Sociais**. São Paulo: Terracota, 2009.

KOGA, Dirce. **Medidas de Cidades: entre territórios de vida e territórios vividos**. São Paulo: Cortez, 2003.

LACERDA, Lélica E. P. **O Significado Histórico da Pandemia de COVID-19**. Curso de Extensão: Lições históricas da pandemia ao trabalho em políticas sociais. Cuiabá, 2022.

LACERDA, Lélica E. P. **Desgovernados? O Enfrentamento da Pandemia Pelo Governo Bolsonaro**. In: Curso de Extensão: Lições histórias da pandemia ao trabalho em políticas sociais. Cuiabá, 2022.

LENIN, V. **O Estado e a revolução**. São Paulo: HUCITEC, 1983.

LIMA, H. F. O modelo de proteção social básica do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e seus desafios à garantia de direitos. **Dissertação de mestrado** – UNB. 2012.

LUKÁCS, G. **Para uma ontologia do ser social II**. São Paulo: Boitempo; 2013.

MARQUES, Rosa Maria *et al.* **Pandemias, Crises e Capitalismo**. São Paulo: Expressão Popular, 2021. 160p.

MATTA, G.C., REGO, S., SOUTO, E.P., and SEGATA, J., eds. **Os impactos**

sociais da Covid-19 no Brasil: populações vulnerabilizadas e respostas à pandemia [online]. Rio de Janeiro: Observatório Covid 19; Editora FIOCRUZ, 2021.

MARX, Karl. **A ideologia alemã**: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas (1845-1846). São Paulo: Boitempo, 2007.

MARX, Karl. **Crítica do Programa de Gotha**. Seleção, tradução e notas Rubens Enderle. - São Paulo: Boitempo, 2012.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. 2ed. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2008.

MARX, Karl. **A lei geral da acumulação capitalista**. In: MARX, Karl. O Capital: Crítica da economia política. Livro I: O processo de produção do capital. Tradução Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, Karl. **O Capital**. Edições Progresso-Editorial "Avante!" Moscovo-Lisboa, 1990. Livro Primeiro: O processo de produção do capital. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/marx/1867/capital/index.htm>. Acesso em: 08 de agosto de 2023.

MARTINELLI, Maria Lucia, *et. al.* **A história oral na pesquisa em serviço social: da palavra ao texto**. São Paulo: Cortez, 2019.

MAZZEO, Antonio Carlos. **Neofascismo**: Expressão Ideológica da Crise Sistêmico-Estrutural do Tardio-Capitalismo – Reflexões Preliminares. Mimeo, São Paulo, 2021.

MBEMBE, Achile. **Necropolítica**: biopoder, soberania, estado de exceção, política de morte. São Paulo, 2018.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. História oral testemunhal, memória oral e memória escrita e outros assuntos: Entrevista. **Revista História Agora**. São Paulo, n. 9, 2010.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom; HOLANDA, Fabíola. **História oral**: como fazer, como pensar. São Paulo: Editora Contexto, 2022.

MOTA, A. E. Seguridade Social Brasileira: desenvolvimento histórico e tendências recentes. **Serviço Social e Saúde**. São Paulo: Cortez, 2006. p. 40-48.

NAKATANI, Paulo. Resenha pandemias, crises e capitalismo. **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**, nº 62, 2022.

NOZABIELLI, D. A. V. *et. al.* **Questão social em tempos de pandemia**. UNIFESP - Assis: Gráfica & Editora Triunfal, 2022.

OLIVEIRA, Rodrigo dos Santos. Relatório de redivisão de áreas de CRAS. Jundiaí, SP: **Nexo**: estudos e relatórios (publicação digital), 2021.

OXFAM. **O vírus da desigualdade:** Unindo um mundo dilacerado pelo coronavírus por meio de uma economia justa, igualitária e sustentável. Oxfam International, 2021. Disponível em: <https://www.oxfam.org.br/wp-content/uploads/2021/01/bp-the-inequality-virus-110122_PT_Final_ordenado.pdf?utm_campaign=davos_2021_-_pre_lancamento%26utm_medium=email%26utm_source=RD+Station>. Acesso em: 08 de agosto de 2023.

PAULA, R. F. S. Estado, Economia e Democracia no Brasil e na América Latina. **Rev. katálysis**, nº 21, 2018.

PAULA, Renato Francisco dos Santos. Serviço social, estado e desenvolvimento capitalista: (im)possibilidades neodesenvolvimentistas e projeto profissional. **Tese** (Doutorado em Serviço Social)- Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2013.

PAULA, Renato Francisco dos Santos (org.). **Direitos Humanos em Tempos de Barbárie:** Questionar o presente para garantir o futuro. São Paulo: Cortez Editora, 2022.

PEREIRA, Camila Potyara. **Proteção social no capitalismo:** crítica a teorias e ideologias conflitantes. São Paulo: Cortez, 2016.

PORTELLI, Alessandro. **O que faz a história oral diferente.** Proj. História, São Paulo, 1997.

PEREIRA, Potyara A. P. **Estado, sociedade e esfera pública.** In Serviço Social Direitos Sociais e Competências Profissionais. Brasília-DF, 2009.

PESSOA, Fernando. **“O Guardador de Rebanhos”.** In Poemas de Alberto Caeiro. (Nota explicativa e notas de João Gaspar Simões e Luiz de Montalvor.) Lisboa: Ática, 1946.

PEREIRA, Camila Potyara. **Proteção social no capitalismo:** crítica a teorias e ideologias conflitantes. São Paulo: Cortez, 2016.

PONTES, R. N. *et. al.* (Org.). **Serviço Social e Pandemia COVID-19:** Realidade, desafios e práxis. 1. ed. – Porto Alegre, RS: Nova Práxis Editorial, 2020.

PORTELLI, Alessandro. **História oral como arte da escuta.** São Paulo: Letra e Voz, 2016.

SANTHIAGO, Ricardo. Da fonte oral à história oral: debates sobre legitimidade. **Saeculum – Revista de História.** João Pessoa, n. 18, 2008.

QIU, Jane. **Covid-19: Qual o papel do mercado úmido de Wuhan, na China, no início da pandemia?** National Geographic, 2022. Disponível em: <<https://www.nationalgeographicbrasil.com/ciencia/2022/07/covid-19-qual-o-papel-do-mercado-umido-de-wuhan-na-china-no-inicio-da-pandemia>>. Acesso em: 08 de agosto de 2023.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Nada sobre nós, sem nós: da integração à inclusão.** Disponível em <<https://www.researchgate.net/publication/289245278/download>>, publicado em 22 de Junho de 2018 e acessado em 16 de abril de 2023.

SESC Jundiaí. **Entre vistas: Cidades que vivem de memórias.** Jundiaí, 2022.

SOUZA, Diego de Oliveira. Sindemia: tautologia e dicotomia em um novo-velho conceito. **Saúde Debate.** Rio de Janeiro, V. 46, N. 134, 2022.

SILVA, Tatiana Dias e SILVA, Sandro Pereira. **Nota técnica IPEA: Trabalho, População Negra e Pandemia e Notas sobre os primeiros resultados da PNAD COVID-19.** 2020. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/nota_tecnica/201110_diest_n_46.pdf>. Acesso em: 08 de agosto de 2023.

SPOSATI, Aldaíza (Org.). **SUAS e Proteção Social na Pandemia COVID-19 – Nota Técnica do NEPSAS.** São Carlos: Pedro & João Editores, 2020. Disponível em <<https://cisama.sc.gov.br/assets/uploads/23b57-nota-tecnica-agosto.pdf>> Acesso em: 08 de agosto de 2023.

SPOSATI, Aldaíza. **A menina LOAS.** Um processo de construção da Assistência Social. São Paulo. Cortez Ed, 2005.

SPOSATI, Aldaíza. Proteção social e seguridade social no Brasil: pautas para o trabalho do assistente social. São Paulo. **Revista Serviço Social e Sociedade**, nº 116, 2013.

SPOSATI, Aldaíza. Descaminhos da Seguridade Social e desproteção social no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 7, 2018.

SPOSATI, Aldaíza. **Os 20 anos de LOAS: a ruptura com o modelo assistencialista.** In: CRUZ, José Ferreira da, et al. Coletânea de Artigos Comemorativos dos 20 anos da Lei Orgânica de Assistência Social. Brasília: 2013.

SPOSATI, Aldaíza. **Modelo Brasileiro de Proteção Social não Contributiva: concepções fundantes.** In: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), Organizações das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). Concepção e Gestão da Política Social não contributiva no Brasil. Brasília: 2009.

SPOSATI, Aldaíza. **No Brasil a orfandade é órfã de proteção integral:** revelação da sindemia da COVID-19. São Carlos: Pedro & João Editores, 2022.

TAPAJOS. et. al. **Pandemia, políticas públicas e sociedade.** 1. ed. - Florianópolis - SC: 2021.

TELLES, Vera da Silva. **Resistências, sublevações, o ‘rumor das batalhas’.** Dilemas – Edição Especial no 2 – 2017 – pp. 11-28.

VIANA AL, Elias PE, Ibañez N, organizadores. **Proteção social**: dilemas e desafios. São Paulo: Hucitec; 2005.

YAZBEK, Maria Carmelita. Classes subalternas e assistência social – 9. ed. **rev. e ampl.** São Paulo: Cortez, 2016.

YAZBEK, Maria Carmelita. **Proteção social e crise no Brasil contemporâneo**. In: A nova morfologia do trabalho no Serviço Social. São Paulo: Editora Cortez, 2017

YAZBEK, Maria Carmelita. Serviço Social, Questão Social e Políticas Sociais em Tempos de Degradação do Trabalho Humano, Sob o Domínio do Capital Financeiro. **Serviço Social em Revista**, v. 21, n. 1, p. 183-194, 2018.

YAZBEK, Maria Carmelita. Expressões da Questão Social Brasileira em Tempos de Devastação do Trabalho. **Revista Temporalis** nº 42, 2021.

ZIZEK, Slavoj. **Violência**: seis reflexões laterais. São Paulo: Boitempo, 2014.

APÊNDICES

APÊNDICE A - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Convidamos o (a) Sr. (a) para participar como voluntário (a) da pesquisa “**O Sistema Único de Assistência Social em Tempos da Pandemia da Covid-19: O Caminho Percorrido Pelos Sujeitos em Busca de Proteção Social no Município de Jundiaí-SP**”, realizada pela pesquisadora Kelly Aparecida Torres, discente no Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social – nível Mestrado – da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, período 2021-2023, sob a orientação e responsabilidade da professora Dr^a Maria Carmelita Yazbek.

Sua participação não é obrigatória e a qualquer momento, poderá desistir de participar e retirar o seu consentimento. Para participar desta pesquisa não terá nenhum custo, nem receberá vantagens financeiras. Também não implicará em risco para o/a participante.

Esta pesquisa tem como **objetivo**: compreender o caminho percorrido pelos cidadãos e famílias que acionaram o SUAS em busca de proteção social em tempos da pandemia da COVID-19, no município de Jundiaí – SP, buscando identificar como enfrentaram a pandemia e as práticas de resistência. A partir da trajetória dos/das participantes da pesquisa, iremos tecendo as análises, com as narrativas, as teorias e as observações do cotidiano profissional, construindo uma cartografia de proteção social e resistência.

Para esta pesquisa adotaremos como **procedimento de estudo**: entrevistas, observação participante, as entrevistas serão abertas, embora haja algumas questões norteadoras. Esse diálogo será gravado a fim de garantir a fidelidade da fala do/a participante. As narrativas obtidas serão transcritas pela pesquisadora e serão utilizadas em trabalhos e artigos acadêmicos e nos documentos da instituição. Em nenhum momento você será identificado, há, portanto, garantia de sigilo quanto aos dados confidenciais envolvidos na pesquisa, assegurando absoluta privacidade. Os resultados estarão à sua disposição quando finalizada.

Essa pesquisa seguirá as normas e diretrizes de pesquisas envolvendo seres humanos, respeitando a dignidade humana, a ética, utilizando o consentimento livre e esclarecidos e manifestando a anuência em participar da pesquisa, conforme define as Resoluções nº 466, de 12 de dezembro de 2012 e nº 510, de 07 de abril de 2016 do Conselho Nacional de Saúde.

Apresentamos a seguir os riscos e benefícios para os participantes da pesquisa. **Riscos**: Compreendemos que o risco previsto para os participantes dessa pesquisa é mínimo, como cansaço ou aborrecimento ao responder questionários, medo de não saber responder ou de ser identificado, constrangimento ou alterações de comportamento durante gravações de áudio. Frente a esses riscos iremos garantir um ambiente acolhedor, assegurar a não estigmatização, observar sinais verbais e não verbais de desconforto, garantir a liberdade de interromper a participação a qualquer momento, manter o sigilo dos dados e utilização de nomes fictícios. **Benefícios**: Conhecimento da realidade local e das formas de resistência da população para desenvolvimento de ofertas de proteção social pelo Estado através de ações e implantação de políticas públicas no município.

O Comitê de Ética em Pesquisa da PUC-SP caracteriza-se por ser órgão multidisciplinar, independente no exercício das suas funções e investido de múnus público, com finalidade de salvaguardar os direitos e a dignidade dos sujeitos de

pesquisa, bem como de contribuir para uma contínua preocupação e evolução dos padrões éticos na pesquisa.

A Secretaria do CEP-PUC/SP Monte Alegre está localizada no térreo do **Edifício Reitor Bandeira de Mello (Prédio Novo)**, na sala **63-C**, na Rua Ministro Godói, 969 - Perdizes - São Paulo - SP - CEP: 05015-001 Tel./FAX: (11) 3670-8466 | e-mail: cometica@pucsp.br. Horário de atendimento do CEP ao Público: **Das 11h00 às 13h00 de 2ª a 4ª feira e das 15h30 às 17h00 de 5ª e 6ª feira.**

Eu,....., declaro que fui informado/a dos objetivos do presente estudo de maneira detalhada e esclareci minhas dúvidas. Sei que a qualquer momento poderei solicitar novas informações e modificar a decisão da minha participação, se assim o desejar. Recebi uma cópia deste termo de consentimento livre e esclarecido e me foi dada a oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas.

Jundiaí, ____ de _____ 2023.

Assinatura do/a participante

Pesquisadora Responsável
Kelly Aparecida Torres
(11) 98653-2551
E-mail: kellytorres13@hotmail.com

Orientadora
Profª. Dra. Maria Carmelita Yazbek
(11) 99137-5339
E-mail: mcyaz@uol.com.br

APÊNDICE B - Questões disparadoras para as / os sujeitos da pesquisa

1. Informações de Identificação do/a participante

- Idade
- Cor da pele
- Situação Conjugal
- Escolaridade
- Naturalidade
- Condição da moradia e pertencimento territorial
- Trabalho/Ocupação
- Renda Familiar / Fonte de renda
- Condições de saúde
- Filhos? Qual idade?
- Observar como deseja ser identificada na pesquisa

2. Conhecer um pouco a história

- Onde nasceu
- Contexto familiar de origem
- Com quem vive hoje? Qual a história atual.

3. Entender como enfrentaram a pandemia da COVID-19

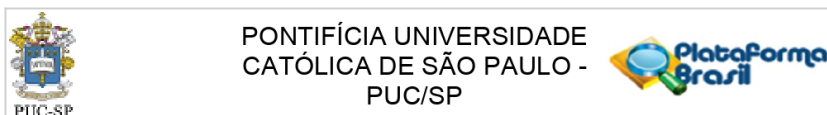
- Como foi realizado o isolamento social
- Com quem contou nesse momento
- Quais os momentos mais difíceis nesse processo
- Quais foram as implicações, sequelas ou perdas
- Formas de resistência

4. Compreender o acesso à proteção social ofertada pelo Estado

- Teve acesso a informações sobre formas de prevenção
- Teve acesso à materiais de proteção (máscara, álcool, água, sabão)
- Algum membro da família foi infectado pelo COVID-19
- Como foi o acesso a vacina
- Buscou os serviços do Sistema Único de Assistência Social
- Momentos/lugares em que se sentiram protegidas, fortalecidas ou desprotegidas

ANEXOS

ANEXO A - Parecer Consubstanciado do Comitê de Ética em Pesquisa da PUC/SP



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: O SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL EM TEMPOS DA PANDEMIA DA COVID-19: O CAMINHO PERCORRIDO PELOS SUJEITOS EM BUSCA DE PROTEÇÃO SOCIAL NO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ - SP.

Pesquisador: KELLY APARECIDA TORRES

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 67256423.8.0000.5482

Instituição Proponente: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo-PUC/SP

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 6.094.337

Apresentação do Projeto:

Trata-se de protocolo de pesquisa para elaboração de Dissertação de Mestrado no Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social (PEPG em SSO), vinculado à Faculdade de Ciências Sociais (FCS) da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP).

Projeto de pesquisa de autoria de Kelly Aparecida Torres, sob a orientação da Profa. Dra. Maria Carmelita Yazbeck.

As informações citadas, no corpo do presente PARECER CONSUBSTANCIADO, nos campos:

Apresentação do Projeto; Objetivo da Pesquisa; & Avaliação dos Riscos e Benefícios; foram extraídas do arquivo PDF denominado: "PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2085225.pdf" resultado do preenchimento das 6 (seis) etapas do processo de submissão do presente PROTOCOLO DE PESQUISA via sistema integrado nacional Plataforma Brasil.

O supracitado documento informa que "(...) Essa dissertação tem por objetivo articular reflexões sobre a conjuntura que vivenciamos no Brasil - neoconservadora/reacionária, neofascista e ultra neoliberal, o qual influenciou e impactou na vida de todas/os brasileiras/os - com o desmonte da política de assistência social, o Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Através de uma pesquisa qualitativa, com uso da metodologia da fonte oral, buscamos compreender os caminhos

Endereço: Rua Ministro Godoi, 969 - sala 63C, térreo do Prédio Reitor Bandeira de Mello
Bairro: Perdizes **CEP:** 05.015-001
UF: SP **Município:** SAO PAULO
Telefone: (11)3670-8466 **Fax:** (11)3670-8466 **E-mail:** cometica@pucsp.br



PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE
CATÓLICA DE SÃO PAULO -
PUC/SP



Continuação do Parecer: 6.094.337

e percalços dos cidadãos e famílias na busca por proteção social básica do SUAS no município de Jundiaí – SP no período da pandemia da COVID- 19.

Introdução:

As inquietações em torno do exercício do trabalho profissional, realizado em um Centro de Referência em Assistência Social (CRAS), um serviço público, localizado em territórios periféricos estigmatizados, em que vivem sujeitos e famílias em situação de vulnerabilidades sociais, possibilitaram a convivência com a realidade cotidiana dos indivíduos sociais e fizeram estabelecer relações entre os conhecimentos teóricos adquiridos ao longo da vida acadêmica e o trabalho profissional na Proteção Social Básica do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), com o desafio de prevenir e proteger situações de risco social e vulnerabilidades, dentro desta ordem social capitalista.

Caminhando, observando e presenciando as vivências com as desproteções sociais, ciclo da violência, falta de uma rede de serviços articulados, situações de vulnerabilidades de pessoas e famílias, ausência de recursos humanos e físicos, possibilitaram a aproximação com reflexões sobre o quão profundo são as marcas do colonialismo, da escravidão, da cultura patriarcal e do genocídio da população indígena nos aspectos históricos que resultaram nas desigualdades sociais que vivenciamos em nosso país. O nosso país já calcula a impressionante marca de 687.144 pessoas, cidadãos que perderam suas vidas em decorrência da pandemia da COVID-19, refletimos quantas vidas poderiam ter sido salvas, com acesso a respiradores, Unidades de Terapia Intensiva (UTI), vacinação em massa, porém até mesmo a vacinação caminhou a passos lentos devido a incompetência governamental do nosso país. Diante do desafiador cenário da pandemia da COVID – 19, a Política Pública de Assistência Social foi incluída no Decreto nº 10.282, de 20 de março de 2020 que definiu os serviços públicos e as atividades essenciais, apontando a “assistência social e atendimento à população em estado de vulnerabilidade”, essenciais no combate à pandemia.

Durante a pandemia vivenciamos informações desencontradas em nível municipal, estadual e federal, fechamento de alguns serviços do SUAS, prédios de centros de convivência sendo cedidos para os serviços da saúde, crescimento exponencial de solicitações de atendimentos, rede de serviços de portas fechadas como Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), Defensoria Pública, Poupatempo, Receita Federal, entre outros, fazendo com que a população que necessitava desses

Endereço: Rua Ministro Godoi, 969 - sala 63C, térreo do Prédio Reitor Bandeira de Mello
Bairro: Perdizes **CEP:** 05.015-001
UF: SP **Município:** SÃO PAULO
Telefone: (11)3670-8466 **Fax:** (11)3670-8466 **E-mail:** cometica@pucsp.br



PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE
CATÓLICA DE SÃO PAULO -
PUC/SP



Continuação do Parecer: 6.094.337

serviços procure a porta aberta dos serviços da assistência social. Os trabalhadores dos SUAS se deparam com o medo do trabalho se resumir ao antigo plantão social, cumprindo o papel burocrático de calcular renda per capita para acesso a benefícios, entregar cestas básicas e atuar na barreira do acesso diante de uma grande demanda reprimida, atendimentos remotos via telefone e/ou WhatsApp, enquanto os acompanhamentos às famílias ficaram em segundo plano. Acredito no SUAS como parte importante da rede de apoio no território, não como um local de caridade ou ajuda, mas de acesso à garantia de direitos, sendo o Estado responsável pelas demandas e necessidades dos indivíduos e famílias. As proteções sociais não podem ocorrer apenas quando as famílias estão em uma situação extrema de pobreza, violências e violações de direitos, que causam danos e sofrimentos para toda a vida, não podemos nos calar e naturalizar as desigualdades sociais e a barbárie. A principal motivação para a realização desse trabalho é a defesa da proteção à vida dos usuários do SUAS, o reconhecimento de suas histórias, trajetórias, percalços e construção de novos caminhos.

Hipótese:

As políticas sociais, entre essas de assistência social, no Brasil resultaram das relações entre Estado e sociedade civil, de forma complexa e contraditória, marcadas pela influência do colonialismo europeu que determinou a cultura, os valores e as tradições brasileiras, além de exterminar a população indígena e instituir a escravidão. Abordar essas marcas tão profundas da sociedade brasileira é fundamental para compreender como as

desigualdades sociais e o racismo, estão na origem do capitalismo no Brasil e em consequência no que temos hoje como política pública. O Estado ofereceu proteção social para a população de forma fragmentada, focalizada e insuficiente durante a pandemia da COVID-19, utilizando a política pública de assistência social para a manutenção da ordem social capitalista.

Metodologia Proposta:

O estudo a ser realizado busca aprofundar o conhecimento sobre o arcabouço teórico-conceitual e organizacional da política pública da assistência social e do referencial teórico-metodológico e materialista histórico- dialético, para analisar e refletir sobre a proteção social básica do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) em tempos de COVID-19, buscando compreender os desafios e possibilidades, através de reflexões teóricas e as observações do cotidiano profissional. A partir de uma pesquisa qualitativa, da metodologia história oral, pesquisa de campo, observações e entrevistas buscaremos elucidar a trajetória do usuário na busca por proteção social por meio do

Endereço: Rua Ministro Godoi, 969 - sala 63C, térreo do Prédio Reitor Bandeira de Mello
Bairro: Perdizes **CEP:** 05.015-001
UF: SP **Município:** SAO PAULO
Telefone: (11)3670-8466 **Fax:** (11)3670-8466 **E-mail:** cometica@pucsp.br



PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE
CATÓLICA DE SÃO PAULO -
PUC/SP



Continuação do Parecer: 6.094.337

SUAS no município de Jundiaí - SP, as barreiras e burocracias para ter acesso às ofertas do serviço: o acolhimento, a escuta, atendimentos individualizados, espaços de reflexões grupais, acesso a programas de transferência de renda e benefícios eventuais para vulnerabilidades, inclusão em serviço de convivência e fortalecimento de vínculos, incentivo à participação em movimentos sociais locais, entre outros.

A metodologia da história oral, não visa apenas a coleta de informações, anseio conhecer suas trajetórias, seu cotidiano, com respeito e ética a vida e sigilo dos participantes. Na história oral o que importa não são apenas os fatos, mas o processo ativo de criação e significados, o narrador estará dentro da narrativa e se torna parte da história (Portelli, 1997). Buscaremos construir, a partir do percurso e trajetória dos cidadãos, uma cartografia da proteção social e da resistência. Como enfrentaram a pandemia? Quais redes acionaram? Quais caminhos foram percorridos? Quais dificuldades e potencialidades? Quais foram as perdas? A partir da trajetória dos/das participantes da pesquisa, iremos tecendo as análises, com as narrativas, as teorias e as observações do cotidiano profissional. Apesar de atuar em parte do universo da pesquisa, penso que o acesso aos participantes da pesquisa, será mais viável a partir da indicação dos profissionais dos serviços da proteção social básica do SUAS de Jundiaí-SP aos quais os cidadãos tiveram acesso e/ou através do convite no Conselho Municipal de Assistência Social.

Metodologia de Análise de Dados:

A partir do áudio gravado nas entrevistas, com a prévia autorização dos participantes, iremos realizar a transcrição dessas entrevistas e realizar uma análise qualitativa em conjunto com o conhecimento sobre o arcabouço teórico-conceitual e organizacional da política pública da assistência social e do referencial teórico-metodológico e materialista-histórico-dialético. Iremos tecendo as análises, com as narrativas, as teorias e as observações do cotidiano profissional.

Desfecho Primário:

Reconhecimento das histórias e trajetórias dos sujeitos, fortalecimento do Sistema Único de Assistência Social local e construção de novos caminhos para implantação de políticas sociais universais.

Endereço: Rua Ministro Godoi, 969 - sala 63C, térreo do Prédio Reitor Bandeira de Mello
Bairro: Perdizes **CEP:** 05.015-001
UF: SP **Município:** SAO PAULO
Telefone: (11)3670-8466 **Fax:** (11)3670-8466 **E-mail:** cometica@pucsp.br



PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE
CATÓLICA DE SÃO PAULO -
PUC/SP



Continuação do Parecer: 6.094.337

Tamanho da Amostra no Brasil: 7"

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

Este estudo tem como objetivo compreender os caminhos e percalços dos cidadãos e famílias na busca por proteção social, compreender as consequências, sequelas e implicações que a pandemia trouxe para a vida dos sujeitos e refletir sobre as intervenções na Proteção Social Básica do SUAS para proteger os sujeitos que foram impactados pela pandemia da COVID.

Objetivo Secundário:

Revisar a literatura a cerca do Sistema Único de Assistência Social, analisando as contradições da crise estrutural do capitalismo, buscando embasamento teórico para a construção da dissertação. Compreender o que a proteção social básica no SUAS promoveu para proteger os sujeitos que foram impactados pela pandemia da COVID. Elucidar o caminho percorrido pelos cidadãos e famílias que buscam a proteção social básica do SUAS no município de Jundiaí – SP, no período da pandemia da COVID-19. Identificar e analisar os impactos da pandemia da COVID-19 na vida dos sujeitos.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos:

Essa pesquisa seguirá as normas e diretrizes de pesquisas envolvendo seres humanos, respeitando a dignidade humana, a ética, utilizando o consentimento livre e esclarecidos e manifestando a anuência em participar da pesquisa, conforme define as Resoluções nº 466, de 12 de dezembro de 2012 e nº 510, de 07 de abril de 2016 do Conselho Nacional de Saúde. Compreendemos que o risco previsto para os participantes dessa pesquisa é mínimo, como cansaço ou aborrecimento ao responder questionários, medo de não saber responder ou de ser identificado, constrangimento ou alterações de comportamento durante gravações de áudio. Frente a esses riscos iremos garantir um ambiente acolhedor, assegurar a não estigmatização, observar sinais verbais e não verbais de desconforto, garantir a liberdade de interromper a participação a qualquer momento, manter o sigilo dos dados e utilização de nomes fictícios.

Benefícios:

Conhecimento da realidade local e das formas de resistência da população para desenvolvimento de ofertas de proteção social pelo Estado através de ações e implantação de políticas públicas no município.

Endereço: Rua Ministro Godoi, 969 - sala 63C, térreo do Prédio Reitor Bandeira de Mello
Bairro: Perdizes **CEP:** 05.015-001
UF: SP **Município:** SAO PAULO
Telefone: (11)3670-8466 **Fax:** (11)3670-8466 **E-mail:** cometica@pucsp.br



Continuação do Parecer: 6.094.337

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Vide campo: "Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações".

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Vide campo: "Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações".

Recomendações:

Vide campo: "Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações".

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

A lista de documentos obrigatórios necessários a análise e revisão ética de seu projeto de pesquisa pelo Comitê de Ética em Pesquisa da PUC/SP campus Monte Alegre (CEP-PUC/SP) é a seguinte:

1. Folha de Rosto - OK

STATUS = APROVADO

2. TCLE - OK

STATUS = APROVADO

3. Ofício de Apresentação - OK

STATUS = APROVADO

4. Projeto de Pesquisa - OK

STATUS = APROVADO

5. Autorização para realização da Pesquisa - OK

STATUS = APROVADO

Endereço: Rua Ministro Godoi, 969 - sala 63C, térreo do Prédio Reitor Bandeira de Mello
Bairro: Perdizes **CEP:** 05.015-001
UF: SP **Município:** SÃO PAULO
Telefone: (11)3670-8466 **Fax:** (11)3670-8466 **E-mail:** cometica@pucsp.br



Continuação do Parecer: 6.094.337

6. Parecer de mérito acadêmico - OK

STATUS = APROVADO

Esta lista está disponível no site: www.pucsp.br/cometica/documentos-obrigatorios

Observação: aconselhamos que antes de qualquer procedimento de submissão na Plataforma Brasil, seja consultado o referido sítio, onde há vídeos tutoriais indicando o correto processo de submissão do projeto de pesquisa de acordo com as orientações do CEP-PUC/SP.

Considerações Finais a critério do CEP:

Aprovamos integralmente o parecer do relator.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2085225.pdf	27/04/2023 09:37:08		Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TERMODECONSENTIMENTOLIVREEE SCLARECIDOCORRIGIDO.pdf	27/04/2023 09:36:40	KELLY APARECIDA TORRES	Aceito
Outros	ParecerCEP.pdf	12/02/2023 08:04:22	KELLY APARECIDA TORRES	Aceito
Outros	AutorizacaopesquisaUGADS.pdf	12/02/2023 08:02:45	KELLY APARECIDA TORRES	Aceito
Outros	oficioapresentacao.docx	08/02/2023 21:03:25	KELLY APARECIDA TORRES	Aceito
Folha de Rosto	FR.pdf	08/02/2023 20:36:32	KELLY APARECIDA TORRES	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto.pdf	05/02/2023 12:12:09	KELLY APARECIDA TORRES	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

Endereço: Rua Ministro Godoi, 969 - sala 63C, térreo do Prédio Reitor Bandeira de Mello
Bairro: Perdizes **CEP:** 05.015-001
UF: SP **Município:** SÃO PAULO
Telefone: (11)3670-8466 **Fax:** (11)3670-8466 **E-mail:** cometica@pucsp.br



Continuação do Parecer: 6.094.337

SAO PAULO, 01 de Junho de 2023

Assinado por:
Antonio Carlos Alves dos Santos
(Coordenador(a))

Endereço: Rua Ministro Godoi, 969 - sala 63C, térreo do Prédio Reitor Bandeira de Mello
Bairro: Perdizes **CEP:** 05.015-001
UF: SP **Município:** SAO PAULO
Telefone: (11)3670-8466 **Fax:** (11)3670-8466 **E-mail:** cometica@pucsp.br

ANEXO B - Parecer Elaborado Pela Instituição Coparticipante – UGADS



UGADS
Unidade de Gestão de Assistência e Desenvolvimento Social

Jundiaí, 09 de fevereiro de 2023

Ao Comitê de Ética em Pesquisa da PUC/SP - CEP-PUC/SP
A/c. Prof. Dr. Edgard de Assis Carvalho
Coordenador do CEP-PUC/SP

AUTORIZAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DE PESQUISA

Eu, Maria Brant de Carvalho Falcão, Gestora da Unidade de Gestão de Assistência e Desenvolvimento Social – UGADS do município de Jundiaí – SP, venho por meio desta informar a V. Sa. que autorizo o(a) pesquisador(a) Kelly Aparecida Torres, aluno(a) do curso de Mestrado em Serviço Social do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP a realizar/desenvolver a pesquisa intitulada “O Sistema Único de Assistência Social em tempos da pandemia da COVID-19: O caminho percorrido pelos sujeitos em busca de proteção social no município de Jundiaí – SP”, sob orientação do Prof.(a). Dr. (a). Maria Carmelita Yazbek.

Declaro conhecer e cumprir as Resoluções Éticas Brasileiras, em especial a Resolução CNS 466/12. Esta instituição está ciente de suas co-responsabilidades como instituição co-participante do presente projeto de pesquisa, e de seu compromisso no resguardo da segurança e bem-estar dos sujeitos de pesquisa nela recrutados, dispondo de infraestrutura necessária para a garantia de tal segurança e bem estar.

Renata Bonafin Stoqui
Diretora de Proteção Social Básica

Maria Brant de Carvalho Falcão
Gestora da Unidade de Assistência e Desenvolvimento Social